

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE  
PROGRAMA DE MESTRADO INTERINSTITUCIONAL UFSC-UFAC

## **INICIATIVA MAP**

**Um Emergente Movimento Social Transfronteiriço e sua Gestão no  
Desenvolvimento Sustentável na Região da Amazônia Sul Ocidental**

Márcia Regina de Sousa Pereira

Florianópolis

2007

MÁRCIA REGINA DE SOUSA PEREIRA

## **INICIATIVA MAP**

**Um Emergente Movimento Social Transfronteiriço e sua Gestão no  
Desenvolvimento Sustentável na Região da Amazônia Sul Ocidental**

Dissertação submetida ao curso de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), como pré-requisito para a obtenção do título de Mestre em Direito.  
Área de Concentração: Relações Internacionais.

Orientadora: Professora Doutora Odete Maria de Oliveira.

Florianópolis

2007

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE  
PROGRAMA DE MESTRADO INTERINSTITUCIONAL UFSC-UFAC

## **INICIATIVA MAP**

**Um Emergente Movimento Social Transfronteiriço e sua Gestão no  
Desenvolvimento Sustentável na Região da Amazônia Sul Ocidental**

Márcia Regina de Sousa Pereira

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Odete Maria de Oliveira.  
Orientadora

---

Prof. Dr. Antonio Carlos Wolkmer  
Coordenador do Curso de Pós-Graduação em Direito

Florianópolis, dezembro de 2007

MARCIA REGINA DE SOUSA PEREIRA

## **INICIATIVA MAP**

**Um Emergente Movimento Social Transfronteiriço e sua Gestão no  
Desenvolvimento Sustentável na Região da Amazônia Sul Ocidental**

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Direito da  
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), para a obtenção do título de Mestre  
em Direito. Área de Concentração: Relações Internacionais.

Aprovada em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Odete Maria de Oliveira  
Presidente

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Karine de Sousa Silva

---

Prof. Dr. Carlos Araujo Leonetti

Ao Julio, Iara e Luiza, presentes divinos e  
minha razão de existir.

## AGRADECIMENTOS

Às administrações da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e da Universidade Federal do Acre (UFAC), pela iniciativa de oferecerem o Programa de Mestrado Interinstitucional no Estado do Acre.

Aos professores do Programa de Mestrado Interinstitucional da UFSC e da UFAC.

À Professora Doutora Odete Maria de Oliveira, pela dedicação, auxílio e energia, minha profunda admiração.

Aos companheiros de Mestrado, pelo apoio e motivação nessa estrada solitária.

Aos funcionários do Programa de Mestrado Interinstitucional da UFSC e da UFAC.

Aos amigos e colegas da PGE, pela compreensão e apoio oferecidos.

Aos meus pais, Clívia e Sansão, pelo apoio incondicional e o amor sempre presentes.

Ao meu esposo, companheiro, amor e cúmplice, por tudo.

Às minhas filhas, que compreenderam os momentos de ausência.

À Julia Tainá e Maria Clara pela aprendizagem na convivência.

Ao José Maria Maciel e Clóvis Gonçalves Pereira Júnior, pelo apoio incondicional em todos os momentos.

Ao Senador Tião Viana pelo apoio necessário à realização deste mestrado.

Aos amigos que dividiram e acompanharam os caminhos tão importantes da minha vida.

Principalmente a Deus, pela felicidade da Vida.

*A verdadeira viagem da descoberta não  
consiste em buscar novas terras, mas em vê-  
las com novos olhos.*

Marcel Proust

## RESUMO

Desde o nascimento do capitalismo forças sociais emergem em busca de melhores condições de vida e acesso a direitos. São nesses momentos de efervescências decorrentes das relações sociais, culturais, políticas e econômicas que se formam os movimentos sociais como contraponto de reivindicação e afirmação. Nesse sentido, o presente trabalho analisa o movimento denominado iniciativa MAP – Madre de Dios (Peru), Acre (Brasil) e Pando (Bolívia), e sua gestão para o desenvolvimento sustentável em pleno curso na Amazônia Sul Ocidental, região de fronteira trinacional, nessa era de globalização. A globalização, em sua face econômica, promove um jogo assimétrico em que a ideologia neoliberal é imposta aos Estados-nação, enfraquecendo as economias nacionais e fazendo com que esses atores políticos se submetam a atrair todo e qualquer investimento que, no mais das vezes, não respeitam as regras de proteção ao meio ambiente. Na região fronteira MAP realiza-se a construção da Rodovia Interoceânica, que interligará os portos do Brasil a Lima, no Pacífico, concebida no âmbito da Iniciativa de *Integración de la Infraestructura de Sudamérica* (IIRSA) para promover a integração sul-americana, o desenvolvimento da região da Amazônia Sul Ocidental e, ainda, integrar o Brasil, o Peru e a Bolívia aos mercados da Ásia e Japão. O impacto da realização dessa obra no ecossistema amazônico e nos municípios-districtos fronteiriços, bem como em suas populações, impulsionou a articulação social denominada iniciativa MAP, fundada nos princípios do desenvolvimento sustentável e direitos humanos, que mobiliza há sete anos instituições, organizações não-governamentais, indígenas e camponeses, enfim, a sociedade fronteira, em um movimento de resistência ao desenvolvimento excludente e degradador impulsionado pelo processo da globalização, reivindicando o direito de participar das decisões sobre o desenvolvimento da região. O MAP no atual estágio pode ser considerado um emergente movimento social transfronteiriço de resistência ao modo imperativo pelo qual se constrói a estrada Interoceânica na Amazônia Sul Ocidental, promovendo ações dialéticas de um pensar-agir voltadas para a gestão do desenvolvimento sustentável.

**Palavras-chave:** Movimento Social. Globalização. Desenvolvimento Sustentável. Iniciativa MAP

## ABSTRACT

Since the advent of Capitalism, social forces emerge in claim better conditions of living and access to their rights. It's in these moments of agitation, consequences of social, cultural, political and economical relations, that the social movements in counterpoint to claim and affirmation. In this sense, the present paper analyzes the movement called MAP – Madre Dios (Peru), Acre (Brasil) and Pando (Bolivia), and it also aims to analyze the management over the sustainable development, in total course, in the South Occidental Amazon, the three-national-boundary region, in globalization times. Globalization, in its economical stage, promotes an asymmetrical game, in which, the neoliberal ideology is imposed upon the state-nations, as it weakens the national economies and makes these political actors being submitted to all and any kinds of investments that, in most times, don't comply with the environmental regulations of protection. In the boundary region (MAO), an interoceanic highway has been built, and it will connect to harbors, one in Brazil and the other in Bolivia (Lima), in the Pacific, as the highway had been conceived in the Integración de la Infraestructura of Sudamerica (IIRSA), in order to promote the South American integration, the development of the South Occidental Amazon, and yet, to integrate the countries: Brazil, Peru and Bolivia, with the market of Asia. The impact of the achievement of this work into the Amazon ecosystem has led to a social articulation called MAP initiative, based on the principles of sustainable development and on the human rights, that has moved institutions, nongovernmental organizations, Indian tribes, countrymen, for over seven years. It also has encouraged the formation of a movement of resistance to the degrading and excluding development driven by the globalization process, claiming the right to taking part on decisions over the development of the region. The MAP, in the recent stage, may be considered as a resistant emergent social movement that aims to protect the environment from the imperative way, in which, the Interoceanic highway has been built, as also a movement that promotes dialectical actions on a way of thinking and acting focused on the management of sustainable development.

**Keywords:** Social Movement. Globalization. Sustainable Development. Initiative MAP.

## RESUMEN

Desde el nacimiento del capitalismo fuerzas sociales emergen en busca de mejores condiciones de vida y acceso a derechos. Son en estos momentos de efervescencias recurrentes de las relaciones social, cultural, política y económica que surgen los movimientos sociales como contrapunto de reivindicaciones y afirmaciones. En este sentido, el presente trabajo analiza el movimiento denominado iniciativa MAP – Madre de Dios (Peru), Acre (Brasil) y Pando (Bolivia), y su gestión para el desarrollo sostenible en pleno curso en la Amazonia Sud Occidental, región de frontera trinacional, en esta era de globalización. La globalización, en su fase económica, promueve un juego asimétrico en que la ideología neoliberal es impuesta a los Estados-nación, debilitando las economías nacionales y haciendo con que estos actores políticos se sometan a atraer cualquier inversión que, muchas veces, no respetan las reglas de protección al medio ambiente. En la región fronteriza MAP se realiza la construcción de la carretera Interoceánica, que interconectará los puertos del Brasil a Lima, en el Pacífico, concebida en el ámbito de la Iniciativa de Integración de la Infraestructura de Sudamérica – IIRSA, para promover la integración Sud Americana, el desarrollo de la región de la Amazonia Sud Occidental y, aun, integrar los países Brasil, Perú y Bolivia a los mercados de Asia y Japón. El impacto de la realización de esta obra en el ecosistema amazónico y en los municipios/distritos fronterizos, bien como en sus poblaciones, impulsó la articulación social denominada iniciativa MAP, fundada en los principios del desarrollo sostenible y derechos humanos, que moviliza hacen siete años instituciones, organizaciones no-gubernamentales, indígenas, campesinos, en fin, la sociedad fronteriza, en un movimiento de resistencia al desarrollo excluyente y degradador impulsado por el proceso de la globalización, reivindicando el derecho de participar de las decisiones sobre el desarrollo de la región. El MAP, en el actual estado, puede ser considerado como un emergente movimiento social transfronterizo de resistencia al modo imperativo en el cual se realiza la carretera Interoceánica, en la Amazonia Sud Occidental, promoviendo acciones dialécticas de un pensar-hacer volcadas para la gestión del desarrollo sostenible.

**Palabras-clave:** Movimiento Social. Globalización. Desarrollo Sostenible. Iniciativa MAP.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	1
<b>CAPÍTULO I — MOVIMENTOS SOCIAIS .....</b>	<b>5</b>
1.1 Aspectos Históricos .....	5
1.2 Critérios de Classificação .....	8
1.3 Discussões Teórico-Conceituais .....	10
1.4 Questão Paradigmática .....	17
1.4.1 Paradigma Norte-Americano .....	18
1.4.2 Paradigmas Europeus .....	24
1.4.3 Paradigma Latino-Americano .....	30
1.5 A Nova Tendência Transfronteiriça .....	36
<b>CAPÍTULO II — GLOBALIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL .....</b>	<b>41</b>
2.1 A Globalização Econômica Neoliberal .....	41
2.1.1 O Modelo Neoliberal e suas Transformações .....	42
2.1.2 A Concepção Neoliberal e o Consenso de Washington .....	47
2.1.3 Aspectos do Processo Globalizante em Rede .....	51
2.1.4 Conseqüências do Fenômeno Global Neoliberal .....	56
2.2 As Denominadas Globalização “de Cima” e Globalização “de Baixo” .....	60
2.2.1 Concepção da Globalização “de Cima” e Globalização “de Baixo” ..	60
2.2.2 Características da Globalização “de Cima” .....	62
2.2.3 Características da Globalização “de Baixo” .....	66
2.2.3.1 Globalização de-Cima-para-Baixo .....	67
2.3 A Questão do Desenvolvimento Sustentável .....	73
2.3.1 Conceituação de Desenvolvimento e seu Uso .....	73
2.3.2 O Desenvolvimento e a Devastação dos Recursos Naturais.....	75
2.3.3 Surgimento e Conceito de Desenvolvimento Sustentável .....	77
2.3.4 Paradigma da Sustentabilidade .....	82
2.4 Efeitos da Globalização “de Cima” no Desenvolvimento Sustentável .....	82
2.4.1 Assimetrias da Globalização “de Cima” .....	88
2.4.2 Danos e Destruições Decorrentes da Globalização “de Cima” .....	88
2.4.3 Salvaguarda do Patrimônio Comum da Humanidade .....	92
2.4.4 Pesados Desafios do Desenvolvimento Sustentável .....	96
<b>CAPÍTULO III — O FÓRUM MAP COMO EMERGENTE MOVIMENTO SOCIAL TRANSFRONTEIRIÇO .....</b>	<b>100</b>
3.1 O Contexto Geográfico da Região MAP na Amazônia Sul Ocidental .....	100

3.2 MAP: Antecedentes, Origem e Evolução .....	102
3.2.1 A Formação de Mini MAPs .....	104
3.3 Impactos da Construção da Rodovia Interoceânica Brasil-Peru no Desenvolvimento Sustentável na Região MAP .....	110
3.4 A Importância da Transformação do Fórum MAP em um Movimento Social Transfronteiriço .....	114
3.4.1 A Formação de uma Identidade Transfronteiriça .....	114
3.4.2 Como Definir o MAP? .....	119
3.4.3 Elementos de Definição do Emergente Movimento Social Transfronteiriço .....	121
3.5 O Movimento MAP como Instrumento de Resistência da Globalização “de Baixo” às Conseqüências da Globalização “de Cima” .....	124
3.5.1 O MAP como Instrumento de Resistência .....	124
3.5.2 Os Reflexos da Globalização “de Cima” na Região MAP .....	126
3.5.3 As Ações do Movimento MAP como Resistência ao Processo da Globalização “de Cima” .....	128
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	131
REFERÊNCIAS .....	134

## INTRODUÇÃO

Ao longo dos séculos, a dinâmica social foi marcada de modo significativo por acontecimentos na esfera política e econômica motivadores da formação de resistências da sociedade por meio de movimentos sociais que visam à transformação de uma realidade. Esses movimentos, no início, tinham cunho reivindicativo, retratando a disputa de classes imperante no sistema capitalista. Eles postulavam a defesa de melhores condições de trabalho, como é exemplo o movimento operário.

Após a Segunda Guerra Mundial, entraram em cena novos atores políticos que passaram a imprimir transformações nas relações internacionais com influência direta nas políticas nacionais, sobretudo nos países em desenvolvimento. Nesse contexto, novas demandas sociais são exteriorizadas por meio de diferentes práticas de mobilização social voltadas à defesa de questões culturais e de qualidade de vida, como é o caso dos movimentos ecológicos, de direitos humanos, feministas, entre outros.

Esses movimentos representam mais a afirmação de um direito do que a ação reivindicativa em si e baseiam-se na certeza de que as novas formas de opressão decorrentes das relações econômicas, sociais, culturais e políticas, promovidas pela globalização contemporânea, não atingem apenas um grupo em particular, mas a sociedade como um todo.

A globalização constitui um fenômeno que opera mudanças radicais na organização social, cultural, econômica e política da sociedade global. Sua face mais conhecida, a globalização econômica, vem impulsionada pela inovação tecnológica instalada pela rede mundial de computadores que interliga, em tempo real, as economias do mundo, estabelecendo um processo de interdependência global que modifica por completo o modo de produção capitalista e transforma o sistema financeiro no grande regulador das relações internacionais.

Todo esse processo tem, no ideário neoliberal, sua força ideológica, que se fundamenta na livre circulação do capital que, desterritorializado, flexibiliza as fronteiras nacionais e subjugou os Estados-nação a um sistema de poder ditado pelo mercado financeiro global, enfraquecendo o seu poder político e impondo ajustes econômicos com altos custos sociais. Essa globalização, denominada “de cima”, empreende uma lógica excludente, reduzindo o Estado de bem-estar social em nome de um Estado neoliberal ou Estado mínimo,

cuja conseqüência é o aumento da pobreza e do nível de desemprego, justificados por um desenvolvimento que visa apenas ao lucro e às relações de mercado.

O propalado desenvolvimento econômico é disseminado pelos defensores da globalização econômica como uma meta possível a todos, desde que superadas determinadas circunstâncias, como a redução do gasto social. Os custos e as externalidades decorrentes desse desenvolvimento sem contrapesos refletem-se, diretamente, na utilização irracional do meio ambiente, o que se evidencia, principalmente, em relação aos recursos naturais dos países do Sul que, pressionados a se inserirem no ambiente econômico global, atraem investimentos internacionais que não primam pelo respeito às condições de sustentabilidade ambiental e social em sua concretização.

A possibilidade de reação a um processo tão impositivo quanto o da globalização ocorre mediante as resistências locais de movimentos sociais formados a partir da solidariedade e da identidade comum, que promovem ações sociopolíticas que não negam o processo global em si, mas buscam interferir em seu modo de realização.

Um exemplo de experiência nesse sentido é o movimento articulado na fronteira trinacional da Amazônia Sul Ocidental, que emerge como reação ao desenvolvimento a qualquer custo, ou seja, sem respeito ao meio ambiente e à população local, denominado Iniciativa MAP - Madre de Dios (Peru), Acre (Brasil) e Pando (Bolívia).

A temática central em análise tem nos movimentos sociais seu contorno necessário à compreensão dessa ação coletiva transfronteiriça contemporânea à luz dos reflexos do processo de globalização, que em sua busca por novos mercados tornou a região transfronteiriça de Madre de Dios (Peru), Acre (Brasil) e Pando (Bolívia), na Amazônia Sul Ocidental, alvo de vultosos investimentos para a ligação do Brasil ao Pacífico. Nesse contexto, a organização de um fórum integrado por entidades, pesquisadores, movimentos sociais e até governos locais dos três países, denominado Fórum MAP, foi instaurado na busca de diretrizes e soluções voltadas ao desenvolvimento sustentável.

O estímulo para a realização desta pesquisa reside na atualidade que estas questões representam no contexto regional da Amazônia Sul Ocidental, tanto em relação ao meio ambiente quanto em relação à integração fronteiriça. A região, composta pelos Departamentos de Madre de Dios – do Peru, de Pando – da Bolívia, e pelo Estado do Acre, do Brasil, possui características ambientais similares, uma vez que todos integram o mesmo ecossistema amazônico. Essas unidades político-administrativas distintas, porém vizinhas, caracterizadas pela dependência em relação às regiões centrais de seus respectivos países, constituem uma área cujo processo de ocupação territorial é predominantemente disperso, desagregado e de

difícil interligação. A região, no entanto, desfruta de localização geográfica estratégica pela riqueza dos recursos naturais existentes e por estar na rota de empreendimentos como o de integração rodoviária com o Oceano Pacífico.

Assim, o objetivo deste trabalho é analisar o surgimento de um emergente movimento social transfronteiriço na região de fronteira denominada MAP, que pretende influenciar na gestão do desenvolvimento sustentável da Amazônia Sul Ocidental, como forma de resistência ao processo de globalização “de cima”. Os objetivos específicos destinam-se, basicamente, a abordar os movimentos sociais, conceito, tipos e paradigmas e os movimentos sociais transfronteiriços; o processo de globalização contemporânea e o desenvolvimento, focalizando o conceito de desenvolvimento sustentável e seus pressupostos para gestão da sustentabilidade ambiental, social e econômica; em especial, procura ocupar-se com a origem e atuação do Fórum MAP e examinar a influência desse movimento na promoção da gestão do desenvolvimento sustentável, sua articulação e cooperação para a instalação da integração fronteiriça na região da Amazônia Sul Ocidental.

Mais precisamente, a proposta inaugural do presente estudo — objeto de conhecimento mesmo — gira em torno das seguintes indagações: atualmente, a denominada Iniciativa MAP conforma um emergente movimento social transfronteiriço? Assim sendo, que natureza e especificidade apresenta? Como está organizado e de que forma atua? Quais suas dificuldades e perspectivas na promoção da região trinacional da região? Como se conduz e qual sua participação na questão do meio ambiente decorrente da construção da Rodovia Interoceânica?

Neste ensejo, o primeiro capítulo abordará os movimentos sociais buscando, inicialmente, apresentar seus aspectos históricos. Estabelecerá suas características de modo a diferenciá-los de outras ações coletivas. Buscará adotar um conceito mais aproximado da realidade contemporânea para a identificação dos parâmetros daquilo que se pode denominar de movimento social. Procederá à análise dos principais paradigmas teóricos de interpretação dos movimentos sociais sob o referencial teórico de Maria da Glória Ghon. Por fim, analisará os movimentos sociais transfronteiriços e suas estratégias de ação nas sociedades contemporâneas.

O segundo capítulo tratará sobre a globalização contemporânea e o desenvolvimento, descrevendo o processo pelo qual se intensificou a globalização econômica, com seus antecedentes inspirados no Consenso de Washington e o processo global em rede. Explicará as conseqüências decorrentes da globalização e investigará as denominadas globalizações promovidas “de cima” e “de baixo”, sob o referencial teórico de Richard Falk. Neste trabalho

entende-se por globalização “de cima” a globalização econômica, sob a ideologia neoliberal, que impõe a adoção de medidas de ajustes de desregulamentação estatal estabelecidas pelos organismos multilaterais aos Estados-nação, em especial àqueles em desenvolvimento, para a abertura dos mercados nacionais à livre atuação de empresas transnacionais dos países do Norte. Por globalização “de baixo” define-se o movimento surgido em espaços participativos locais ou transnacionais que reagem às imposições hegemônicas do capital global, interferindo na forma do desenvolvimento das ações deste capital. Será analisado o conceito de desenvolvimento e a busca por um desenvolvimento sustentável que contemple seus pressupostos para gestão da sustentabilidade ambiental, social e econômica. Investigará os efeitos da globalização “de cima” no desenvolvimento sustentável, enfatizando as assimetrias causadas pelo processo global e seus conseqüentes danos aos recursos naturais.

O terceiro capítulo investigará a importância do Fórum MAP — Madre de Dios (Peru), Acre (Brasil) e Pando (Bolívia) — como um emergente movimento social transfronteiriço, discorrendo sobre sua origem e atuação na região fronteira da Amazônia Sul Ocidental. Abordará sobre a importância estratégica da região fronteira enquanto eixo de integração sul-americana e sua caracterização enquanto movimento de resistência à denominada globalização “de cima”.

Para o desenvolvimento do estudo a técnica de pesquisa adotada é a da análise da documentação indireta, por pesquisa bibliográfica, com ampla literatura sobre o tema. O enfoque no tema fundamenta-se nos marcos teóricos de Maria da Glória Ghon e de Richard Falk, com processo de investigação empregando método dedutivo.

# CAPÍTULO I

## MOVIMENTOS SOCIAIS

### 1.1 Aspectos Históricos

Desde os primórdios do surgimento do capitalismo, forças sociais emergem em busca de melhores condições de vida e de acesso a direitos. Enfim, de um mundo mais justo e equilibrado nesse sistema capitalista que, no decorrer das rupturas e guerras mundiais, busca sempre um modo e um meio de se reinventar. São desses momentos que surgem os movimentos sociais como formas de reivindicação e afirmação.

Os movimentos sociais sempre existiram ao longo dos séculos, mesmo aqueles considerados atualmente como “novos”. Com exceção do movimento da classe operária e sindical que surgiu no século XX, com o desenvolvimento do capitalismo industrial e, por essa razão, de caráter mais transitório, os movimentos camponeses, étnico–nacionalistas, religiosos e das mulheres são movimentos existentes ao longo dos séculos em várias partes do mundo, não podendo, portanto, ser considerados “novos”<sup>1</sup>.

A própria história europeia registra inúmeros movimentos sociais, a exemplo do que foi a revolta dos escravos espartíacos em Roma; as Cruzadas e as múltiplas guerras religiosas; os movimentos de guerras camponesas na Alemanha do século XVI; os conflitos étnico-raciais em todo o continente, bem como os movimentos de mulheres que desencadearam uma verdadeira caça às bruxas. Além da Europa, na Ásia também, e no mundo árabe, com a expansão do Islã, assim como na África e América

---

<sup>1</sup>FRANK, André Gunder; FUENTES, Marta. Diez Tesis Acerca de los Movimientos Sociales. In: **El Juicio al Sujeto**. México: FLACSO, 1990, p. 47. Disponível em <<http://books.google.com.br/books?id=ea0PguarOYC&pg=PA130&dq=movimentos+sociais+aspectos+historicos&sig=KK0KXyN8a6nqe0Se45z1qeuxKBk#PPA47,M1>>. Acesso em 20 out. 2007.

Latina, é possível identificar muitos movimentos sociais que promoveram resistências e buscaram transformar a realidade social.<sup>2</sup>

A história ocidental buscou, inicialmente, analisar esses movimentos a partir de seu caráter revolucionário, entendido como aquele que luta contra a forma opressora de poder estatal para alcançar a distribuição equitativa de bens, a exemplo das revoluções francesa e russa.<sup>3</sup>

Esses movimentos foram estabelecidos no modelo de cultura gerado pela sociedade industrial, em que qualquer mudança social ocorreria concomitantemente nas relações econômicas. O grande ideólogo do movimento revolucionário foi Karl Marx, que elaborou sua teoria enfatizando os interesses econômicos e materiais, relegando a um segundo plano valores como a moral e a solidariedade. É nessa concepção que Marx criou a figura do líder revolucionário, cujas ações são estabelecidas pela lógica da sociedade industrial.<sup>4</sup>

Na evolução de seus estudos e sob a ótica da teoria da economia política, Marx passou a desenvolver a teoria dos movimentos sociais com base no positivismo científico, para justificar que toda luta dos trabalhadores deveria ser desprovida de qualquer humanismo e subjetividade e a partir desta concepção passou a defender o socialismo como etapa de uma sociedade pós-capitalista<sup>5</sup>.

A partir de então vários teóricos, inspirados ou não em Marx, adotaram a teoria do conflito para explicar e analisar os movimentos sociais como respostas práticas às desigualdades e privações sociais criadas com a mudança institucional<sup>6</sup>.

Recentemente, a subjetividade foi incorporada ao estudo dos movimentos sociais com os cientistas americanos liderados por David Snow, para entender como o cognitivo e a moral das questões desempenham um papel importante no descontentamento que alimenta os movimentos. Na verdade, as análises americanas

---

<sup>2</sup>Idem, p. 48. Disponível em <<http://books.google.com.br/books?id=ea0PguarOYC&pg=PA130&dq=moviments+sociais+aspectos+historicos&sig=KK0KXyN8a6nqe0Se45z1qeuxKBk#PPA47,M1>> Acesso em 20 out. 2007.

<sup>3</sup>ALEXANDER, Jeffrey C. Ação coletiva, cultura e sociedade civil: secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.13, n.37, jun. 1998. Disponível em <http://www.scielo.br>. Acesso em 22 ago. 2007.

<sup>4</sup>Idem, ibidem.

<sup>5</sup>Idem, ibidem.

<sup>6</sup>Idem, ibidem.

são respostas aos estudos europeus inspiradores do modelo clássico ou em suas alternativas, que serão analisadas a seguir.<sup>7</sup>

Atualmente, nas sociedades complexas, segundo Alberto Melucci, as mudanças aceleradas e os riscos de catástrofes fazem com que o processo social torne-se produto de ações, escolhas ou de decisões. E o significado deste fenômeno vai variar de acordo com o sistema de relações sociais ao qual a ação está ligada, bem como à natureza do conflito a que se refere<sup>8</sup>.

No entendimento de Alain Touraine, nas sociedades industrial e pós-industrial o modo técnico de produção era inseparável de um modo social de produção. O trabalho operário na sociedade industrial era organizado para gerar mais e mais lucro, com definição do trabalho por produção, nascendo, assim, a dominação de classes, originando um dos movimentos sociais mais reivindicativos do século passado, ou seja, o movimento operário.<sup>9</sup>

O mundo contemporâneo, entretanto, está voltado à sociedade da informação, que ao contrário da sociedade industrial, é totalmente tecnológica, com técnicas neutras quanto ao modo de produção, com conflitos de classes ocorrendo no âmbito da gestão financeira global, ou seja, os grandes conflitos hoje surgem em torno da modernização e os movimentos sociais desta fase emergem como resposta a essa mudança histórica.<sup>10</sup>

É por essa razão que na visão de Ilse Scherer-Warren os movimentos sociais são multifacetários<sup>11</sup> e a escolha da abordagem investigatória e seu recorte é uma opção. A partir da década de 90 do século XX, a temática despertou novos interesses, tendo em vista que as mudanças globais trouxeram novos conflitos e identidades coletivas decorrentes da reestruturação produtiva do neoliberalismo e de políticas de ajuste estrutural, enfim, da globalização.<sup>12</sup>

---

<sup>7</sup> Idem, ibidem.

<sup>8</sup> MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente**: movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 31.

<sup>9</sup> TOURAINE, Alain. **Um novo paradigma**: para compreender o mundo de hoje. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 33.

<sup>10</sup> Idem, p. 34.

<sup>11</sup> SCHERER- WARREN, Ilse. O caráter dos novos movimentos sociais. In: SCHERER-WARREN, Ilse. **Rede de movimentos sociais**. São Paulo: Edições. Loyola, 1996, p. 9.

<sup>12</sup> BOCAYUVA, Cláudio Pedro Cunha. O retorno dos sujeitos coletivos. In: **Aprendendo com os movimentos sociais**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000, p. 102.

## 1.2 Critérios de Classificação

Na caracterização dos movimentos sociais é comum encontrar-se os critérios de classificação por velhos e novos movimentos, movimentos sociais de afirmação, revolucionário e de cunho histórico, como evidenciado por Alain Touraine.<sup>13</sup>

Por sua vez, Maria da Glória Ghon classifica os movimentos sociais em quatro categorias, de acordo com os objetos reivindicados. Por exemplo, na primeira categoria inserem-se aqueles ligados a instituições e que de acordo com suas práticas ideológicas passam a orientar a conduta de seus atores. Nesta categoria estão os movimentos religiosos, político-partidários, sindicais e aqueles de corporações de professores. Em uma segunda categoria a autora identifica os movimentos relativos a características da natureza humana, como sexo, cor, raça e idade.<sup>14</sup>

Mesmo não sendo manifestações recentes, é na contemporaneidade que movimentos ligados à etnia, a mulheres, homossexuais, idosos e aposentados estão mais presentes. Esses movimentos são estudados como integrantes dos novos movimentos sociais e nessa era de globalização têm ocupado espaço central em detrimento de outras lutas sociais, dado seu impacto universal.<sup>15</sup>

É interessante observar como esses movimentos foram firmando e reafirmando suas identidades, como é o caso do movimento afro-brasileiro, que migrou de movimento predominantemente cultural para ser um movimento contra o racismo e de construção de identidade.<sup>16</sup>

Outro caso significativo, nesse aspecto, constitui o movimento feminista. Nesse viés, Alain Touraine analisa a situação das mulheres enquanto categorias dominadas, como de outras, que lutam por uma imagem concreta, real e global de sujeito<sup>17</sup>.

Afirma o autor:

O movimento das mulheres leva esta evolução a seu termo: as mulheres se definem, para além da pertença nacional, social e cultural, por seu gênero, enquanto seres sexuados e, mais importante ainda, como seres submetidos a

<sup>13</sup>TOURAINÉ, Alain. Op.cit., p. 33.

<sup>14</sup>GHON, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 2000, p. 268.

<sup>15</sup>Idem, p. 269.

<sup>16</sup>GHON, Maria da Glória (Org). **Movimentos sociais no início do século XXI**: antigos e novos atores sociais. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 21.

<sup>17</sup>TOURAINÉ, Alain. Op.cit., p. 232.

uma dominação exercida sobre todo seu ser — e particularmente sobre seu corpo. Operou-se assim uma inversão dos conflitos: do conflito social travado em nome do controle da economia, passou-se a uma luta das mulheres na qual está em jogo o controle de si mesmas e a defesa de direitos relacionados com todos os domínios de suas condutas.<sup>18</sup>

Sobre os movimentos da juventude Alberto Melucci observa que são verdadeiros laboratórios de modelos culturais, sob a forma de redes de diferentes grupos dispersos e fragmentados na vida diária, cujos movimentos se dividem em radicalismo político e violência de alguns grupos extremistas.<sup>19</sup>

Como terceira categoria Maria da Glória Ghon identifica os movimentos construídos a partir de determinados problemas sociais, sejam eles para assegurar acesso coletivo a específicas condições de dignidade, sejam aqueles que lutam para a não destruição ou o uso controlado de determinados bens de consumo.<sup>20</sup>

Nesta classificação estão inseridos movimentos que defendem a condição de acesso, como os movimentos de saúde, habitação, por creches, por transportes. Exemplificam os de restrição de uso, ou uso controlado, os movimentos ecológicos, pacifistas, em defesa de animais e plantas em geral.<sup>21</sup>

É importante, nesta categoria, ressaltar o movimento ecológico por seu caráter postulatório em relação às gerações futuras. Pronunciando-se a respeito do movimento ambientalista, Manuel Castells identifica nele uma visão holística e contrária à satisfação das meras necessidades diárias, como o modelo calcado na democracia em bases populares, que questiona o modo de desenvolvimento da era industrial.<sup>22</sup>

Na quarta categoria de movimentos sociais estão aqueles que surgem em decorrência da conjuntura econômica, política e sociocultural de uma nação. Nesse tipo encontram-se enquadrados todos aqueles considerados pela História como insurreições, revoltas, motins, revoluções, dos quais são exemplo os movimentos nacionalistas libertários.<sup>23</sup>

---

<sup>18</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>19</sup> MELUCCI, Alberto. Juventude, tempo e movimentos sociais. **Revista Young**, Estocolmo, v.4, n. 2, 1996, p. 3-14.

<sup>20</sup> GHON, Maria da Glória. *Op.cit.*, 2000, p. 269-270

<sup>21</sup> Idem, p. 270.

<sup>22</sup> CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 166.

<sup>23</sup> GHON, Maria da Glória. *Op.cit.*, 2000, p. 270

Nesse caso estão classificados aqueles em que o ideal determina crenças e objetivos e conseguem mobilizar as pessoas para a luta, pois “negam o instituído e repõem um novo paradigma para ação e para o pensamento”.<sup>24</sup>

Exemplos desses movimentos são o marxismo, o anarquismo e o cristianismo, que com suas forças motoras próprias sensibilizaram pessoas e criaram, a partir de seu ideal, movimentos sociais específicos.<sup>25</sup>

Na visão de Scherer-Warren, os movimentos sociais são tipificados de caráter econômico, como aqueles da exploração do trabalho; de caráter político, como as lutas pela cidadania, e os referentes às questões culturais e simbólicas, entre os quais destacam-se os religiosos e de construção de identidades sociais<sup>26</sup>.

### 1.3 Discussões Teórico-Conceituais

Para se chegar à atual noção sobre movimentos sociais é necessário considerar o impacto que as transformações nas relações de produção da sociedade ocidental, iniciadas com a Revolução Industrial e até mais recentemente com a globalização econômica, causaram à ação coletiva. Para Ilse Scherer-Warren, tais mudanças atingiram diretamente as formas e o ideário dos sujeitos coletivos e, conseqüentemente, dos movimentos sociais. O novo contexto das lutas pela cidadania e reconhecimento cultural fez com que nascessem movimentos para além das tradicionais lutas de classe,<sup>27</sup> eis que até o início do século XX, o conceito de movimentos sociais voltava-se, basicamente, a explicar a organização e a ação dos trabalhadores sindicalizados,<sup>28</sup> cuja luta coletiva para defender o reconhecimento de seus direitos e interesses era permeada por princípios de liberdade e de igualdade.<sup>29</sup>

---

<sup>24</sup> Idem, p. 271.

<sup>25</sup> Idem, ibidem.

<sup>26</sup> SCHERER- WARREN, Ilse. Op.cit, 2000, p. 98-99.

<sup>27</sup> SCHERER-WARREN, Ilse. A atualidade dos movimentos sociais rurais na nova ordem mundial. In: SCHERER-WARREN; Ilse; FERREIRA, José Maria Carvalho (Orgs.). **Transformações sociais e dilemas da globalização: um diálogo Brasil/Portugal**. São Paulo: Cortez, 2002, p. 244.

<sup>28</sup> GOSS, Karine Pereira; KELLY, Prudêncio. O conceito de movimentos sociais revisitado. **Revista eletrônica dos Pós-Graduando em Sociologia Política da UFSC**, v.2, n.1(2), jan.:jun. 2004, p.75-91. Disponível em >www.emtese.ufsc.br;2\_res6.pdf<. Acesso em 26 jun. 2007.

<sup>29</sup> TOURAINE, Alain. **Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes**. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 143.

Segundo Alain Touraine, “a idéia de movimento social procura demonstrar a existência, no centro de cada tipo de sociedade, de um conflito central”.<sup>30</sup> Na sociedade atual, continua o autor, o conflito que se apresenta mais latente é aquele que opõe, de um lado, o sujeito contra o mercado e as técnicas e, de outro, contra os autoritarismos comunitários. Por essa razão este teórico afirma que o movimento social é muito mais que grupos de interesses ou de pressão política. Este, acima de tudo, evidencia o modo de aplicação social de recursos e modelos culturais e,<sup>31</sup> por isso, não se confunde com toda e qualquer ação coletiva que atualmente se designa como movimento social.

O fato de se viver hoje em um mercado mundializado faz com que a concepção anterior de movimento social, ligada à ideologia revolucionária construída na época industrial a partir da luta de classes,<sup>32</sup> não encontre na sociedade atual o respectivo correspondente, uma vez que a sobreposição de economia e cultura tornou-se ausente nas mediações de interface política e social em que atuavam os movimentos sociais. Assim, esta luta de classes desaparece para dar lugar a conflitos no âmbito de problemas de produção, ligados à estratégia de grandes empresas transnacionais.<sup>33</sup>

É essa constatação que faz com que Touraine analise os movimentos sociais a partir de três óticas — social, cultural e histórica —, separando o ambiente econômico do universo cultural, tornando-se, este último, o fato central do conflito da atualidade.<sup>34</sup>

O movimento social, na visão deste autor, combina conflito social com projeto cultural, que se define por referência a um sujeito. Esse sujeito, por sua vez, “revela-se pela presença de valores morais que se opõem à ordem social”.<sup>35</sup> Dessa forma, o movimento social defende valores contrários ao de seu adversário. Essa espécie de movimento se ampara em duas vertentes: a da utopia e o da ideologia.<sup>36</sup>

Atualmente, conforme entendimento de alguns autores, a formação de movimentos sociais existirá onde a lógica do mercado e da técnica entrarem em

---

<sup>30</sup> Idem, p. 127.

<sup>31</sup> Idem, p. 128.

<sup>32</sup> Idem, p. 129.

<sup>33</sup> TOURAINE, Alain. Op.cit., 2007, p. 32.

<sup>34</sup> TOURAINE, Alain. Op.cit., 1999, p. 129.

<sup>35</sup> Idem, p. 135

<sup>36</sup> Idem, p. 136-137.

conflito com o sujeito, uma vez que os movimentos presentes definem-se em relação a este e não mais em relação à sociedade ou ao sistema social.<sup>37</sup>

Para Touraine, essa mudança no foco da atuação dos movimentos é que dá origem aos movimentos culturais, nos quais a mobilização ocorre mais por uma origem ou sentimento de “pertencer” do que por uma atividade de luta de uma categoria definida socialmente.<sup>38</sup>

Nesse sentido, movimentos culturais são definidos como “ações coletivas tendentes a defender ou a transformar uma figura do Sujeito,”<sup>39</sup> não estando a serviço de nenhum modelo de sociedade perfeita e sim da luta pela democratização das relações sociais.<sup>40</sup>

Alberto Melucci alerta que, quando os conflitos sociais fogem da lógica econômico-industrial para as áreas culturais, os atores coletivos assumem a função de revelar os problemas para a sociedade.<sup>41</sup>

Na visão de Evelina Dagnino:

Nos pequenos núcleos dos movimentos sociais, predominantemente articulados por uma lógica solidarística e igualitária, constituem-se identidades, se constroem noções de dignidade e, a partir de carências ou demandas, elabora-se a noção de direitos como os direitos das mulheres, dos moradores de favelas, dos meninos de rua.<sup>42</sup>

É a transformação causada pelo mundo globalizado em seu aspecto informacional que permite o encontro de uma individualidade do sujeito social e faz com que este se volte mais à defesa de direitos culturais do que mesmo para a luta contra um adversário. Por esta razão, Alain Touraine considera os movimentos mais de afirmação do que de contestação e exemplifica-os, também, com os movimentos das mulheres, defesa de minorias e ecologia.

<sup>37</sup> Idem, p. 152.

<sup>38</sup> Idem, p. 144.

<sup>39</sup> Idem, ibidem.

<sup>40</sup> GOSS, Karine Pereira; KELLY, Prudêncio. O conceito de movimentos sociais revisitado. **Revista eletrônica dos Pós-Graduando em Sociologia Política da UFSC**, v.2, n.1(2), jan.:jun. 2004, p.75-91. Disponível em >[www.emtese.ufsc.br/2\\_res6.pdf](http://www.emtese.ufsc.br/2_res6.pdf)>. Acesso em 26 jun. 2007.

<sup>41</sup> MELUCCI, Alberto. In: GOSS, Karine Pereira; KELLY, Prudêncio. O conceito de movimentos sociais revisitado. **Revista eletrônica dos Pós-Graduando em Sociologia Política da UFSC**, v.2, n.1(2), jan.:jun. 2004, p. 75-91. Disponível em >[www.emtese.ufsc.br/2\\_res6.pdf](http://www.emtese.ufsc.br/2_res6.pdf)>. Acesso em 26 jun. 2007.

<sup>42</sup> DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania”. In: DAGNINO, Evelina (Org.). **Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1994. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n59/a04n59.pdf>>. Acesso em 30 de maio de 2007.

Essas mudanças ficaram mais perceptíveis dos anos 90 em diante e para Ilse Scherer-Warren:

a categoria de sujeito popular, para uns, e de ator social, para outros, passa a substituir a categoria de classe social, bem como a de movimento popular e/ou de movimento social substitui a de luta de classe, significando que, em lugar da tomada revolucionária do poder poder-se-ia pensar em transformações culturais e políticas substantivas a partir da cotidianidade dos atores envolvidos”.<sup>43</sup>

São estas manifestações, mais fundadas nas questões de direito no plano da igualdade e identidade, que caracterizam esses movimentos como “novos movimentos sociais,”<sup>44</sup> voltados para uma ação pró-ativa firmada no desejo dos atores de intervir na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, menos subjugada pelas forças do mercado, com maior espaço para a participação da sociedade civil.<sup>45</sup>

É nesse caminhar que Alain Touraine classifica os movimentos sociais como movimentos históricos em que os “Sujeitos tenham o direito de combinar a sua identidade cultural com uma mais forte participação na vida profissional, econômica e política”.<sup>46</sup>

Como acentua Ilse Scherer-Warren, “parece-me que existe um ideal básico que substancia o agir destes NMS: o da criação de um novo sujeito social, o qual redefina o espaço da cidadania”.<sup>47</sup> Esse é o aspecto inovador ressaltado pela autora, que agrega a este fator a busca da modificação das relações cotidianas.<sup>48</sup>

Para Boaventura de Sousa Santos, os novos movimentos sociais trazem, como maior novidade, tanto o fato de contestar de forma crítica a regulação social capitalista quanto a emancipação social socialista definida pelo marxismo.<sup>49</sup> Continua o autor afirmando em sua análise que a maior emancipação que esses movimentos anseiam não é a política, mas a pessoal, social e cultural. A organização destas lutas não parte de classes sociais, e sim de grupos que lutam por interesses coletivos universalizáveis,

<sup>43</sup>SCHERER-WARREN, Ilse. Op.cit., 1996, p. 17.

<sup>44</sup>GHON, Maria da Glória, **Os sem terra, ONGS e cidadania**. São Paulo: Cortez, 1997, p. 46.

<sup>45</sup>SCHERER-WARREN, Ilse. Op.cit., 2002a, p. 244.

<sup>46</sup>TOURAINÉ, Alain. Op.cit., 1999, p. 153.

<sup>47</sup>SCHERER-WARREN, Ilse. Op.cit., 1996, p. 54

<sup>48</sup>Idem, p. 68.

<sup>49</sup>SOUSA SANTOS, Boaventura de. O novos movimentos sociais. In: LEHER, Roberto;SETUBAL, Mariana (Orgs.). **Pensamento crítico e movimentos sociais** – diálogos para uma nova práxis. São Paulo: Cortez, s/d, p. 177

que se manifestam no contexto da sociedade civil e não no contexto do Estado, mantendo-se distante deste e também dos partidos políticos e sindicatos<sup>50</sup>.

Maria da Glória Gohn, por seu turno, explicita que, atualmente, estes movimentos estabelecem uma agenda emancipatória, propositiva, articulando suas ações coletivas de resistência à exclusão em um verdadeiro movimento de empoderamento dos atores da sociedade civil organizada, na medida em que criam sujeitos sociais para atuarem nesse cenário cuja interligação ocorre no plano das redes informacionais.<sup>51</sup> Essa atuação da contemporaneidade possibilita que o sujeito articule sua luta de uma forma mais dinâmica e compartilhada, conectando fatores individuais com identidade cultural e participação.

Manuel Castells afirma que “as novas tecnologias de comunicação são fundamentais à existência desses movimentos: na realidade, cumprem o papel de infraestrutura organizacional dos movimentos”.<sup>52</sup>

Todas essas transformações verificadas a partir da década de 90, sob o impacto da globalização da economia e da revolução tecnológica, fazem com que ocorra uma mudança na atuação do sujeito, voltando-o mais para as questões identitárias e culturais, com reflexos diretos sobre a definição do que sejam movimentos sociais nos dias de hoje.

Segundo Alberto Melucci, um movimento é

a mobilização de um ator coletivo, definido por uma solidariedade específica, que luta contra um adversário para a apropriação e o controle de recursos valorizados por ambos. A ação coletiva de um movimento se manifesta através da ruptura dos limites de compatibilidade do sistema dentro do qual a ação se situa.<sup>53</sup>

Por sua vez, Ilse Scherer-Warren define movimento social como sendo

Um conjunto de referências, simbólicas num campo de valores e de práticas sociais, que vai sendo construído na memória e na ação coletiva, penetrando em vários níveis, nas relações familiares, comunitárias e societárias, no local, no nacional e no planetário.<sup>54</sup>

---

<sup>50</sup>Idem, p. 181.

<sup>51</sup>GHON, Maria da Glória. Op.cit., 2003, p. 15.

<sup>52</sup>CASTELLS, Manuel. Op.cit., 1999, p. 134.

<sup>53</sup>MELUCCI, Alberto. Op.cit., 2001, p. 35.

<sup>54</sup>SCHERER-WARREN, Ilse. Op.cit., 2002b, p. 248.

Alain Touraine, em uma análise mais recente, evidencia o envelhecimento dos movimentos sociais sem deixar de reconhecer, no entanto, que estes se definem sempre pela vontade de conquistar direitos e devem “impor-se em todas as situações e não são propriamente sociais”.<sup>55</sup>

A ação coletiva, assim, ainda é, nesta era de globalização, o ponto de ligação ou transposição entre o indivíduo e o cidadão, fazendo com que estes atores coletivos voltem e reocupem a esfera pública com uma mensagem originada na esfera privada.<sup>56</sup> Observa Maria da Glória Ghon que essa participação ocorre como um intervir social de forma periódica e planejada ao longo da formulação e instituição de uma política pública.<sup>57</sup>

Não há dúvida de que nesse contexto essas ações coletivas buscam promover mudanças e interferir na realidade social a partir de um reconhecimento identitário e de valores culturais. E, sob esse aspecto, a visibilidade e a articulação desses movimentos em redes informacionais facilitam a difusão de suas ações ao mesmo tempo que despertam em seus participantes sentimentos de pertencimento social.<sup>58</sup>

Segundo Ilse Scherer-Warren, a estratégia de articulação em redes de ações coletivas “tem sido empregada, sobretudo, para o entendimento das dinâmicas políticas dos movimentos sociais”.<sup>59</sup>

Convém ressaltar aqui, no entanto, a distinção quanto ao uso ampliado da expressão movimentos sociais, a fim de caracterizá-la em relação a qualquer outro tipo de ação coletiva, esteja ou não articulada em redes.

Para Maria da Glória Ghon, o primeiro parâmetro a ser adotado na identificação de um movimento refere-se à constituição do coletivo social, ou seja, este deve possuir uma identidade em comum (ser negro, mulher, defender a natureza); a

---

<sup>55</sup> TOURAINE, Alain. Op.cit., 2007, p. 182.

<sup>56</sup> GOSS, Karine Pereira; KELLY, Prudêncio. O conceito de movimentos sociais revisitado. **Revista eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, v.2, n.1(2), jan./jun. 2004, p.75-91. Disponível em >[www.emtese.ufsc.br;2\\_res6.pdf](http://www.emtese.ufsc.br;2_res6.pdf)<. Acesso em 26 jun. 2007.

<sup>57</sup> GHON, Maria da Glória. Op.cit., 2003, p. 19.

<sup>58</sup> Idem, p. 15.

<sup>59</sup> SCHERER-WARREN, I. Redes sociais na sociedade de informação. In: MAIA, R.; CASTRO, M. C. P. (Orgs.). **Mídia, esfera pública e identidades coletivas**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006, p. 223.

partir daí a expressão deve designar uma ação histórica e grupos sociais, como o da classe operária.<sup>60</sup>

Prosseguindo, a autora adverte, ainda, para a necessidade de diferenciar o modo de ação coletiva de movimentos sociais, isto é, não se pode considerar como movimento social a todo e qualquer protesto, luta armada, rebelião. Estes são modos de estruturação de ação coletiva ou até mesmo estratégias de manifestações de movimentos sociais, mas não movimentos sociais propriamente ditos.<sup>61</sup>

O mais importante a destacar nessa diferenciação, para a referida autora, diz respeito à esfera na qual ocorre a ação coletiva. E, nesse sentido, o movimento social se dá em um espaço não institucionalizado, nem em esfera pública nem em esfera privada, criando um campo político próprio de atuação.<sup>62</sup> Assim sendo, nem tudo que muda na sociedade pode ser caracterizado como movimento social ou como uma ação do movimento, embora movimentos sociais possam mudar ou transformar uma realidade social.<sup>63</sup>

É por esta razão que Alain Touraine afirma que só se poderá pensar em uma teoria que explique os movimentos sociais quando for possível separar estes movimentos de toda e qualquer ação coletiva, uma vez que a noção de movimento só será útil quando permitir evidenciar um tipo específico de ação coletiva.<sup>64</sup>

O estabelecimento das diferenças entre o que se pode chamar de movimentos sociais e outros tipos de ação coletiva é o que permite encontrar um conceito atual para ser adotado na compreensão das movimentações sociais contemporâneas.

Nesse contexto, Maria da Glória Ghon define movimento social como:

Ações sociopolíticas construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articulados segundo uma identidade de interesses comuns, amalgamada pela força do princípio da solidariedade. Esta solidariedade é construída a partir de uma base cultural referencial de valores compartilhados pelo grupo, em espaços não institucionalizados, tendo como suporte entidades e organizações da sociedade civil, com agendas de atuação construídas ao redor de demandas socioeconômicas ou político-culturais que abrangem certas problemáticas conflitivas na sociedade.<sup>65</sup>

---

<sup>60</sup>GHON, Maria da Glória. Op.cit., 2000, p. 246.

<sup>61</sup>Idem, p. 246.

<sup>62</sup>Idem, p. 247.

<sup>63</sup>Idem, p. 248.

<sup>64</sup>TOURAINÉ, Alain. Op.cit., 1999, p. 128.

<sup>65</sup>GHON, Maria da Glória. Op.cit., 1997, p. 74.

Nesse propósito, para os fins deste trabalho, adotar-se-á a conceituação do que sejam movimentos sociais na atualidade de acordo com a concepção de Maria da Glória Ghon, anteriormente apresentada.

#### 1.4 Questão Paradigmática

Os paradigmas são construídos como embasamento teórico para nortear a análise de um determinado acontecimento. Para Thomas Khun, um paradigma é o conjunto de elementos culturais, conhecimentos e mapas teóricos, técnicos ou metodológicos compartilhados pelos membros de uma comunidade científica. É a partir desse compartilhar que se distingue o conhecimento científico, da crença ou do senso comum. Na visão deste autor, o conhecimento induz a uma evolução científica, promovendo o que denominou de revoluções, identificando a passagem das etapas de normalidade para crises e daí para novas teorias.<sup>66</sup>

A ação coletiva tem sido nas últimas décadas objeto de análise e pesquisa social em âmbito mundial e latino-americana,<sup>67</sup> Dentre as ações coletivas destacam-se os movimentos sociais, uma vez que operam no centro de variados sistemas organizativos,<sup>68</sup> com ações definidas a partir de uma sociedade histórica na qual coexistem diversificados modos de produção e, portanto, uma infinidade de situações, problemas, atores e objetivos.<sup>69</sup>

A seguir serão apresentadas as principais teorias e paradigmas estabelecidos na produção social sobre esses movimentos na Europa, Estados Unidos e América Latina.

##### 1.4.1 Paradigma Norte-Americano

O estudo das principais teorias e paradigmas sobre os movimentos sociais, ainda em meados do século XX surgiu, inicialmente, na América do Norte e na Europa, para depois influenciar teorias no contexto da América Latina.

---

<sup>66</sup>KHUN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

<sup>67</sup>SCHERER-WARREN, Ilse. Op.cit., 2006, p. 13.

<sup>68</sup>Sistemas organizativos, na visão de Alberto Melucci, são aqueles que indicam tipos de relações que asseguram o equilíbrio de uma sociedade e a sua adaptação ao ambiente, mediante de processos de integração e de troca entre as partes do sistema, isto é, de troca de papéis.

<sup>69</sup>MELUCCI, Alberto. Op.cit., p.44.

Para Maria da Glória Gohn, um paradigma surge de um conjunto de teorias para ajudar na interpretação de fenômenos ou processos da realidade social.<sup>70</sup>

Este estudo terá como parâmetro a apresentação de três paradigmas que norteiam os movimentos sociais, embora em contextos históricos e em regiões distintas, existam outros critérios explicativos de ações coletivas que originaram teorias próprias e como estas evoluíram diante da abertura e expansão do capitalismo e da informatização nessa era globalizada.

O primeiro paradigma explicativo dos movimentos sociais surgiu nos Estados Unidos e era delineado pelo que se chama de teorias clássicas sobre ações coletivas, influenciando os estudiosos no começo do século XX até o início da década de 60.<sup>71</sup> Essas teorias articulavam-se pela teoria da ação social para compreender os comportamentos coletivos com base em um enfoque sociopsicológico, na concepção de Ghon. Os estudos realizados partiam da análise dos movimentos como um ciclo evolutivo, por meio de um processo comunicativo no qual a adesão dos indivíduos dava-se de modo não racional e premeditado, mas apenas como reação aos efeitos que as mudanças da sociedade industrial ocasionava.<sup>72</sup>

Eram análises que consideravam esses comportamentos coletivos como resultados das tensões sociais associados às ideologias homogeneizadoras, ocasionando uma quebra da ordem vigente.<sup>73</sup>

Para Maria da Glória Ghon, a abordagem clássica pode ser dividida em cinco grandes correntes teóricas sobre a ação coletiva, das quais as três primeiras a autora entende como teorias dos movimentos sociais e as demais como ações coletivas. Esta divisão foi dessa forma, estabelecida pela autora:

1 – A Escola de Chicago e alguns interacionistas simbólicos do início deste século. Como um dos produtos desta corrente temos a primeira teoria sobre os movimentos sociais, no trabalho de Herbert Blumer (1949).<sup>74</sup>

---

<sup>70</sup>GOHN, Maria da Glória. Op.cit., 1997, p. 13.

<sup>71</sup>Idem, p. 23.

<sup>72</sup>Idem, p. 24.

<sup>73</sup>Idem, ibidem.

<sup>74</sup>Herbet Blumer definiu os movimentos sociais como empreendimentos coletivos para estabelecer uma nova ordem de vida. Estes movimentos seriam resultados de mudanças individuais operadas no plano psicológico. Blumer dividia os movimentos em três categorias: genéricos (movimento operário, dos jovens, das mulheres); específicos (antiescravagistas, movimentos reformistas) e expressivos (movimentos religiosos) GHON, Maria da Glória. Op. cit., 2000, p. 30-35.

2 – A segunda corrente desenvolveu-se ao longo dos anos 40 e 50, com as teorias sobre a sociedade de massas de Eric Fromm (1941), Hoffer (1951) – também militante de movimento social – e K. Kornhauser (1959). Este último exerceu forte influência sobre algumas produções posteriores; ele caracterizava os movimentos como irracionais de comportamento e os considerava antimodernos.

3 – A terceira corrente predominou nos anos 50 com um forte acento em variáveis políticas e está presente nos trabalhos de S. Lipset (1950) e Heberle (1951). Ela articulava as classes e relações sociais de produção na busca do entendimento tanto dos movimentos revolucionários como da mobilização partidária, do comportamento diante do voto e do poder político dos diferentes grupos e classes sociais. Ela gerou a segunda grande teoria específica sobre os movimentos sociais, expressa nos trabalhos de Heberle<sup>75</sup>.

4 – A quarta corrente foi uma combinação das teorias da Escola da Chicago com a teoria da ação social de Parsons e se fez presente nos trabalhos de Goffman (1959), Aberle (1966). Eles analisaram desde formas elementares de comportamento coletivo até a construção das ações coletivas em grande escala, retomando o *approach* psicossocial e deixando de lado os vínculos entre as estruturas e a política, tão caros à corrente anterior. A terceira grande teoria sobre movimentos sociais na abordagem dos clássicos decorre desta corrente, nos trabalhos de Smelser.

5 – A quinta e última corrente da abordagem clássica, denominada organizacional-institucional, está representada pelos trabalhos de Gusfield (1955) e Selznick (1952). Teve grande influência nas teorias que substituíram o paradigma clássico, mas não gerou, em sua época, nenhuma teoria específica sobre os movimentos sociais. Nos anos 90 foi retomada por alguns pesquisadores dos movimentos sociais, entre eles o próprio Gusfield.<sup>76</sup>

Essas foram às primeiras correntes teóricas que predominaram nos estudos dos movimentos sociais nos Estados Unidos e formaram os conceitos iniciais sobre as ações coletivas.

Em meados dos anos 1960 os Estados Unidos enfrentaram grandes transformações políticas e esse ambiente faz surgir uma nova corrente interpretativa das ações coletivas denominada de teoria da Mobilização de Recursos (MR), que predominou pelas duas décadas seguintes.<sup>77</sup>

---

<sup>75</sup>Heberle, considerava os movimentos sociais um tipo especial de grupo social com estrutura particular que tinha como funções precípua na sociedade a formação de uma vontade comum ou política de um grupo além auxiliar no processo de socialização das elites políticas. O Objetivo básico dos movimentos para ele, era a mudança da ordem vigente. Heberle inova ao tratar da dimensão política dos movimentos, além de distinguir movimentos sociais e políticos segundo seus objetivos; a partir daí, amplia o quadro das ações coletivas consideradas como movimentos sociais para incluir a luta dos camponeses, dos negros, dos socialistas, nazistas (GHON, Maria da Glória. Op.cit., 2000. p. 36-39).

<sup>76</sup>Para Smelser as ações sociais são estabelecidas com base em de quatro componentes: 1. as metas gerais e valores – que fornecem o mais amplo guia ao comportamento social orientado; 2. as regras – que regem a consecução dos propósitos e estão baseadas em normas; 3. a mobilização da energia individual – para atingir os fins estabelecidos dentro da estrutura normativa; 4. as facilidades de que dispõem os agentes para o conhecimento do ambiente (GHON, Maria da Glória Ghon. Op. cit., 2000, p. 46).

<sup>77</sup>Idem, p. 49.

Essa nova linha de pensamento surge rejeitando por completo a importância dada pela teoria clássica às emoções dos grupos coletivos, bem como ao “*approach* eminentemente psicossocial dos clássicos, centrado nas condições de privação material e cultural dos indivíduos”.<sup>78</sup>

A teoria da Mobilização de Recursos explica as ações coletivas a partir dos comportamentos organizacionais, considerando movimentos sociais como grupos de interesse e tendo na variável dos recursos seu ponto mais ressaltado. Por isso mesmo essa corrente não percebe distintamente esses movimentos dos partidos políticos, *lobbies* e grupos de interesse, estabelecendo como base do modelo a teoria do utilitarismo.<sup>79</sup>

John McCarthy e Mayer Zald foram os autores mais expressivos da explicação da corrente da MR. Para eles, os movimentos sociais seriam como organizações que são estimuladas não apenas pelos seus membros, mas por outras organizações interessadas no objeto da demanda ou que se beneficiariam com ela. Na visão destes autores, o sucesso dos movimentos sociais estaria na organização formal hierárquica.<sup>80</sup> Ainda de acordo com John McCarthy e Mayer Zald, a avaliação dos membros do movimento era feita a partir de conceitos aplicáveis ao mundo das organizações empresariais, ou considerando o líder do movimento um gerente ou administrador do grupo de interesses, originando um ambiente de competição para obtenção de recursos para suas ações.<sup>81</sup>

Outros autores foram importantes para o desenvolvimento da teoria da MR, entre eles Charles Tilly e Anthony Oberschall que, mesmo com diferenciações em alguns aspectos da abordagem, tinham como ponto em comum analisar a ação coletiva em termos de lógica da interação estratégica e cálculo de custo/benefício.<sup>82</sup>

Ainda nos anos 70, a partir de críticas feitas à MR, especialmente ao utilitarismo e ao individualismo, base de sua metodologia, alguns teóricos, entre os quais Bert Klandermans, Tarrow, Rick e Verta Taylor, fizeram surgir o que Maria da

---

<sup>78</sup>Idem, p. 49.

<sup>79</sup>Idem, p. 51.

<sup>80</sup>Idem, p. 52.

<sup>81</sup>Idem, *ibidem*.

<sup>82</sup>NASCIMENTO, Janaína Xavier do. Enfoques estratégicos e identitários dos movimentos sociais: uma síntese possível? In: **Crise social & multiculturalismo** – estudos de sociologia para o século XXI. São Paulo: Hucitec, 2003, p. 89.

Glória Ghon denomina de teoria da Mobilização Política, que passou a contemplar nas orientações da teoria clássica e da Mobilização de Recursos um outro componente, o da “psicologia social, como instrumento para a compreensão dos comportamentos coletivos dos grupos sociais”, ou seja, a análise parte do interior do indivíduo (mente) para o exterior (forma), como ele pratica as ações.<sup>83</sup>

Essa nova teoria aproxima os parâmetros da integração social, resgatados por meio de um olhar sobre a identidade coletiva dos grupos e o da interação com sua cultura, fazendo com que esse marco teórico assemelhe-se aos dos novos movimentos sociais.<sup>84</sup> Maria da Glória Ghon, no entanto, esclarece que, muito embora os fatores de compreensão social sejam bem marcantes na teoria da Mobilização Política (MP), a dimensão de concepção da cultura é variável e se apresenta, na maior parte das vezes, situada entre os extremos, ou seja, ou é restrita ou muito abrangente.<sup>85</sup>

Desse modo, para essa teoria a ênfase é dada aos processos políticos que conseguem responder a explicações tanto de caráter geral quanto de situações específicas, que, neste caso, contemplarão a cultura e a política dos grupos.<sup>86</sup> O componente político, assim, é tratado a partir de oportunidades políticas aliado ao processo de mobilização dos movimentos, formando os pontos-chave da nova teoria que busca em outros paradigmas, como as teorias clássicas, os novos movimentos sociais, o paradigma marxista e nos elementos constantes na teoria da Mobilização de Recursos a sua formulação. Essa concepção permitiu estabelecer laços entre os movimentos sociais e as políticas institucionalizadas.<sup>87</sup>

A influência do paradigma da MR e dos novos movimentos sociais na construção da teoria da Mobilização Política deu origem a um dos grandes debates teóricos a partir de análises de Jean Cohen, Gamsom, Snow, Taylor, McAdam e Klandermans, entre outros, cujas abordagens comparativas foram consolidando os elementos caracterizadores da MP.

No debate teórico estabelecido Cohen afirma que “a despeito das diferenças cruciais, ambos os paradigmas envolvem a contestação entre grupos organizados com

---

<sup>83</sup>GHON, Maria da Glória. Op.cit., 2000, p. 73.

<sup>84</sup>Idem, ibidem.

<sup>85</sup>Idem, p. 74.

<sup>86</sup>Idem, p. 75.

<sup>87</sup>Idem, p. 78.

associações autônomas e sofisticadas formas de redes de comunicação”.<sup>88</sup> Já para Gamsom, Taylor e Doug McAdam, o importante foi revisitar o conceito de identidade coletiva a partir de Melucci. Nesse caminho, foi Gamsom quem ofereceu uma importante contribuição ao demonstrar a importância dos meios de comunicação e da mobilização, redefinindo o conceito de *frames* e trazendo para a MP uma categoria fundamental, que é a de identidade pública.<sup>89</sup>

*Frames*, significando em inglês quadro ou moldura, para Maria da Glória Ghon são, entretanto, tidos como “marcos referenciais significativos e estratégicos da ação coletiva”.<sup>90</sup> Tal conceito, como já referido em linhas anteriores, foi revisitado por William Gamsom a partir de *frames* de injustiça social, como forma de identificar os componentes de mobilização dos indivíduos na promoção de ações coletivas. Na verdade, trata-se de identificar o que une ou move esses indivíduos a ponto de promoverem a mobilização. Foi com David Snow e Robert Benford, entretanto, que o conceito de *frames*, aplicado aos movimentos sociais, foi aprimorado para *frame alignment*, consistindo em um modo de interpretação para as coletividades entenderem o mundo. Os autores empregaram-no, ainda, para identificar as estratégias de vinculação dos ativistas dos movimentos sociais a outros *frames* na sociedade. Dessa forma, Snow e Benford promovem uma articulação entre a ideologia do movimento e questões de mentalidade e da cultura política.<sup>91</sup>

Sidney Tarrow, por sua vez, observou que os movimentos estabelecem um elenco fixo de símbolos e imagens na cultura política, o que o levou a constatar que uma mudança no elenco de disputas dos movimentos sociais resulta, também, em lutas internas dos movimentos, tanto entre eles quanto com oponentes externos. Na visão do autor, essa contínua luta faz surgir novos marcos referenciais, portanto novos *frames*. Nesse viés, destaca que é importante a construção de conceitos intermediários como marcos referenciais da ação coletiva.<sup>92</sup>

Segundo Bert Klandermans e Sidney Tarrow, é por intermédio de oportunidades políticas que se estabeleceram as saídas para ação coletiva, permitindo

---

<sup>88</sup>COHEN apud GHON, Maria da Glória. Op. cit., 2000, p. 79.

<sup>89</sup>GHON, Maria da Glória. Op. cit., 2000, p. 81.

<sup>90</sup>Idem, p. 87.

<sup>91</sup>Idem, p. 88 e 91.

<sup>92</sup>Idem, p. 93-94.

novos significados para as ações de mobilização, fazendo surgir novos atores coletivos.<sup>93</sup>

Uma das contribuições marcantes de Klanderman foi a elaboração do conceito de campo multiorganizacional,<sup>94</sup> que reforçou a teoria da MP, fatores explicativos dos processos de construção de significados sociais.<sup>95</sup>

Maria da Glória Gohn, no entanto, ressalta três pontos importantes a serem destacados no conceito da MP: “mobilização de estruturas, *frames* e oportunidades políticas”. Em se tratando destas últimas, Tarrow afirma que elas constituem a centralidade de movimentos, isto porque são elas que abrem os espaços para a atuação de atores sociais carentes, que o fazem por meio de redes sociais e símbolos culturais.<sup>96</sup>

Em sua análise Tarrow agrega o fator consciência do movimento, ou seja, o movimento passa a ter um caráter intelectual coletivo em suas ações, que é repassado por meio de mensagens pelos líderes.<sup>97</sup>

Maria da Glória Ghon ressalta que a principal contribuição trazida por Tarrow é que sua análise aponta como resultado o fato de um movimento resultar em um processo de mudança social, pois são eles, em seus ciclos, os catalisadores da força social. Destaca a autora, no entanto, que a visão de Tarrow peca ao considerar que estes movimentos não criam as oportunidades políticas, mas tão-somente as aproveitam em seu favor.<sup>98</sup>

Em sua análise, a autora conclui que a teoria da Mobilização Política, embora não tenha apresentado uma forma de superar o reducionismo e o utilitarismo das demais teorias em relação aos conflitos sociais, avançou ao introduzir a política e identificar as ações nas estruturas macrossociais, mesmo que ainda presa a um modelo de racionalidade instrumental.<sup>99</sup>

---

<sup>93</sup> Idem, p. 83

<sup>94</sup> Para Klanderman campo multiorganizacional é o resultado de vários significados que emergem num processo de confronto, durante um dado protesto ou movimento social, representativos dos múltiplos setores sociais (In: Gohn, Maria da Glória. Op. cit., 2000, p. 84).

<sup>95</sup> GHON, Maria da Glória. Op. cit., 2000, p. 81.

<sup>96</sup> Idem, p. 98.

<sup>97</sup> Idem, ibidem.

<sup>98</sup> Idem, p. 105.

<sup>99</sup> Idem, p. 113.

### 1.4.2 Paradigmas Europeus

Ao contrário do paradigma americano, cujas teorias foram evoluindo sempre com parâmetros comuns, a abordagem dos paradigmas europeus aponta para duas linhas teóricas completamente diferenciadas em suas premissas: a neomarxista e a culturalista-acionalista consagrada como a dos Novos Movimentos Sociais (NMS).

Assim, os teóricos dos NMS, destacando-se Alain Touraine, Alberto Melucci, Claus Offe, Laclau e Mouffe, adotam como base de seu modelo a cultura, não aquela de origem marxista, mas a cultura enquanto recriadora do ator e sua ação modificadora, independentemente de onde se localize nas estruturas. Essa abordagem estuda o novo sujeito como um ser coletivo e difuso “não hierarquizado, em luta contra as discriminações de acesso aos bens da modernidade e, ao mesmo tempo, crítico de seus efeitos nocivos, a partir da fundamentação de suas ações em valores tradicionais, solidários, comunitários”.<sup>100</sup>

A abordagem dos NMS situa a política no centro da análise a partir de uma perspectiva das práticas sociais, em que o poder é pensado além da esfera do Estado, mas no âmbito da sociedade civil, e os atores sociais são analisados tanto por suas ações coletivas quanto pela identidade comum criada nesse processo, eis que essa identidade é parte da constituição dos movimentos.<sup>101</sup>

De acordo com Manuel Castells, “entende-se por identidade a fonte de significado e experiência de um povo”. Significado, para o autor, é definido como uma identificação simbólica dos objetivos da ação praticada pelo ator social, cujo processo de organização ocorre em torno de uma identidade primeira que estrutura as demais, mantendo-se ao longo do tempo e espaço.<sup>102</sup>

Por essa razão, ao tratar da construção de identidades coletivas, Castells defende como ponto fundamental quem constrói e com que objetivo constrói, pois é isso o que determina o conteúdo simbólico dessa identidade e seu significado. Para os

---

<sup>100</sup> Idem, p. 122-123

<sup>101</sup> Idem, p. 123-124.

<sup>102</sup> CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 22-23.

movimentos, a identidade expressa sua autodefinição, a essência do que é e em nome de quem se pronuncia.<sup>103</sup>

Na visão de Maria da Glória Ghon, é a forma diferente de fazer política exposta na abordagem dos NMS, em que reside a inovação, aliada à própria politização de novos temas, na qual se verifica que para esses movimentos a preocupação maior é assegurar direitos sociais com mudanças nos valores dominantes e com alteração de situações de discriminação no interior da sociedade civil.<sup>104</sup>

Os NMS apresentam-se com estruturas mais abertas em sistema colegiado, sem hierarquias internas, mais participativos, espontâneos e mais fluidos, o que permite uma atuação com maior intercâmbio de informações em redes de troca e cooperação.<sup>105</sup>

Na análise de Ghon, a teoria dos NMS mostra-se incompleta, pois os conceitos que lhes servem de base não estão ainda devidamente explicitados:

O que temos é um diagnóstico das manifestações coletivas contemporâneas que geraram movimentos sociais e a demarcação de suas diferenças em relação ao passado. Estes movimentos, por sua vez, geraram certas mudanças significativas, tanto na sociedade civil como na política. A teoria dos NMS usou o clássico binômio causa-efeito, sem entrar no mérito do conjunto de processos que configuraram os movimentos como tais.<sup>106</sup>

No entendimento da citada autora, o NMS não constitui um “novo paradigma”, tendo em vista que é mais um fruto de uma reconstrução teórica existente com a revitalização da teoria da ação social e das matrizes clássicas a partir de Weber e Durkheim.<sup>107</sup>

Além das matrizes clássicas, a teoria dos NMS contou com a apreciação de autores como Adorno e Habermas — frankfurtianos — e Felix Guattari, Giles Deleuze e Michel Foucault, principais analistas dos movimentos ecológicos, feministas e homossexuais.

---

<sup>103</sup>Idem, p. 23.

<sup>104</sup>GOHN, Maria da Glória. Op.cit., 2000, p. 125.

<sup>105</sup>Idem, p. 126.

<sup>106</sup>Idem, p. 129.

<sup>107</sup>Idem, p. 132.

Habermas e Foucault defendem o discurso da ação voltada aos indivíduos, contrapondo ação *versus* estrutura, o que motivou uma reação ao movimento estrutural-funcionalismo do pensamento de Marx e Weber e gerou um debate sobre os estudos dos movimentos e do comportamento coletivo e dos papéis sociais dos indivíduos. Nesse contexto, surge o que se denomina de teoria das redes sociais na tentativa de se articular macro (da sociedade) e micro (voltado para os atores).<sup>108</sup>

Esta última tentativa (micro) desenvolve-se na perspectiva de que o indivíduo poderá alterar a ordem vigente, o que provoca um conflito constante. Essa análise centrada no indivíduo e sua subjetividade ocasiona, na visão de Guattari, o resgate da esfera da vida social, cotidiana, na qual a autonomia do indivíduo ou dos grupos leva a um processo de interação com formação de novas relações sociais, daí o surgimento de redes sociais e culturais, um dos pontos bem ressaltados nos NMS.<sup>109</sup>

Outro aspecto que merece destaque na abordagem dos NMS é a utilização da fenomenologia, ao aliar cotidiano e cultura como fundamentos da análise em uma tentativa de tornar claro o que está latente na vida cotidiana, mas não aparente. Foi a partir desse olhar sobre a vida cotidiana que Habermas desenvolveu o conceito de mundo da vida, estruturado sob três aspectos: cultura, sociedade e personalidade, significando para o autor um subsistema da sociedade civil, ou seja, parte dela, na qual atuam organismos mediadores entre o Estado e o mercado. É desde essa ótica que o autor analisa sociedade civil, diferenciando a lógica do sistema econômico-político e aquela dada pelo mundo da vida.<sup>110</sup>

Em relação aos movimentos sociais, Habermas pregava que esses movimentos criam possibilidades de novas relações sociais e, conseqüentemente, novas formas de produção, posto que promovem processos originais ao buscar soluções alternativas para problemas comuns enfrentados pelos seus integrantes. Nesse sentido, o autor atribui dois papéis aos movimentos sociais: um quanto ao processo de aprendizado e outro em relação à formação da identidade social, ou seja, ele os vê como ações dinâmicas na criação e expansão de espaços públicos da sociedade civil que se forma diante dos novos problemas sociais, que em seu entender relacionam-se com a

---

<sup>108</sup>Idem, p. 133.

<sup>109</sup>Idem, p. 135.

<sup>110</sup>Idem, p. 138.

qualidade de vida, igualdade de direitos, auto-realização individual, participação e direitos humanos.<sup>111</sup>

Outros teóricos europeus também dedicaram-se ao estudo dos NMS, mas não consolidaram um pensamento unânime em suas abordagens, o que levou Maria da Glória Ghon a distingui-los sob três correntes: a francesa, com Alain Touraine; a Italiana, sob a liderança de Alberto Melucci, e a alemã, com Claus Offe.

Alain Touraine, no início de seus estudos sobre os movimentos sociais, explica-os ao criar a teoria do acionismo, na qual “a ação é uma resposta a um estímulo social”<sup>112</sup> e o movimento é considerado como um grupo ou um ator coletivo que estará sempre em oposição a um adversário em suas reivindicações sociais decorrentes dos problemas causados no âmbito da sociedade industrial.<sup>113</sup>

Para este autor existem três princípios a se considerar na interpretação dos movimentos sociais: a identidade, a oposição e a totalidade. Ao final da década de 70 do século passado o paradigma teórico de Touraine voltou-se para a teoria da ação social centrada no desempenho dos atores sociais, explicitando um conflito social e um projeto cultural. Nos anos 1990, ante as mudanças no sistema capitalista, o autor passou a reconhecer a alteração no foco das relações do processo de produção para o processo informacional, as relações de consumo, provocando uma exacerbação do individualismo, com sujeitos mais voltados para si,<sup>114</sup> expondo um conflito cultural central que opõe, de um lado, o sujeito contra a técnica e o mercado, e de outro contra poderes comunitários.<sup>115</sup>

Tendo em vista todo esse processo de mudança, Touraine passou a analisar os movimentos sociais sob três aspectos: a partir da dissociação do econômico e do cultural, separando-os em movimentos sociais referentes à era industrial; movimentos culturais, mais ligados ao sentimento de pertencimento, identificado com os novos movimentos sociais, e os movimentos históricos, mais ligados a essa era de globalização.

---

<sup>111</sup>Idem, p. 139-140.

<sup>112</sup>Idem, p. 142.

<sup>113</sup>Idem, p. 143.

<sup>114</sup>Idem, p. 149-152.

<sup>115</sup>TOURAINÉ, Alain. Op. cit., 1999, p. 128.

Em recente análise o autor constata o enfraquecimento dos movimentos sociais em decorrência do impacto causado pela globalização com a dissociação entre economia e sociedade, uma vez que, em sua visão, tal elo desfeito conduz à destruição da própria idéia de sociedade. Por essa razão, defende a tese de que se está vivendo em uma era de rupturas, de construção de novos paradigmas que possam ir em busca de “identificar novos atores e objetivos e, portanto, os novos movimentos sociais de hoje”.<sup>116</sup>

A corrente italiana tem em Alberto Melucci seu mais ilustre porta-voz. Suas análises voltam-se para enfatizar o caráter micro na ação coletiva dos indivíduos, com ênfase no âmbito psicossocial.<sup>117</sup> O referido autor define a ação coletiva como “união de vários tipos de conflitos baseados no comportamento dos atores em um sistema social”,<sup>118</sup> enquanto que essa ação é classificada por ele como sistemas, ou seja, “os movimentos são sistemas de ações, redes complexas entre os diferentes níveis e significados da ação social”.<sup>119</sup>

Para Ghon, esta conceituação elaborada por Melucci significa dizer que, para a caracterização de um movimento social, é importante ter presente dois conflitos: um de natureza política e outro baseado na ação organizacional, tornando-se as mediações que refletiram o comportamento coletivo, definido por ele como tendo caráter de classe, de acordo com Weber.<sup>120</sup>

Segundo Melucci, os movimentos são indicativos de uma transformação, institucionalizando práticas sociais com modificação na linguagem cultural de uma determinada época, estabelecendo o que denomina de processo relacional criador de uma identidade coletiva do grupo.<sup>121</sup> Por processo relacional, entende o autor ser “a capacidade e a tendência dos movimentos para constituir, identificar e poder interrogar sua própria identidade”.<sup>122</sup>

---

<sup>116</sup>TOURAINÉ, Alain. Op. cit., 2007, p. 42 e 84.

<sup>117</sup>GHON, Maria da Glória. Op. cit., 2000, p. 153.

<sup>118</sup>MELUCCI apud GHON, Maria da Glória. Op. cit., 2000, p. 155.

<sup>119</sup>Idem, *ibidem*.

<sup>120</sup>GHON, Maria da Glória. Op. cit., 2000, p. 156.

<sup>121</sup>Idem, p. 157-158.

<sup>122</sup>MELUCCI apud GHON, Maria da Glória. Op. cit., p. 158. Por identidade coletiva o autor entende: “é uma definição interativa e compartilhada, produzida por certo número de indivíduos (ou grupos em níveis mais complexos) em relação à orientação de suas ações e ao campo de oportunidades e constrangimentos onde estas ações têm lugar”.

Na sua abordagem a ideologia, do ponto de vista analítico, é fundamental para o entendimento dos movimentos sociais, pois estas são verdadeiros marcos representativos das ações dos atores e ele utiliza, para tanto, os *frames* da MR na expressão dessa análise com ênfase no significado de suas práticas e no papel que as lideranças exercem na construção da identidade coletiva de um grupo, partindo do pressuposto de que um movimento não é um processo espontâneo, mas fruto de necessidades ou vontades de indivíduos isolados.<sup>123</sup>

A corrente alemã, baseada na visão de Claus Offe, é centrada em uma análise política na qual a hegemonia dos temas assume destaque e se torna central e assim, para o autor, o modo de atuar politicamente em resposta a um conjunto de problemas específicos é o que caracteriza os novos movimentos sociais.<sup>124</sup>

Segundo ainda este autor, tais problemas dizem respeito à vida cotidiana, fazendo surgir ao seu redor vontades políticas que contribuem para a formação das identidades coletivas dos novos atores sociais. O que chama a atenção na visão de Claus Offe é o fato de ele não considerar que os valores defendidos por esses movimentos sejam novos. O que aparece como novidade é o fato de a ação social conter em si um caráter predominantemente político.<sup>125</sup>

Surge na Europa, ainda, um outro olhar sobre os movimentos sociais, alicerçado na visão de Marx, em sua leitura mais tradicional e naquela que veio a se denominar de neomarxista. A primeira compõe-se de duas correntes: uma cujos estudos apresentam-se sob uma ótica mais humanista, baseada nos estudos de Marx sobre a consciência, alienação e ideologia e presentes nos trabalhos de Rosa Luxemburgo, Gramsci, Lukács e a escola frankfurtiana, e a outra, em análises que privilegiam os fatores econômicos, macroestruturais da sociedade. Aqui entra, no ponto central, o conflito social que dá origem à luta de classes.<sup>126</sup>

Para os neomarxistas, representados por Manuel Castells, Jean Lojkin, Claus Offe, Laclau, Hobsbawn, entre outros, a análise dos movimentos sociais deve ter ao

---

<sup>123</sup>GHON, Maria da Glória. Op. cit., 2000, p. 160-163.

<sup>124</sup>Idem, p. 165.

<sup>125</sup>Idem, p. 167-169.

<sup>126</sup>Idem, p.172.

centro a política, do ponto de vista de uma cultura política “resultante das inovações democráticas, relacionadas com a experiência dos movimentos sociais”.<sup>127</sup>

Manuel Castells, no início da década de 70, dedica-se ao estudo de movimentos sociais urbanos, aliando o componente político ao trazer para a discussão temas como a cidadania.<sup>128</sup> No decorrer das décadas, no entanto, o autor afasta-se dessa base marxista, atribuindo ao Estado a responsabilidade pela coesão social, integrando e unificando o conflito.<sup>129</sup>

Eric Hobsbawn, por sua vez, na década de 90, lança uma publicação que atesta o declínio do movimento operário, reconhecendo que com as mudanças econômicas e culturais ocorridas no mundo emergem novas forças sociais, como partidos que defendem a causa ambiental, e novos movimentos sociais que entram em cena para ocupar o novo lugar na esquerda.

### 1.4.3 Paradigma Latino-Americano

Um paradigma forma-se a partir de um conjunto de teorias, como já afirmado neste estudo. No caso da formação de um paradigma latino-americano, Maria da Glória Ghon reconhece que o mesmo está mais ligado à realidade concreta do que centrado em estudos teóricos. A teoria dos movimentos sociais, contudo, no contexto latino-americano desenvolveu, nas Ciências Sociais, uma importante área de renovação.<sup>130</sup>

Ilse Scherer-Warren divide em quatro fases temporais (até a década de 70; os anos 70; os anos 80 e os anos 90 do século XX) esses estudos e ressalta que nesta análise há de se considerar: “a concepção sobre a natureza do real, a constituição e o papel do(s) sujeito(s) da ação na dinâmica social, e a concepção sobre os rumos da própria mudança social”.<sup>131</sup>

É certo que a base da produção teórica de um paradigma latino-americano sofreu forte influência dos modelos americano e europeu de desenvolvimento,

---

<sup>127</sup>Idem, p.173.

<sup>128</sup>Idem, p.172 e 190.

<sup>129</sup>Idem, p.195.

<sup>130</sup>Idem, p. 211-212.

<sup>131</sup>SCHERER-WARREN, Ilse. Op. cit., 1996, p. 14.

sobretudo quando se buscava uma análise comparativa de desenvolvimento, como fica claro na teoria da modernização, a qual centra sua abordagem em um modelo dual de atraso x modernidade, sempre em relação ao processo de industrialização dos países desenvolvidos, sem levar em conta qualquer especificidade do contexto da realidade latino-americana.<sup>132</sup>

Mesmo no âmbito da Comissão Econômica para o Desenvolvimento da América Latina (CEPAL), criada especificamente para propor alternativas de desenvolvimento para a realidade latino-americana, as teorias elaboradas eram fundadas naquele paradigma dualista de uma face moderna e outra atrasada.<sup>133</sup>

Nos anos 1970 o estudo realizado por Falleto e Cardoso, denominado “teoria da dependência”, inovou ao trazer uma abordagem das especificidades dessa realidade e defender que o desenvolvimento nesse contexto ocorre em um processo de dependência da economia global. A partir dessa leitura os fenômenos da realidade social são interpretados de forma crítica em relação ao processo de desenvolvimento econômico. Outra importante teoria surge na chamada de “teoria da marginalidade”, segundo a qual o ser marginal é fruto não só da exclusão, mas decorrente, também, do processo de acúmulo de capital imposto pelo sistema capitalista de superexploração da força de trabalho.<sup>134</sup>

Ressalte-se que nesse período da década de 70 muitos países da América Latina encontravam-se sob forte militarização, com governos ditatoriais, como o exemplo do Brasil, e é a partir deste cenário que as principais lutas sociais se desenvolvem, principalmente aquelas ligadas ao movimento sindical.

Para Zibechi, as ações sociais buscavam

O acesso ao Estado para modificar as relações de propriedade, e esse objetivo justificava as formas estadocêntricas de organização, baseadas no centralismo, na divisão entre dirigentes e dirigidos e na disposição piramidal da estrutura dos movimentos.<sup>135</sup>

---

<sup>132</sup>GHON, Maria da Glória. Op. cit., 2000, p.212.

<sup>133</sup>Idem, p. 212.

<sup>134</sup>Idem, p. 214.

<sup>135</sup>ZIBECHI, Raúl. Os movimentos sociais latino americanos: tendências e desafios. In: LEHER, Roberto; SETUBAL, Mariana (Orgs.). **Pensamento crítico e movimentos sociais** – diálogos para uma nova práxis. São Paulo? Cortez, 2005, p. 199.

É importante destacar que a influência européia na abordagem latino-americana, se fez predominantemente por meio do paradigma marxista e teve em Castells um grande inspirador,<sup>136</sup> tendo em vista o fato de sua análise caracterizar o Estado pela sua força de capital monopolista.

Para Ilse Scherer-Warren, esta visão marxista-leninista “centrava-se na explicação dos condicionantes (ou determinações) econômico-estruturais das ações coletivas”.<sup>137</sup>

Na década de 80, entretanto, a força do paradigma marxista para análise dos movimentos sociais começou a perder influência e com o crescimento do paradigma dos Novos Movimentos Sociais buscou-se para a abordagem desses estudos elementos inovadores nas formas de organização e modo de fazer política com um olhar especial sobre a cultura popular, em que a categoria de sujeito ou ator social passou a ocupar a de classe social, conseqüentemente deslocando a identificação de lutas de classe para movimentos populares ou sociais.<sup>138</sup>

Nesse contexto, as transformações ocorridas no Brasil ante a abertura democrática e o acirramento da crise econômica fazem com que grandes mobilizações sociais agitem as massas com greves, piquetes, saques, deixando aflorar um sentimento de justiça social e de mudanças com o início de movimentos, como os da *Diretas Já* para eleições democráticas do presidente da República.<sup>139</sup>

Foi uma década na qual surgiram inúmeros movimentos sociais em todo o território brasileiro, com temáticas variadas, como a dos povos da floresta na Amazônia; mulheres; moradia, todos estes revelando “a face de sujeitos até então ocultos ou com as vozes sufocadas nas últimas décadas”.<sup>140</sup>

Do final dos anos 80 e no decorrer dos 90, a configuração desses movimentos modificou de forma muito significativa com a redefinição das lutas sociais. Começam

---

<sup>136</sup>GHON, Maria da Glória. Op.cit., 2000, p. 215.

<sup>137</sup>SCHERER-WARREN, Ilse. Op.cit., 2002b, p. 246.

<sup>138</sup>SCHERER-WARREN, Ilse. O caráter dos novos movimentos sociais. In: SCHERER-WARREN, Ilse. Op.cit., 1996, p. 17.

<sup>139</sup>GHON, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais**. A construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Edições Loyola, 1995, p. 126.

<sup>140</sup>Idem, ibidem.

a surgir os novos movimentos sociais, “centrados mais em questões éticas ou de valorização da vida humana”.<sup>141</sup>

Para Zibechi:

A base ética e cultural dos grandes movimentos é composta por três grandes correntes político-sociais nascidas nesta região: as comunidades eclesiais de base vinculadas à teologia da libertação, a insurreição indígena portadora de uma cosmovisão diferente da ocidental, e finalmente, o guevarismo inspirador da militância revolucionária.<sup>142</sup>

Na visão de Calderón e Jelin, há algumas afinidades entre os novos movimentos sociais da América Latina e aqueles dos países centrais, entretanto, o que os diferencia é que a realidade latino-americana faz com que estes movimentos apresentem características muito particulares, não sendo movimentos sociais puros, tendo em vista a “a multidimensão, não só das relações sociais, mas também dos próprios sentidos da ação coletiva.”<sup>143</sup>

Nos demais países da América Latina os movimentos sociais distribuíram-se de forma bem diferenciada do ponto de vista espacial, encontrando-se no Brasil o maior número dessas manifestações.

No México destacaram-se os importantes movimentos dos zapatistas nos anos 70 e dos Chiapas nos anos 90, com estilos de ação coletiva rural e métodos bem diferentes.<sup>144</sup>

O movimento zapatista da década de 70 ficou caracterizado como anticapitalista pelos protestos contra grandes empresários rurais. Na filosofia deste movimento haviam eles invadido as terras de seus ancestrais, enquanto que os Chiapas utilizaram a mídia para difundir sua luta e denunciar a opressão e a exclusão enfrentada no México.<sup>145</sup>

---

<sup>141</sup>Idem, p. 127.

<sup>142</sup>ZIBECHI, Raúl. Op.cit., p. 198.

<sup>143</sup>CÁLDERON, Fernando; JELIN, Elizabeth apud SOUZA SANTOS, Boaventura de. Op. cit., p. 183.

<sup>144</sup>GHON, Maria da Glória. Op. cit., 2000, p. 222.

<sup>145</sup>Idem, p. 222.

Castells, ao tratar do movimento dos Chiapas, que se armaram na defesa de seus ideais, define-o como o primeiro movimento de guerrilha informacional.<sup>146</sup> Por essa razão:

Foram protegidos da repressão absoluta por sua inabalável conexão com a mídia, bem como pelas alianças estabelecidas em todo o mundo via Internet forçando o governo a negociar, e levando ao conhecimento da opinião pública mundial a questão da exclusão social e da corrupção política.<sup>147</sup>

Na visão de Scherer-Warren, esse movimento “ao mesmo tempo que contestava as novas formas de dominação global do capital, defendia o direito e o respeito à manutenção das diversidades culturais”.<sup>148</sup>

Na Bolívia, Maria da Glória Ghon identifica como predominante aqueles movimentos dos pobres de origem indígena, o movimento dos Aymaras. No Peru surgiu o movimento armado Sendero Luminoso, caracterizado como guerrilha rural. No Chile, os movimentos centravam-se mais em reivindicações políticas. Na Argentina, o mais famoso dos movimentos é o chamado Mães da Praça de Maio, que na defesa dos direitos humanos é o mais significativo para o país.<sup>149</sup>

Na América Central os movimentos sociais estão ligados aos processos de libertação nacional ou são baseados na atuação de pastorais e de comunidades eclesiais.<sup>150</sup>

Um fator a ser ressaltado nos movimentos sociais presentes na América Latina é o papel dos movimentos religiosos e a sua influência nas ações coletivas, fundamentais ao processo de transformação da realidade em alguns países, entre os quais o Brasil.

Nesse sentido, a Igreja Católica desempenhou um papel fundamental a partir do Conselho Vaticano II, da Encíclica *Populorum Progressio*, do Papa Paulo VI, voltada especificamente para América Latina e para a criação do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), promovendo uma reorientação da atividade católica mais voltada para o âmbito social. É nesse período que ganha força a Teoria da

---

<sup>146</sup>CASTELLS, Manuel. Op. cit., p. 103.

<sup>147</sup>Idem, p. 105-106.

<sup>148</sup>SCHERER-WARREN, Ilse. Op. cit., 2002b, p. 245.

<sup>149</sup>GHON, Maria da Glória. Op. cit., 2000, p. 222-223.

<sup>150</sup>Idem., p. 223.

Libertação, baseada em uma sociedade mais justa e igualitária para os povos latino-americanos.<sup>151</sup>

A realidade latino-americana, de infra-estrutura das pastorais, inclusive com escassez de padres, propiciou, ainda, a criação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), com a presença de leigos e religiosos, que mediante o método de ensino Paulo Freire difundiam a religião sob os marcos da Teologia da Libertação<sup>152</sup>.

Como realça Ilse Scherer-Warren:

A novidade deste trabalho pastoral, segundo a Teologia da Libertação, não é apenas a existência de um profundo conteúdo simbólico e de uma mensagem de libertação. Esses dois aspectos são inerentes à religiosidade popular latino-americana, principalmente dentro da tradição messiânica. Diferente aqui é o valor dado à luta humana através de movimentos sociais para a realização desta utopia de libertação e não através da dependência da chegada de um Messias. Adicionalmente, libertação não significa apenas a chegada a uma “terra prometida”, como acontece nos movimentos messiânicos. Significa que o ponto de partida é a libertação da pessoa humana, a descoberta da sua dignidade, a redefinição do seu status de cidadão, a libertação imediata de diversas formas de opressão (econômica, política, legal, racial, sexual, exploração estrangeira, etc.).<sup>153</sup>

Com a abertura democrática, nos anos 90, a ação coletiva enfraqueceu em relação ao seu objeto de reivindicação e a Europa, com a queda do muro de Berlim, em 1989, passou a chamar a atenção. Com isso, uma reorganização dos movimentos foi necessária para se obter a sobrevivência.<sup>154</sup>

Nesse processo de abertura dos mercados novas problematizações surgem e as lutas pela cidadania e reconhecimento da diversidade cultural tomam conta do cenário, ultrapassando as tradicionais lutas de classes, ante a decadência do *Welfare State*. Fortalecem-se, então, as lutas de gênero, ecologia, as de cunho ético e de etnias.<sup>155</sup>

O processo globalizante indica uma reorientação na lógica tanto econômica quanto informacional, impondo também uma realocação desta lógica nos contextos

<sup>151</sup>SCHERER-WARREN, Ilse. Op. cit., 1996, p. 34.

<sup>152</sup>Idem, ibidem.

<sup>153</sup>Idem, p. 39.

<sup>154</sup>GHON, Maria da Glória. Op. cit., 2000, p. 230.

<sup>155</sup>SCHERER-WARREN, Ilse. Op.cit., 2002b, p.244.

das comunidades, isto é, o global e o local, uma vez que para Ilse Scherer-Warren, há “uma transnacionalização da política e da cultura”.<sup>156</sup>

Atualmente essa lógica reflete-se no modelo organizacional dos movimentos que cada vez mais tentam reproduzir a vida cotidiana, familiar e comunitária.<sup>157</sup>

Para Castells, os novos movimentos sociais, mesmo os mais distintos entre si, reagem contra esse processo globalizante e seus emissários políticos, cuja atuação se estabelece em um processo de “informacionalização por meio da mudança dos códigos culturais no cerne das novas instituições sociais”.<sup>158</sup>

Por todas e tantas realidades latino-americanas, é que Maria da Glória Ghon afirma que a abordagem sobre os movimentos sociais deve sempre ter uma visão multidisciplinar, com destaque para a política, uma vez que nessa realidade essas ações coletivas têm grandes relações ou envolvimento com o poder político, levando-se ainda em consideração a diversidade cultural.<sup>159</sup>

## 1.5 A Nova Tendência Transfronteiriça

Atualmente a evolução dos movimentos sociais, em especial nos países latino-americanos, vem apresentando nova tendência, com características próprias, voltadas ao âmbito de um “estabelecimento territorial”, com remodelagem do espaço físico de atuação. A partir do espaço geográfico onde se localizam vão emergindo novas práticas e relações sociais<sup>160</sup>.

Conforme Zibechi, o valor ao território está em considerá-lo como

(...) o espaço no qual se constrói coletivamente uma nova organização social, onde os novos sujeitos se instituem, instituindo seu espaço e apropriando-se dele material e simbolicamente.<sup>161</sup>

Na definição de Fernandes, o espaço geográfico “é formado pelos elementos da natureza e pelas dimensões sociais”. São as relações sociais que transformam este

---

<sup>156</sup>Idem, p.247.

<sup>157</sup>ZIBECHI, Raúl. Op.cit., 2005, p.199.

<sup>158</sup>CASTELLS, Manuel. Op.cit., 1999, p.135.

<sup>159</sup>GHON, Maria da Glória. Op.cit., 2000, p.240.

<sup>160</sup>ZIBECHI, Raúl. Op.cit., p.200.

<sup>161</sup>Idem, p. 204.

espaço e vice-versa. Afirma ainda este autor que o território também se movimenta pela sua conflituosidade com espaços de integração e resistência e, portanto, expressa sua identidade por meio da territorialidade.<sup>162</sup>

Enfim, dessa integração entre território, dimensão social e identidade decorre uma configuração espacial capaz de promover a conformação das subjetividades de seus atores, podendo ser identificada com os camponeses, indígenas e ecologistas.<sup>163</sup>

Em busca de ocupar esses espaços e territórios é que os movimentos ambicionam se firmarem, objetivando, assim, construir um mundo novo tecido sobre as novas relações sociais.<sup>164</sup>

E, para tanto, as estratégias dos novos movimentos sociais voltam-se preponderantemente para uma atuação em rede de informação, impulsionada pela moderna tecnologia.

Nesse modo de atuação a articulação em rede robustece o movimento e no entender de Ilse Scherer-Warren traz características comuns centradas na “articulação dos atores e movimentos sociais e culturais; transnacionalidade; pluralismo organizacional e ideológico; atuação nos campos cultural e político”.<sup>165</sup>

A articulação entre os sujeitos sociais em redes de movimentos, das mais diversas ordens, como política e cultural, permite a participação voltada para uma atuação coletiva de caráter mais global, para além dos interesses privados de cada um, possibilitando a formação de novas identidades a partir da multidimensionalidade do sujeito e da interação com as redes nas quais transita e que propicia a transformação da vida social, de cunho mais coletivo e fundada em princípios mais éticos.<sup>166</sup>

Segundo Ilse Scherer-Warren, esses movimentos coletivos em redes servem de estratégias para instrumentalizar as redes de movimentos, atuando como suas molas

---

<sup>162</sup>FERNANDES, Bernardo Maçano. Movimentos sócio-territoriais e movimentos sócio-espaciais in Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. Disponível em [http://osal.clacso.org/dev/article.php3interrogacao?id\\_article=117](http://osal.clacso.org/dev/article.php3interrogacao?id_article=117). Acesso em 20 ago. de 2007.

<sup>163</sup>GONÇALVES, Carlos Walter Porto. A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico sobre estudos de conflito e movimentos sociais na América Latina. Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/seoane/porto.rtf>. acesso em 20 jul. 2007.

<sup>164</sup>ZIBECHI, Raúl. Op. cit., p. 206.

<sup>165</sup>SCHERER-WARREN, Ilse. Op. cit., 1996, p. 119.

<sup>166</sup>BASTOS, Maxwel Monteiro. **Espaços de formação do profissional de educação: saberes e movimento em rede**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000, p. 33.

propulsoras, sem defini-los, mais fortalecendo-os como parte constitutiva dessa sociedade de informação.<sup>167</sup>

Essa forma de atuação é uma tendência estratégica das articulações entre movimentos e demais organizações da sociedade civil, despertando o potencial “mobilizatório não institucionalizado e visível que, desta forma, dá continuidade às lutas de defesa da cidadania”.<sup>168</sup>

A autora observa que essas facilidades trazidas pelas tecnologias de informação e comunicação “reterritorializam os espaços de pressão e ação política”,<sup>169</sup> mas esses mecanismos dependem do ideário do movimento para atingir realmente esse objetivo.

Um fator preponderante para a reorganização dos movimentos e atuação mais articulada é o impacto que a globalização causou em relação ao desenvolvimento econômico, o que importa, segundo Sheth, em

criar uma política global de movimentos populares (da sociedade civil) com objetivo de construir uma estrutura institucional alternativa de governo global, baseada nos princípios democráticos de igualdade política, justiça social, diversidade cultural e de não-violência e nos princípios ecológicos de sustentabilidade e de manutenção da biodiversidade.<sup>170</sup>

A globalização promoveu, de imediato, a idéia de ausência de regulação tanto econômica quanto social e política. Trata-se da mundialização dos mercados se processando sem limites à atividade econômica. Para Touraine, foi essa ideologia de uma “capitalismo sem limites que suscitou tanto entusiasmo e tanta contestação”.<sup>171</sup>

Foi a partir dessas resistências ao capitalismo desenfreado dessa era globalizada que muitas resistências locais reuniram-se em um grande movimento planetário de oposição ao capitalismo global, do qual o Fórum Social Mundial é um exemplo<sup>172</sup> dos mais expressivos.

<sup>167</sup>SCHERER-WARREN, Ilse. Op. cit., 2006, p. 216.

<sup>168</sup>SCHERER-WARREN, Ilse; ROSSIAUD, Jean. O movimento cidadão e democracia: as conexões local-global. In: SANTOS, José V.; BARRERA, C.; BAUMGARTEN, M. (Orgs.). **Crise social e multiculturalismo**. São Paulo: Hucitec, 2003, p. 442.

<sup>169</sup> Idem, p. 440.

<sup>170</sup>SHETH, D.L. Micro movimentos na Índia: para uma nova política de democracia participativa. In: SOUSA SANTOS, Boaventura de (Org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 96.

<sup>171</sup>TOURAINÉ, Alain. Op. cit., 2007, p. 30.

<sup>172</sup>Idem, p. 31.

Esse movimento, na visão de Ghon, é bastante diferente dos movimentos sociais do século passado, pelo fato de não negar a ordem capitalista vigente, como fazia o comunismo marxista, mas repudiar sim a forma capitalista de produzir e reproduzir essa nova ordem em vigor<sup>173</sup>.

As ações desse movimento são baseadas na solidariedade para propor soluções alternativas aos problemas sociais e também àqueles relativos ao consumo de recursos naturais e a própria vida no planeta, apresentando-se como um dos mais importantes debates políticos na seara da sociedade civil atual.<sup>174</sup>

Tais ações caracterizam-se como um movimento sem fronteiras e sua principal articulação é marcada pela atuação em redes de extensão global, trazendo as lutas sociais para a dimensão pública, revitalizando a forma de operar nas ruas.<sup>175</sup>

Trata-se de um movimento cujo traço marcante é sua composição heterogênea quanto à rede de movimentos e organizações que o integram, lutando contra a forma como a globalização se processa, com forte combate à exclusão dela decorrente. A mídia tem sido o grande veículo de divulgação das ações de protestos e a Internet a estratégia de organização e mobilização do movimento, que teve em Seattle (1998) e Nova York (2002) momentos marcantes de manifestações.<sup>176</sup>

Maria da Glória Ghon ressalta que os movimentos sociais constituem-se em seus fluxos e refluxos, uma força sociopolítica que promove mudanças sociais diversas e, em relação ao movimento antiglobalização, a autora observa que a grande novidade é o fato de ele estar aproximando atores tão diversos, “unindo, sem apagar as diferenças, num campo de ação comum, grupos políticos e tribos culturais que até então sequer sentavam juntos para dialogar”.<sup>177</sup>

É um movimento que rompe barreiras e fronteiras, além das virtuais, aquelas originadas do próprio nome, isto é, ligado ao território físico e que a Geografia define, segundo Gonçalves, como uma expressão que deriva de *front* decorrente de uma padronização militar, que significa “um espaço que ainda está sendo objeto de luta nos limites espaciais de duas forças em confronto aberto por afirmar seu controle”.

---

<sup>173</sup>GHON, Maria da Glória. Op. cit., 2003, p. 33.

<sup>174</sup> Idem, ibidem.

<sup>175</sup> Idem, ibidem.

<sup>176</sup> Idem, p. 35.

<sup>177</sup> Idem, p. 49.

Nesse sentido, enquadram-se, também, os movimentos dos atingidos por barragens hidrelétricas que, no Brasil, iniciaram-se na década de 70, na região do Alto Uruguai (RS) e hoje continuam sua cruzada contribuindo decisivamente nos acordos de reassentamentos de famílias atingidas, em articulação com os principais atores sociais.<sup>178</sup>

Verifica-se, portanto, segundo o que afirma Liszt Vieira, que o aumento de uma socialização global, mais interdependente, deixa ultrapassadas aquelas noções simplistas e tradicionais de um mundo social e sua transformação. Verifica-se, assim, nessa era de globalização, o poder dos movimentos sociais tanto em âmbito local como nacional e internacional, expressando-se nas suas novas idéias, valores e princípios, aliados ao uso das ferramentas que as tecnologias de informação oferecem.<sup>179</sup>

Pelo exposto, esses movimentos, principalmente aqueles organizados para defender a vida no planeta, como o movimento ecológico ou ambiental, devem se fortalecer, porque fundados na solidariedade e na participação como estratégias de luta contra a forma e os modos de produção e de desenvolvimento do capital que visa apenas ao lucro e objetiva a utilização a qualquer custo dos recursos naturais de que ainda dispõem os territórios dos países em desenvolvimento.

Nesse propósito, no próximo capítulo serão abordados a questão da globalização contemporânea e o desenvolvimento sustentável.

---

<sup>178</sup>REIS, Maria José. **O movimento dos atingidos por barragens: atores, estratégias de e conquistas.** Disponível em <<http://www.cfh.ufsc.br/~npms/arquivos/ProgramacaoIISemNPMS-Final.doc>>. Acesso em 12 ago. 2007.

<sup>179</sup>VIEIRA, Liszt. **Cidadania e globalização.** Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 115.

## CAPÍTULO II

### GLOBALIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

#### 2.1 Globalização Econômica Neoliberal

As transformações ocorridas em meados do século passado, a partir da Segunda Guerra Mundial, impactaram profundamente a civilização ocidental: primeiro, por fazerem ruir a dicotomia estabelecida em um mundo bipolar entre o bloco capitalista dos Estados Unidos e o bloco comunista da União Soviética; segundo, porque esse triunfo do capitalismo veio acompanhado por uma revolução tecnológica informacional — comunicação instantânea —, permitindo a interligação, em tempo real, por meio das redes de computadores, de mercados, culturas e sociedades. Enfim, do mundo como um todo em um processo de globalização e de interdependência global.

As mudanças promovidas por esse quadro fizeram com que o poder dos mercados, por meio da atuação de grandes conglomerados internacionais apoiados pela política dos países do Norte, capitaneados pelos Estados Unidos e pela Inglaterra, acirrasse as diferenças e desigualdades sociais no mundo e fizesse com que a renda ficasse cada vez mais concentrada em uma minoria em detrimento da exclusão, fome, desintegração do poder do Estado e dos benefícios sociais por ele assegurados, enfraquecendo-o como ator político único, posição que até então desfrutara no cenário das relações internacionais.

A expansão dos mercados, por sua vez, desencadeou o agravamento da crise ambiental, cujos efeitos são sentidos em todas as regiões do globo também de forma interdependente. O fortalecimento de uma sociedade de consumo, por meio da mídia global, exacerbou a necessidade de ser buscada nova proposta de desenvolvimento, com modificações nesse padrão de consumo e no modo de produção capitalista atual, para compatibilizar de forma sustentável os âmbitos econômico, social e ambiental. A

‘maior pressão para tal transformação globalizante — globalização contemporânea — é empreendida pelos movimentos sociais ambientalistas, que vêm se revelando forças de resistência ao processo de desenvolvimento neoliberal defendido pelos impérios do grande capital nesse mundo globalizante, assuntos tratados na continuidade deste estudo.

### 2.1.1 O Modelo Neoliberal e suas Transformações

A globalização é, sem dúvida, o fenômeno do mundo contemporâneo que atingiu mais profundamente o modo de produção capitalista, modificando, dessa forma, o sistema econômico mundial, cujos fluxos de poder por meio do desenvolvimento das tecnologias de informação passaram a irradiar-se para outras áreas, como social, cultural, jurídica, etc. A globalização, no entanto, em seu viés econômico, foi impulsionada a partir do ideário neoliberal.

Com o término da Segunda Guerra Mundial os Estados Unidos tornaram-se a grande potência hegemônica, em um mundo bipolar dividido entre capitalismo e comunismo. O capitalismo passou a viver uma fase áurea denominada de *golden age* e o Estado a figurar como ator central da vida política, econômica e social,<sup>180</sup> com forte presença intervencionista na economia. Nessa fase verifica-se um ambiente econômico em expansão, tendo em vista o processo de reconstrução da Europa, o que proporcionou o crescimento das grandes empresas multinacionais. Ressalte-se que as políticas econômicas e os processos de trabalhos, na época, eram definidos sob os marcos teóricos de Keynes e Ford.<sup>181</sup>

Na década de 70, no entanto, essa *golden age* viu-se abalada pela grave crise do petróleo e o capitalismo mundial entrou em colapso, instalando-se um período de grande recessão e, a partir de então, pode-se estabelecer um marco para o início da atual globalização caracterizada pelo paradigma do neoliberalismo.<sup>182</sup>

---

<sup>180</sup>TOURAINÉ, Alain. Op. cit., 2007, p. 28

<sup>181</sup>FERREIRA, Cloves Augusto Alves Cabral, **Globalização e poder Judiciário**: os valores considerados na reforma do poder Judiciário no Brasil. Florianópolis: UFSC, Dissertação de Mestrado, 2005.

<sup>182</sup>FERREIRA, Cloves Augusto Alves Cabral, **Globalização e poder Judiciário**: os valores considerados na reforma do poder Judiciário no Brasil. Florianópolis: UFSC, Dissertação de Mestrado, 2005.

O neoliberalismo tem sua base na política do livre mercado e redução do Estado por meio da desregulamentação da economia — Estado mínimo — com total liberdade individual para execução do mercado livre. Os teóricos do pensamento neoliberal eram críticos ferrenhos do *Welfare State* e o apontavam como o maior entrave ao desenvolvimento econômico.<sup>183</sup>

Entre os teóricos do neoliberalismo, Friedrich August Von Hayek foi o mais expressivo e sua crítica ao Estado de bem-estar social tinha na ação sindical seu maior foco, porquanto afirmava o poder excessivo conquistado pelo movimento operário sobre os salários. Além disso, os gastos com o setor social impulsionavam o Estado a intervir na economia para manter a estabilidade monetária, que deveria ser restaurada naturalmente com um mercado livre e a contenção com os gastos sociais, disciplina orçamentária e uma restauração “natural” da taxa de desemprego, que atuaria para enfraquecer o poder dos sindicatos.<sup>184</sup>

Hayek, nesse sentido, combate a estrutura social assegurada pelo Estado-previdência, fazendo uma análise também das sociedades que se formam a partir de modelos econômicos adotando um Estado mínimo ou um Estado intervencionista, caracterizando-as, sob estes aspectos, em sociedades abertas e sociedades planificadas. Para ele, sociedades abertas são aquelas estabelecidas com pressupostos de liberdade, individualismo, mercado, Estado de Direito, divisão de poderes e as exemplifica com as sociedades liberais dos séculos XVII e XVIII da Inglaterra. As sociedades planificadas, por sua vez, possuem como características as idéias de igualdade, intervenção estatal e justiça social, a exemplo das sociedades comunistas, nazistas e fascistas do início do século XX.<sup>185</sup>

Era a defesa de um Estado liberal no qual, segundo o autor, este Estado se limitaria a estabelecer normas gerais, deixando livres os indivíduos para agirem dependendo das circunstâncias de cada situação e adaptando-se a elas.<sup>186</sup>

---

<sup>183</sup> OLIVEIRA, Odete Maria de. **Teorias globais** e suas revoluções: fragmentações do mundo. Ijuí: Editora Unijui, 2005, v.III, p. 197.

<sup>184</sup> AZEVEDO, Plauto Faraco de. **Ecocivilização** – ambiente e direito no limiar da vida. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005, p. 57.

<sup>185</sup> OLIVEIRA, Odete Maria de. Op. cit., 2005, v.III, p. 199.

<sup>186</sup> HAYEK, Friedrich August von. **O caminho da servidão**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990, p. 88.

A estrutura do pensamento hayekiano é moldada pelo que o autor denomina de ordem do mercado, a qual intula de *catalaxia* e a conceitua como “uma rede de muitas economias conectadas entre si, desconhecendo hierarquia de fim único”,<sup>187</sup> pois a ordem do mercado compreende a multiplicidade dos seus diferentes fins.

Essa ordem, segundo o autor, é produzida no seio da sociedade aberta, identificada como superior a qualquer outra, na qual ocorrem sempre benefícios mútuos a seus integrantes. A ordem de mercado é concebida como um jogo espontâneo em que o mercado exige as habilidades e os participantes contam com a sorte, pois o ambiente é livre e auto-regulável. É, sobretudo, neste aspecto que o pensamento de Hayek sobre a ordem de mercado e justiça social, pilar do Estado do bem-estar social, torna-se incompatível, eis que, para assegurar essa finalidade distributiva, é necessária a intervenção do Estado na economia e esse fato destrói o próprio mercado, segundo a visão do autor.<sup>188</sup>

A visão heyekiana, que considera o mercado como fator central, é assim entendida por Paula Christine Schlee:

Interessante notar como nesta concepção se concede ao mercado um *status* quase-humano, ignorando o fato de que o “mercado”, por si só, não existe, mas é conformado pelos agentes que nele atuam e que o fazem, sempre visando à obtenção de interesses particulares e que, portanto, livrar o mercado à auto-regulação significa nada mais, nada menos, que livrá-lo ao domínio do mais forte.<sup>189</sup>

É na década de 70, que o pensamento neoliberal de Hayek tornou-se mais fortalecido diante da grave crise do capitalismo, encontrando eco na política promovida pelos governos Thatcher (1979) na Inglaterra e Reagan nos Estados Unidos (1980), cujo discurso político promove a exaltação do Estado mínimo.<sup>190</sup>

Aos poucos também o restante da Europa começa a adotar o neoliberalismo como base de suas políticas, à exceção da Suíça e da Áustria. Nessa época encontra-se em marcha o processo de consolidação da Comunidade Européia e estabelece-se o

---

<sup>187</sup>Idem, ibidem.

<sup>188</sup>Idem, p. 200.

<sup>189</sup>SCHLEE, Paula Christine. Política e globalização: o relacionamento Estado-empresas transnacionais. In: CAUBET, Christian Guy (Coord.). **A força e o direito nas relações internacionais**: as repolarizações do mundo. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004, p.60.

<sup>190</sup>FERREIRA, Cloves Augusto Alves Cabral, **Globalização e poder Judiciário**: os valores considerados na reforma do poder Judiciário no Brasil. Florianópolis: UFSC, Dissertação de Mestrado, 2005. Cap. 1.

cenário perfeito para a aplicação das idéias neoliberais em escala internacional como única saída viável para vencer a crise econômica instalada e combater a ameaça comunista.<sup>191</sup>

Em análise dos efeitos das políticas neoliberais como fator determinante para o processo de globalização, Paula Christine Schlee, citando Edmundo Arruda Júnior, adverte que o pensamento neoliberal surge como contraponto teórico e político aos avanços conquistados nos campos sociais, políticos e jurídicos pela atuação de um Estado intervencionista e regulador, representado pelo *Welfare State*.<sup>192</sup>

Em 1989, com a queda do muro de Berlim e o final da guerra fria, prenuncia-se o fim do comunismo como ideologia política contraposta ao capitalismo e, em 1991, desfaz-se o bloco soviético, consolidando, desta forma, o sepultamento do regime econômico e político que ainda justificava o sistema capitalista a manter o *Welfare State*.<sup>193</sup> A partir de então abrem-se novos mercados e os países antes socialistas tornam-se novas fronteiras de expansão para negócios, associação de capital e transferência de tecnologias. Ou seja, ambiente propício para o avanço do capital mundial.<sup>194</sup>

Essas mudanças no sistema capitalista foram dinamizadas por meio das tecnologias de informação, que igualmente, nessa época, passaram por uma radical transformação com o surgimento da transmissão por fibra ótica ou a laser através das redes de telecomunicação.<sup>195</sup>

Nas palavras de Manuel Castells, o desenvolvimento do sistema de transmissão por meio das telecomunicações fez com que o poder de comunicação e difusão de conhecimento e informação se tornasse sem precedentes na História.<sup>196</sup>

---

<sup>191</sup> FERREIRA, Cloves Augusto Alves Cabral, **Globalização e poder Judiciário**: os valores considerados na reforma do poder Judiciário no Brasil. Florianópolis: UFSC, Dissertação de Mestrado, 2005.

<sup>192</sup> SCHLEE, Paula Christine. Política e globalização: o relacionamento Estado-empresas transnacionais. In: CAUBET, Christian Guy (Coord.). Op. cit., p. 59.

<sup>193</sup> SCHLEE, Paula Christine. Política e globalização: o relacionamento Estado-empresas transnacionais. In: CAUBET, Christian Guy (Coord.). **A força e o direito nas relações internacionais**: as repolarizações do mundo. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004.

<sup>194</sup> IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, p. 56.

<sup>195</sup> OLIVEIRA, Odete Maria de. **Teorias globais e suas revoluções**: impérios de poder e modos de produção. Ijuí: Editora Unijuí, 2005, v.II, p. 192.

<sup>196</sup> CASTELLS, Manuel. Op. cit., 1999, p. 298

Estas modificações, segundo o autor, foram percebidas muito rapidamente pelas empresas que, com o avanço das tecnologias, conseguiram se instalar em diversos países com redução de custos sociais, por meio da integração em redes.<sup>197</sup>

É inaugurado, a partir de então, o modo de produção global, cujas características residem na “forma instantânea de difusão e aplicação dos conhecimentos, informações e geração de saberes”<sup>198</sup> com impactos na divisão de trabalho, pois o processo produtivo passa a se dispersar em unidades produtivas por meio da terceirização, subcontratação e informatização, em um mundo em que o capital circula sem fronteiras e nacionalidades, com uma força de trabalho cada vez mais sem identidade, de forma extremamente veloz.<sup>199</sup>

Evidencia Odete Maria de Oliveira que a atuação do capital em rede faz com que a acumulação e sua mais-valia sejam decorrentes e estabelecidos pelos fluxos financeiros integrantes dos mercados financeiros globais.<sup>200</sup> Esse processo torna tais fluxos financeiros fluidos e volatizados, surpreendendo pelo poder de interconexão em todos os campos, especialmente nas relações comerciais mundiais.<sup>201</sup>

Na visão de Octavio Ianni, é neste momento que ocorre uma transformação quantitativa e qualitativa do capitalismo, uma vez que ao atuar de forma global com a abertura de novas fronteiras de expansão, esse modo de produção se reinventa e revoluciona todas as outras formas de organização social do trabalho, influenciando instituições, padrões e valores socioculturais dos indivíduos, coletividades e povos que internalizam os princípios de mercado, produtividade, lucratividade e consumismo em seu cotidiano.<sup>202</sup>

O modelo neoliberal dessa nova etapa do capitalismo passa a se tornar único e mostrar força hegemônica no cenário político mundial e estrategicamente deve ser propagado para as economias em desenvolvimento do planeta, como as da América Latina, diante de sua potencialidade como mercado fornecedor e consumidor, além das oportunidades para investimentos de excedentes.

---

<sup>197</sup> Idem, p. 297.

<sup>198</sup> OLIVEIRA, Odete Maria de. Op. cit., 2005, v.II, p. 192.

<sup>199</sup> Idem, p. 197.

<sup>200</sup> Idem, p. 201.

<sup>201</sup> OLIVEIRA, Odete Maria de. Op. cit., 2005, v.III, p. 276.

<sup>202</sup> IANNI, Octavio. Op. cit, p. 184.

Esta nova hegemonia do sistema econômico neoliberal passa então a demonstrar necessidade de estabelecer a difusão desses novos valores, ligados à economia de mercado e às demais instituições político-jurídicas, a fim de que estas passem a atuar de acordo com esse novo ideário, modificando o paradigma estabelecido pelo *Welfare State* mais voltado ao social.<sup>203</sup>

### 2.1.2 A Concepção Neoliberal e o Consenso de Whashington

Em novembro de 1989, após a queda do muro de Berlim, realizou-se em Washington uma reunião entre funcionários do governo norte-americano e dos organismos internacionais lá sediados: Banco Mundial (BIRD), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Fundo Monetário Internacional (FMI), convocada pelo *Institute for International Economics*, evento intitulado: *Latin American Adjustment: How Much Has Happened?*<sup>204</sup> Nesse encontro foi firmado um acordo para a formulação de um conjunto de medidas que os países do terceiro mundo ou subdesenvolvidos deveriam adotar, destinado a consolidar a nova concepção neoliberal. As conclusões desse encontro ficaram conhecidas como Consenso de Washington, o qual, segundo Plauto Faria de Azevedo, era indicado “Para orientar os governos dos países em desenvolvimento e os organismos internacionais na valorização dos avanços em matéria de ortodoxia econômica, quando aqueles viessem pedir ajuda destes”.<sup>205</sup>

Na visão de Odete Maria de Oliveira, a preocupação maior dos Estados Unidos, além de preservar e aumentar seu poder hegemônico, voltava-se aos governos nacionalistas da América Latina e demais regiões em desenvolvimento, ante a possibilidade de não conseguirem controlar a pressão nacional por melhorias sociais e, assim, colocarem em risco o macropoder econômico e político americano e, ainda, dificultar a obtenção de lucros almejados pelos investidores daquele país, que dependiam da mão-de-obra e da matéria-prima dos países periféricos.<sup>206</sup>

Entende a autora que o Consenso de Washington pode ser compreendido como:

<sup>203</sup> FERREIRA, Cloves Augusto Alves Cabral, **Globalização e poder judiciário**: os valores considerados na reforma do poder judiciário no Brasil. Florianópolis: UFSC, Dissertação de Mestrado, 2005. Cap. 1.

<sup>204</sup> Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/010/10almeida.htm>. Acesso em 22 ago. 2007.

<sup>205</sup> AZEVEDO, Plauto Faria de. Op. cit., p.70.

<sup>206</sup> OLIVEIRA, Odete Maria de. Op. cit., 2005, v.III, p. 205.

Um conjunto de princípios voltados ao sucesso do mercado livre, elaborado pelo governo dos Estados Unidos e pelas instituições financeiras por ele comandadas, posto em execução de diversas formas por essas instituições.<sup>207</sup>

Ressalta, ainda Oliveira que “das decisões do Consenso de Washington os governos e suas populações tanto não participaram como jamais puderam contrariar suas determinações”.<sup>208</sup>

Os temas acordados pelo Consenso de Washington abrangem dez áreas, a saber: a) disciplina fiscal; b) priorização dos gastos públicos; c) reforma tributária; d) liberação financeira; e) regime cambial; f) liberalização comercial; g) investimento direto estrangeiro; h) privatização; i) desregulação e j) propriedade intelectual.<sup>209</sup>

Nesse sentido, Cloves Ferreira comenta: as formulações pactuadas no Consenso tinham como justificativa os argumentos utilizados por John Willianson, do *Institute for International Economics*, que afirmava haver desperdício do dinheiro emprestado aos países em desenvolvimento, que não conseguiam resolver as crises financeiras enfrentadas e como resultado tornavam-se inadimplentes. Adotar as medidas pactuadas era a solução para esses países na ocasião de contrair novos empréstimos, sobretudo porque tais medidas alcançariam também outros aspectos, como o social e o político.<sup>210</sup>

Segundo Azevedo, no entanto, as medidas formuladas no Consenso de Washington revelam um marco paradigmático triunfante do capitalismo, que apregoa uma modernidade neoliberal, mas na realidade promove a exclusão social.<sup>211</sup>

Ressalta o autor que a instauração do neoliberalismo não pressupõe qualquer preocupação com os excluídos do circuito econômico, muito pelo contrário, o sistema é projetado para ganhos imediatos em um curto espaço de tempo e sem qualquer consideração à dignidade da pessoa humana.<sup>212</sup>

---

<sup>207</sup>Idem, p. 210.

<sup>208</sup>Idem, p. 207.

<sup>209</sup>Idem, p. 211.

<sup>210</sup>FERREIRA, Cloves Augusto Alves Cabral, **Globalização e poder judiciário**: os valores considerados na reforma do poder judiciário no Brasil. Florianópolis: UFSC, Dissertação de Mestrado, 2005. Cap. 1

<sup>211</sup>AZEVEDO, Plauto Faraco de. Op. cit., p. 60.

<sup>212</sup>Idem, p. 57.

É nesse sentido que Paulo Bonavides alerta:

Debaixo dos ditames da Internacional capitalista, que é o Consenso de Washington, promove-se, deliberadamente, empregando a matemática dos cálculos especulativos, a queda das economias, a desintegração dos mercados, a perda do caráter nacional de cada povo, sacrificado pelos métodos de subjugação que essa espécie de política globalizadora a que o Brasil aderiu soube utilizar com freqüência.<sup>213</sup>

Não obstante isso, foi com base nas propostas do Consenso de Washington, cujo ambiente favorável era determinado pela nova configuração geopolítica mundial, que os Estados Unidos e os organismos multilaterais de financiamento impuseram aos países em desenvolvimento a adequação à nova ordem mundial, que interligada em redes atuava em escala global. Era a “receita de prosperidade e de integração exitosa à nova ordem mundial, para os países periféricos”.<sup>214</sup>

Para Odete Maria de Oliveira, “a denominada política de ajuste neoliberal concentrou-se no movimento de ajuste global, desenvolvido no contexto da globalização financeira de uma forma extraordinariamente dinâmica”.<sup>215</sup>

É nesse cenário neoliberal do Consenso de Washington que o fenômeno da globalização contemporânea começa a se desenvolver em seu principal nexo: a globalização econômica neoliberal, exaltada como única forma de inserção no mundo globalizado, com predominância da visão do mercado sobre o próprio Estado.<sup>216</sup>

Esse processo neoliberal e seus princípios estruturados no Consenso de Washington, na visão de Ianni, “põem de modo claro a progressiva subordinação do Estado-nação aos movimentos e às articulações do capital”.<sup>217</sup>

O neoliberalismo, para o referido autor, é a própria ciência econômica global que fundamenta o processo e os movimentos do capital em escala mundial, determina a atuação das empresas transnacionais e dos organismos multilaterais e se impõe aos

<sup>213</sup>BONAVIDES, Paulo. **Teoria constitucional da democracia participativa**. São Paulo: Malheiros, 2003, p. 93.

<sup>214</sup>SCHLEE, Paula Christine. Op. cit., p. 61.

<sup>215</sup>OLIVEIRA, Odete Maria de. Op. cit., 2005, v.III, p. 223.

<sup>216</sup>FERREIRA, Cloves Augusto Alves Cabral, **Globalização e poder Judiciário**: os valores considerados na reforma do poder Judiciário no Brasil. Florianópolis: UFSC, Dissertação de Mestrado, 2005, Cap. 1.

<sup>217</sup>IANNI, Octavio. **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 91.

governos dos países do Terceiro Mundo como forma de alcançar o desenvolvimento.<sup>218</sup>

O autor esclarece, nesse sentido, que o lema principal do ideário neoliberal “está resumido na idéia de que a liberdade econômica é o fundamento da liberdade política”.<sup>219</sup>

Para Azevedo, com o desaparecimento do muro de Berlim, outro foi erguido em seu lugar pela economia capitalista:

O muro que, no interior de cada sociedade e entre os países, separa os privilegiados que fruem a realidade virtual de suas ações (a finança internacional, o *jet set*), e os desempregados, envergonhados e culpados de não disporem daquilo que o sistema “os faz crer que têm o dever moral e social de possuir – um emprego”.<sup>220</sup>

O impacto mais devastador das políticas neoliberais, sem dúvida, ocorreu nas conquistas sociais asseguradas pelo Estado de bem-estar social. Alain Touraine pondera que hoje é necessário organizar estratégias de recuo para proteger direitos sociais anteriormente garantidos, como o pagamento de aposentados e o acesso a tratamento de saúde.<sup>221</sup>

Os defensores e teóricos do neoliberalismo pregam que o grande entrave ao desenvolvimento do Estado é o alto custo despendido com a estrutura social. Na visão neoliberal, “o mercado é bom e interferências do Estado são ruins”.<sup>222</sup>

Por essa razão fazia-se necessário que as políticas de ajuste econômico, sob os auspícios do pensamento neoliberal e estabelecidas pelo Consenso de Washington, utilizassem, além das recomendações lá contidas, algumas variáveis como condicionantes ao controle e estabilização das economias nacionais, principalmente na América Latina, que consistia em: “desregulamentação dos mercados, privatização do setor público e redução das competências do Estado”.<sup>223</sup>

A proposta determina a redução do Estado para um Estado mínimo, por meio de uma política de ajuste fiscal, e redução do sistema de proteção social, com reflexos

---

<sup>218</sup>Idem, p.1 40.

<sup>219</sup>Idem, p. 141.

<sup>220</sup>AZEVEDO, Plauto Faraco de. Op. cit., p. 61.

<sup>221</sup>TOURAINÉ, Alain. Op. cit., p. 22.

<sup>222</sup>AZEVEDO, Plauto Faraco de. Op. cit., p. 68.

<sup>223</sup>OLIVEIRA, Odete Maria de. Op. cit., 2005, v.III, p. 225.

diretos no modelo de desenvolvimento dos Estados, bem como nos custos sociais decorrentes, porquanto tais propostas provocaram o aumento do índice de desemprego, da pobreza e da miséria.<sup>224</sup>

Essas políticas de estruturação econômica engendradas pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial aos países em desenvolvimento registram, segundo Oliveira, duros resultados, na medida em que ocorreu a “globalização da pobreza extrema e em consequência do aniquilamento da subsistência humana”.<sup>225</sup>

O princípio do neoliberalismo insculpido na máxima do lucro e de mercados livres, com a redução do Estado e desconsideração dos direitos sociais, ao contrário do anunciado, manteve a dependência e o subdesenvolvimento dos países periféricos, que têm cada vez mais dificuldades de adequar sua realidade às políticas de economia competitiva, livre concorrência e do não-paternalismo e, ainda, atender aos objetivos delineados pelos direitos humanos, cidadania, desenvolvimento sustentável, meio ambiente e fortalecimento da sociedade civil.<sup>226</sup>

### **2.1.3 Aspectos do Processo Globalizante em Rede**

Observa Odete Maria de Oliveira que o mundo passou por vários processos globalizantes, a exemplo das relações inter-regionais Ocidente-Oriente nas Idades Clássica e Média, quando conquistas intercivilizatórias eram promovidas, transpondo limites, fronteiras, regiões e continentes, em um processo global que envolveu religiões, comércio, política e consolidou impérios.<sup>227</sup>

Esta última e atual globalização, denominada globalização contemporânea — globalização econômica neoliberal —, se apresenta com aspectos muito peculiares em razão do surgimento, no seu processo, das redes de comunicação global, ampliando o alcance e a dimensão dos fluxos financeiros em modalidade virtual, o que até então era totalmente desconhecido.<sup>228</sup>

---

<sup>224</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>225</sup> Idem, p. 283.

<sup>226</sup> Idem, p. 285.

<sup>227</sup> Idem, p. 272.

<sup>228</sup> Idem, p. 276.

Na visão da autora, os processos globais sempre se caracterizaram por avanços e retrocessos, fluxos e refluxos. A globalização trata-se,

na realidade, de fenômeno antigo, mas que vem se projetando de forma crescente nos mais diversos âmbitos do conhecimento por meio dos efeitos de sua dimensão, de conseqüências ainda desconhecidas em sentido de totalidade e que em sua dialética engloba o local, o nacional, o regional e o internacional; redimensiona conceitos de espaço e de tempo, apresentando as primeiras noções de economia-global, sociedade-global, mundo-global, homem-global, cidadão-global, idioma-global, Estado-global, metáfora-global, etc.<sup>229</sup>

Continua, ainda, Odete Maria de Oliveira, afirma que, no aspecto econômico, a partir dos anos 90 a globalização atingiu um acelerado desenvolvimento com o crescimento do comércio global operando em rede informatizada, com interconexão e interdependência entre os mercados de capital, diminuindo distâncias e com reflexos diretos em outros campos, como social, político e cultural e neles provocando seus malefícios.<sup>230</sup>

Conforme Manuel Castells, essa “interdependência é estabelecida pela rede mundial de computadores que une, em tempo real, os mercados financeiro e monetário como um todo, às diferentes unidades monetárias nacionais”.<sup>231</sup>

Essa interdependência, segundo Paula Schlee, não é promovida pelo Estado-nação e sim pelos bancos internacionais e corporações transnacionais.<sup>232</sup>

O reflexo destas operações é a internacionalização do capital com a obtenção de lucros mais acentuados nessas transações de um mercado a outro do que mesmo em relação a investimentos na produção, uma vez que em questão de minutos é possível a transferência de grande volume financeiro de um país a outro, o que reflete diretamente na capacidade dos Estados controlarem e regulararem este tipo de atividade financeira, enfraquecendo seu poder político soberano.<sup>233</sup>

<sup>229</sup>OLIVEIRA, Odete Maria de. **Teorias globais e suas revoluções**: elementos e estruturas. Ijuí: Editora Unijuí, 2005, v.I, p. 216.

<sup>230</sup>Idem, p. 217.

<sup>231</sup>CASTELLS, Manuel. Op. cit., 1999, v.2, p. 288.

<sup>232</sup>SCHLEE, Paula Christine. Op. cit., 2004, p. 57.

<sup>233</sup>OLIVEIRA, Odete Maria de. A era da globalização e a emergente cidadania mundial. In: DAL RI JÚNIOR, Arno; OLIVEIRA, Odete Maria de. **Cidadania e nacionalidade**: efeitos e perspectivas nacionais-regionais-globais. Ijuí: Editora Unijuí, 2003a, p. 481.

É de se destacar que esse processo globalizante da contemporaneidade traz um viés a mais ao dar nova conotação ao espaço-tempo por meio das redes de informática, cujo marco é a esfera econômica. Após a década de 90, as profundas transformações na economia mundial e o avanço das tecnologias de informação viabilizaram a atuação das grandes transações de empresas transnacionais a serviço do capital e em detrimento da figura do Estado-nação como ator central, ante o protagonismo plural desse sistema global.<sup>234</sup>

Para Ulrich Beck é necessário, no que tange à globalização, distinguir entre globalismo e globalização ou globalidade. O primeiro é a acepção correspondente ao império do mercado mundial, ideologia do neoliberalismo, restringindo-se meramente ao aspecto econômico, enquanto o segundo significa “os processos, em cujo andamento os Estados nacionais vêm a sua soberania, sua identidade, suas redes de comunicação, suas chances de poder e suas orientações sofrerem a interferência cruzada de atores transnacionais”.<sup>235</sup>

E, nesse compasso, afirma este autor, a globalização está para as empresas transnacionais hoje, como as classes sociais estavam para o movimento dos trabalhadores no século XIX, com a diferença fundamental de que a primeira atua sem qualquer obstáculo e o segundo se estabeleceu como um poder de oposição.<sup>236</sup>

Nessa lógica, Beck adverte que a “economia de atuação global enterra os fundamentos do Estado e da economia nacional”.<sup>237</sup>

Para Gilberto Dupas, isto ocorre porque o poder econômico é desterritorializado, ou seja, pode se deslocar pelos espaços globais por meio de redes, em uma dinâmica que lhe permite “maximizar a dominação diante dos Estados simplesmente exercendo a opção-saída e estimulando continuamente a competição entre Estados ávidos por seus investimentos”.<sup>238</sup>

O autor prossegue afirmando que essa lógica subverte a lógica tradicional do poder do Estado, restando pouco de sua autoridade econômica ante a ação dominante

---

<sup>234</sup>OLIVEIRA, Odete Maria de. Op.cit., 2005, v.I, p. 213.

<sup>235</sup>BECK, Ulrich. **O que é globalização?** equívocos do globalismo, respostas a globalização. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 30.

<sup>236</sup>Idem, p. 14.

<sup>237</sup>Idem, p. 15.

<sup>238</sup>DUPAS, Gilberto. **Atores e poderes na nova ordem global:** assimetrias, instabilidades e imperativos de legitimação. São Paulo: Editora da UNESP, 2005, p. 82.

dos atores econômicos globais que, segundo ele, operam “nos interstícios de um sistema não regulado que permite situar aquela ação num âmbito *metalegal*, tomando o espaço digital e exercendo crescente influência sobre as decisões e reformas do Estado”,<sup>239</sup> fazendo-as coincidir com os interesses do mercado global. Com a utilização do que autor denomina de opção-saída esses atores econômicos impulsionam o Estado a caminhar em direção aos interesses do regime neoliberal.<sup>240</sup>

Toda essa ação é facilitada pela ausência de um sistema regulador internacional, igualmente operando em rede, o que faz com que esses agentes econômicos transnacionais transitem no vazio das legislações nacionais e a partir daí construam uma regulamentação própria em relação a padrão e relação de trabalho, contratos, entre outros, formulando um modelo em que a soberania do Estado-nação passa a ser compartilhada com esse novo ator internacional.<sup>241</sup>

E é assim que o poder vai deixando de ser público e as empresas transnacionais, mobilizando-se em cadeia de redes, tornam suas decisões quase políticas, objetivando a maximização dos lucros.<sup>242</sup>

Essa lógica que permeia as decisões das empresas transnacionais surge na avaliação dos riscos políticos ou ao tentar antecipar as decisões dos governos nacionais em relação a taxas de juros, impostos, déficits orçamentários, ou seja, importa na decisão do investimento objetivo de maior rendimento.<sup>243</sup>

Essa forma de atuação das empresas transnacionais, no dizer de Reginaldo Moraes, atinge diretamente os três monopólios dos Estados nacionais: o monopólio de produzir as normas jurídicas, o monopólio de taxar o lucro privado e o monopólio de proceder à coerção legítima. E isso porque são esses três pontos que passam a ser “delimitados, reduzidos ou monitorados estreitamente por “autoridades” políticas supranacionais – credores sem rosto e entidades multilaterais como Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e OMC”.<sup>244</sup>

---

<sup>239</sup> Idem, p. 83

<sup>240</sup> Idem, p. 83.

<sup>241</sup> Idem, p. 84.

<sup>242</sup> Idem, ibidem.

<sup>243</sup> DRUCKER, Peter F. **As novas realidades**: no governo, na política, na economia, nas empresas. Na sociedade e na visão do mundo. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003, p. 105.

<sup>244</sup> MORAES, Reginaldo Carmello Corrêa de. **Globalização e políticas públicas: vida, paixão e morte do Estado nacional!** Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21459.pdf>>. Acesso em 15 set. 2007.

Segundo Gilmar Antonio Bedin, esse modo de proceder provoca um esvaziamento da soberania e da autonomia do Estado nacional, deixando-o com reduzida capacidade de controlar e regular com total independência suas questões internas, ao tempo em que se fortalecem as transações de fluxos de capital financeiro que atravessa virtualmente — em rede — suas fronteiras e, por esta razão o Estado-nação perde a capacidade de “ser o único centro de poder da sociedade internacional”.<sup>245</sup>

As fronteiras de um Estado-nação constitui a materialidade de seu território, o que lhe permite delimitar seus costumes, identidades, cultura e, principalmente, sua soberania. Esse efeito provocado pela globalização, de desterritorializar ou mesmo romper essas barreiras, é o que fragiliza a soberania e fragmenta o poder político dos Estados-nação.<sup>246</sup>

Essas conseqüências advindas da globalização em rede, Liszt Vieira credita em grande parte à separação da economia do domínio político, posto que os governos com a capacidade diminuída de atuar com maior poder de regulação ficam a reboque de administradores de ajustes das economias em âmbito nacional para atrair investidores e assegurar competitividade no mercado global.<sup>247</sup>

Como afirma Octavio Ianni, trata-se de um processo que “põe de modo claro a progressiva subordinação do Estado-nação aos movimentos e às articulações do capital”.<sup>248</sup>

Nesse sentido, os Estados nacionais são pressionados cada vez mais a cederem para não perder investidores, num movimento que Gilberto Dupas identifica como estratégia de “antes ceder mais um pouco do que perder tudo”.<sup>249</sup>

É por esta razão que o debate sobre os efeitos da globalização em rede tornou-se tão intenso nas últimas décadas do século XX e no início deste século, especialmente pelos seus impactos em relação à submissão do Estado-nação às políticas de mercado e seus demais reflexos sociais, culturais, jurídicos e na qualidade de vida.

---

<sup>245</sup>BEDIN, Gilmar Antonio. **A sociedade internacional e o século XXI**: em busca da construção de uma ordem mundial justa e solidária. Ijuí: Editora Unijuí, 2001, p. 350.

<sup>246</sup>OLIVEIRA, Odete Maria de. Op.cit., 2005, v.III, p. 278.

<sup>247</sup>VIEIRA, Liszt. **Os argonautas da cidadania**: a sociedade civil na globalização. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 94.

<sup>248</sup>IANNI, Octavio. Op.cit., 2005, p. 91.

<sup>249</sup>DUPAS, Gilberto. Op.cit., 2005, p. 101.

#### 2.1.4 Conseqüências do Fenômeno Global Neoliberal

O fenômeno da globalização econômica neoliberal faz surgir, de acordo com Oliveira, duas classes distintas: a dos ganhadores e a dos perdedores. A primeira é representada pelos países ricos com economias competitivas, e a segunda, a dos países pobres, com uma economia fraca, o que os torna marginalizados e excluídos do sistema.<sup>250</sup>

Nesse cenário observa-se os pontos contraditórios do processo globalizante: de um lado (ganhadores) gera riqueza e prosperidade e de outro (perdedores) provoca a dependência e a marginalização, sobretudo em relação à miséria que causa para os que vivem em situação de risco à saúde, com fome, com falta de água, com desequilíbrios ambientais.<sup>251</sup>

Giovanni Olsson, ao analisar esses efeitos especialmente no que concerne à concepção da globalização fundada no neoliberalismo, expõe a visão dos que a defendem como fenômeno positivo do processo em curso, sem qualquer necessidade de controle sobre seu desenrolar, pois o processo de expansão dos mercados, baseado em sua auto-regulação, só traria vantagens ante a possibilidade da quebra de barreiras comerciais e cambiais para além das fronteiras em uma economia livre, permitindo, assim, atingir o desenvolvimento e, com isto, alcançar por meio de seus próprios instrumentos, advindos do mercado livre, o aumento do padrão de vida de todas as sociedades nacionais nesse mundo de economia globalizada, “porque os desajustes ou contradições emergentes no processo são transitórios ou são frutos da inobservância dos postulados básicos pelos próprios Estados”.<sup>252</sup>

Por outro lado, há quem não veja de modo tão positivo essa liberdade total dos mercados e tenha uma visão crítica do processo da globalização econômica neoliberal,

---

<sup>250</sup> OLIVEIRA, Odete Maria de. Op.cit., 2005, v.III, p. 250.

<sup>251</sup> Idem, ibidem.

<sup>252</sup> OLSSON, Giovanni. **Relações internacionais e seus atores na era da globalização**. Curitiba: Juruá, 2003, p. 103.

porque ele diferencia, segrega, exclui, não há tratamento isonômico nas oportunidades oferecidas em relação ao processo de desenvolvimento, principalmente para o Terceiro Mundo. É um processo seletivo em que os interesses do capital não atingem a todos do globo, mesmo que circule e utilize recursos naturais e humanos do planeta como um todo, promovendo drásticos retrocessos nas populações que ficam a sua margem.<sup>253</sup>

Para tal corrente é necessário o controle desse processo por meio de mecanismos políticos e econômicos. Primeiro, fortalecendo a atuação do Estado que, ao invés de ser mínimo como idealiza a concepção neoliberal, seja forte e capaz de intervir para reorientar a política econômica nacional, mesmo que tenha de ficar menor; em segundo, para controlar a profunda exclusão social e as desigualdades advindas desta globalização.<sup>254</sup>

Nesse compasso, Gilmar Antonio Bedin lembra que os efeitos do fenômeno da globalização não estão restritos apenas à mundialização do capital e dos fluxos econômicos, mas também afetam a própria relação do homem com o espaço e o mundo cotidiano no qual ele habita e vive, onde todos sofrem as conseqüências enquanto indivíduos-cidadãos.<sup>255</sup>

Como afirma Otávio Ianni, a globalização “é um processo em marcha”,<sup>256</sup> entretanto as transformações substanciais na concepção de Estado, sobretudo em relação aos limites antes impostos em razão de território e espaço geográfico, são marcantes e, como conseqüência, segundo Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira, “cada vez mais o Estado nacional sofre os reflexos da globalização e este fato não pode ser ignorado”.<sup>257</sup>

De qualquer forma, essa nova configuração do sistema mundial, mesmo tendo enfraquecido o poder do Estado nacional por trazer à arena de decisão, antes restrita apenas à unidade estatal, esses novos atores, não significa a desnecessidade do Estado

---

<sup>253</sup>Idem, p. 104.

<sup>254</sup>Idem, ibidem.

<sup>255</sup>BEDIN, Gilmar Antonio. Op.cit., 2001, p. 345.

<sup>256</sup>IANNI, Octavio. Op.cit., 2005, p. 23.

<sup>257</sup>FERREIRA, Cloves Augusto Alves Cabral, **Globalização e poder Judiciário**: os valores considerados na reforma do poder Judiciário no Brasil. Florianópolis: UFSC, Dissertação de Mestrado, 2005.

ou que ele irá desaparecer. Pelo contrário, o Estado ainda continua sendo necessário e estas questões dependem de sua intermediação.<sup>258</sup>

O que ocorre atualmente, segundo Manuel Castells, concordando com a opinião de David Held, é que o novo sistema de poder possui uma “pluralidade das fontes de autoridade (e, acrescentaria de poder), sendo o Estado-nação apenas uma dessas fontes”.<sup>259</sup>

Essa ampliação do poder decisório, antes restrito ao Estado e agora compartilhado, traz, na visão de Raimundo Junior ao citar Robert Keohane e Joseph Nye, um aumento da dependência mútua entre as nações e os demais atores não-governamentais, levando-os a se tornarem interdependentes.<sup>260</sup>

Giovanni Olsson, também com base no pensamento de Keohane e Nye, afirma que essa interdependência altera os instrumentos de política e os objetivos dos Estados, tornando-os vulneráveis de acordo com cada área temática de sua atuação e na medida de sua importância.<sup>261</sup>

Isto significa dizer, também, que essa interdependência impõe ao Estado o dever de editar suas políticas internas na medida em que estas conjuguem seus interesses com aqueles das instituições internacionais<sup>262</sup>.

Para Manuel Castells:

O Estado-nação vem sendo cada vez mais destituído de poder para exercer controle sobre a política monetária, definir o orçamento, organizar a produção e o comércio, arrecadar impostos de pessoas jurídicas e honrar seus compromissos visando proporcionar benefícios sociais. Em suma, o Estado-nação perdeu maior parte de seu poder econômico, embora detenha ainda certa autonomia para o estabelecimento de regulamentações e relativo controle sobre seus sujeitos.<sup>263</sup>

Essas imposições ao Estado-nação, que promovem a desterritorialização do seu território, a relativização da soberania, a mudança na noção de espaço e tempo em um

<sup>258</sup>SANTOS JUNIOR, Raimundo Batista dos. As brumas da soberania ou injunções da globalização. In: OLIVEIRA, Odete Maria de; DAL RI JÚNIOR, Arno. **Relações internacionais: interdependência e sociedade global**. Ijuí: Editora Unijuí, 2003, p. 651.

<sup>259</sup>CASTELLS, Manuel. Op. cit., 1999, p. 353.

<sup>260</sup>Idem, p. 652.

<sup>261</sup>OLSSON, Giovanni. Op. cit., 2003, p. 103.

<sup>262</sup>SCHLEE, Paula Christine. Op. cit., 2004, p. 58.

<sup>263</sup>CASTELLS, Manuel. Op. cit., 1999, p. 298.

mundo marcado pela interdependência e transnacionalismos fazem surgir uma nova ordem social.

Nesse sentido, Ulrich Beck explicita que a vida social organizada dentro do espaço territorial e identidades da sociedade do Estado nacional desmoronam sob os efeitos da globalização tanto econômica quanto política, ecológica e cultural, pelo surgimento dessas novas alternativas de poder trazidas pelo jogo de forças de mercado.<sup>264</sup>

Ressalta, ainda, o autor, que Estado e sociedade são estabelecidos e organizados em um mesmo espaço territorial, e que o primeiro funciona como um verdadeiro *container da sociedade*.<sup>265</sup> Dessa forma, o fenômeno da globalização, ao permitir a livre circulação do capital e de seus agentes interferindo em questões internas, como postos de trabalho e impostos, faz surgir um jogo de poder com a sociedade, cuja única finalidade é a de maximizar seus lucros ao mesmo tempo em que Estados mais voltados a uma política de bem-estar perdem poder, configurando um “conflito existente entre os atores nacionais e sociomundiais”.<sup>266</sup>

Trata-se, na verdade, de um jogo estabelecido pelas empresas transnacionais com uma característica nova em relação às regras antes formuladas. Estas não primam pelo sistema nacional-estatal, mas pautam-se nas regras da sociedade mundial. Por esse motivo Beck as considera regras estabelecidas por uma política alteradora de regras, ou mesmo uma política da política.<sup>267</sup>

Observa Milton Santos, nesse sentido, que o fenômeno da globalização impõe “uma nova noção de riqueza e prosperidade e de equilíbrio econômico, conceitos fundados no dinheiro em estado puro e aos quais todas as economias são chamadas a se adaptar”.<sup>268</sup>

Os efeitos do fenômeno global devem-se à denominada globalização “de cima”, centrada que é no ideário neoliberal que, portanto, faz com que essa riqueza gerada aumente sobremaneira sobre os patrimônios das próprias classes neoliberais, uma vez

---

<sup>264</sup>BECK, Ulrich. Op.cit., 1999, p. 122.

<sup>265</sup>Idem, p. 121.

<sup>266</sup>Idem, p. 122.

<sup>267</sup>Idem, p. 123.

<sup>268</sup>SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2006, p. 56.

que as políticas de ajustes estruturais na economia, amplamente apoiadas e difundidas neste processo, constituam-se em ameaças e riscos, ocasionando a exclusão e marginalização dos indivíduos de países periféricos, por sua vez conhecida como outro tipo de globalização, vale dizer, globalização “de baixo”,<sup>269</sup> como a seguir abordado.

## **2.2 As Denominadas Globalização “de Cima” e Globalização “de Baixo”**

### **2.2.1 Concepção da Globalização “de Cima” e Globalização “de Baixo”**

A reestruturação econômica mundial por meio do processo de globalização, iniciada após a Segunda Guerra Mundial e concretizada com a queda do muro de Berlim e o final do sistema comunista, fez com que o capitalismo expandisse seus fluxos e seus defensores exaltassem seus méritos com a idéia de um mercado livre e auto-regulável. Essa defesa do processo de globalização tem um cunho mais ideológico do que mesmo econômico ou político. Isto porque a maior influência na disseminação dos méritos de uma economia mundializada, sem qualquer regulamentação social e política, sem limites às atividades econômicas, tornando o mercado absoluto para reger as relações, exercendo, assim, seu poder sobre a sociedade, foi amplamente absorvida pela influência de um grande capitalismo, cujo centro de decisão estava nos Estado Unidos.<sup>270</sup>

Os capitalismo nacionais sempre estiveram ligados à histórica de cada país. A globalização econômica, no entanto, rompe com este processo na medida em que passa a impor, por meio das únicas instituições poderosas em âmbito mundial — Bancos multilaterais, Fundo Monetário Internacional (FMI) e Organização Mundial de Comércio (OMC) —, apenas a lógica econômica aos Estados em detrimento dos objetivos sociais e políticos.<sup>271</sup>

Para Richard Falk, esse processo é o marco histórico da globalização por impor aos governos nacionais a adoção de políticas monetárias de liberalização da economia

---

<sup>269</sup>OLIVEIRA, Odete Maria de. Op.cit., 2005, v.III, p. 250.

<sup>270</sup>TOURAINÉ, Alain. Op.cit., 2007, p. 30.

<sup>271</sup>Idem, p. 31.

nacional, com desestatização do setor público e cortes em gastos com programas sociais, subjugando essas economias à ideologia neoliberal.<sup>272</sup>

Continua o autor afirmando que o Estado-nacional ao acatar essa política, faz do neoliberalismo a única opção possível, em uma forte demonstração de sua despolitização, uma vez que essa alternativa se opõe fortemente aos gastos com o social promovidos pelo governo, tais como assistência, proteção ao meio ambiente, criação de postos de trabalhos, educação e políticas de redução da pobreza.<sup>273</sup>

Esse processo cria uma sociedade de massa em que os mesmos produtos circulam e são consumidos por vários países, com diferenciados níveis de vida, cultura e tradição, padronizando o consumo, fortalecendo as redes de comércio formadas pelas empresas transnacionais que atuam cada vez mais sem fronteiras e sem Estados-nação reguladores.<sup>274</sup>

Por esta razão, os aspectos ideológicos e funcionais da globalização estão associados com o modo pelo qual as forças transnacionais do mercado dominam a cena política, inclusive com a cooptação do poder do Estado. Assim é que Falk qualifica este tipo de globalização como “globalização de cima”, por trazer um conjunto de forças e conceitos legítimos, que em muitos aspectos encontra-se fora do alcance da autoridade territorial e está incorporando muitos governos como sócios tácitos.<sup>275</sup>

Por outro lado, há quem se oponha a essa forma impositiva de reorganização do capitalismo globalizado, na busca do lucro a qualquer custo e com total desrespeito às conseqüências sociais causadas pela hegemonia do mercado, sem qualquer consideração com as realidades de pobreza e sofrimento humano.<sup>276</sup>

Essa forma de globalização amplia a exclusão social e o desemprego, destrói os fracos, os interesses locais, o meio ambiente e debilita o poder dos Estados-nação. É contra essa forma de reproduzir os intercâmbios mundiais da produção que movimentos contrários à globalização se erguem, e a partir do local, em movimentos

---

<sup>272</sup>FALK, Richard. **La Globalización Depredadora: Una Crítica**. Madrid: Siglo XXI, 2002, p. 187.

<sup>273</sup>Idem, p. 187.

<sup>274</sup>TOURAINÉ, Alain. Op. cit., 2007, p. 32.

<sup>275</sup>FALK, Richard. Op. cit., p. 191.

<sup>276</sup>Idem, p. 189.

de base e em condições específicas, começam a surgir reações a essa globalização “de cima”,<sup>277</sup> denominadas globalização “de baixo”.

Esses movimentos buscam — na forma participativa e democrática — as formas de resistência e pressão à globalização neoliberal, atuando a partir da heterogeneidade e da diversidade. Essas ações civis de cunho político, como movimento de resistência aos efeitos da globalização econômica neoliberal “de cima”, que consegue promover avanços e modificações na forma de sua realização, como o respeito ao meio ambiente ou a fatores sociais, é que Richard Falk define como globalização “de baixo”.

### **2.2.2 Características da Globalização “de Cima”**

As poderosas forças transnacionais decorrentes da globalização “de cima”, segundo a visão de Oliveira, que conseguem ter o domínio e o comando da ordem econômica de tal forma sob seu controle, motivam um crescente “confronto com os indivíduos, os quais tentam resistir mediante movimentos mundiais, regionais e locais”,<sup>278</sup> caracterizando o que ficou conhecido como globalização “de baixo”.

Toda essa movimentação de forças em decorrência do processo global “de cima” vem impulsionada pelas idéias neoliberais, que segue como imperativo para a atuação das empresas transnacionais.

Esse processo global “de cima”, em seu viés econômico, modificou as relações de produção, passando a orientar para uma “industrialização para exportação”,<sup>279</sup> e esse novo modo de produção capitalista mundial, em que a versatilidade do capital é destacada como força produtiva, é para Octavio Ianni uma comprovação de que o mundo se transformou em uma *fábrica global*. E, como consequência imediata, a dispersão geográfica da produção traz consigo a flexibilização e a terceirização como componentes da nova divisão internacional do trabalho.<sup>280</sup>

---

<sup>277</sup>TOURAINÉ, Alain. Op. cit., 2007, p. 36.

<sup>278</sup>OLIVEIRA, Odete Maria de. Op. cit., 2005, v.III, p. 277.

<sup>279</sup>IANNI, Octavio. Op. cit., 2004, p. 58.

<sup>280</sup>Idem, p. 57.

Nessa conjuntura da mundialização do processo produtivo, Octavio Ianni ressalta, ainda, a internacionalização da questão social. Para Oliveira, é fundamental destacar que essa versatilidade do capital como força produtiva é viabilizada por meio das redes de computadores que promovem a interação entre “economia informacional e cultural virtual”, sendo o fio condutor “da produção, mercado, distribuição e consumo” e determinante nos processos de bens e serviços.<sup>281</sup>

Todo esse movimento causa o que Gilberto Dupas chama de assimetria fundamental, ou seja, o sistema de mobilidade do capital e de seus fluxos financeiros por meio das redes de tecnologia assegura aos detentores do capital a livre e rápida circulação de mercadorias com todos os protecionismos nacionais assegurados pelos países centrais, enquanto o mesmo não ocorre com os trabalhadores, que têm nas fronteiras os limites para buscar a valorização de seu capital humano.<sup>282</sup>

Nesse aspecto, a globalização “de cima”, ou seja, o capital e seus fluxos financeiros por meio de redes, torna a globalização “de baixo”, no aspecto da mobilidade do trabalho, um problema crônico, pois a abolição de fronteiras, tão exaltada pelas multinacionais financeiras e de capital, não se estende ao âmbito da mão-de-obra trabalhadora.<sup>283</sup>

Essa situação fragiliza a legitimidade dos Estados nacionais e de seus partidos políticos, que perdem a capacidade de mediar essas tensões e passam a usar de controles tradicionais na conduta, por exemplo, a violência. Esse conflito social instalado revela a pressão dos excluídos sobre os incluídos.<sup>284</sup>

Na visão de Richard Falk, essas situações são conseqüências da forma pela qual o processo de globalização vem se processando, ao impor, de forma peremptória, aos governos nacionais, a disciplina do capital global por meio das políticas econômicas neoliberais decididas “de cima” ao cenário “de baixo”, submetendo a todos, governos, partidos políticos, elites locais, ao seu cumprimento, o que ocasiona a exclusão das regiões e dos povos mais desfavorecidos.<sup>285</sup>

---

<sup>281</sup> OLIVEIRA, Odete Maria de. Op.cit., 2005, v.II, p. 203.

<sup>282</sup> DUPAS, Gilberto. Op. cit., 2005, p. 156.

<sup>283</sup> Idem, ibidem.

<sup>284</sup> Idem, p. 157.

<sup>285</sup> FALK, Richard. Op. cit., 2002, p. 187.

As estratégias adotadas pelo mercado global “de cima”, que minimizam a autonomia dos Estados-nação, baseiam-se, segundo Gilberto Dupas, em três movimentos de fusão específicos: do capital com o direito, do capital com o Estado e da racionalidade econômica com a identidade pessoal. São estratégias de auto-suficiência do capital que aniquilam o poder de intervir do Estado ante a incompatibilidade promovida pela forte concorrência a que estão submetidos, em que o investimento é decidido por atores desta economia mundial com total poder para excluir caso algum país não siga suas regras.<sup>286</sup>

Na concepção de Hans-Peter Martin e Harald Schumann, essa política “de cima” impõe aos Estados nacionais e seus governos uma verdadeira chantagem ou extorsão, uma vez que estes governos são obrigados a acompanhar o que estabelecem as máquinas financeiras em todo o mundo, impondo a redução dos impostos sobre o patrimônio e os rendimentos do capital, desregulamentação de serviços e corte nas despesas no plano social, ao mesmo tempo que ficam submetidos às flutuações das taxas de juros e aos demais poderes dos quais a maioria de seus cidadãos não tem conhecimento.<sup>287</sup>

Nesse sentido, verifica-se que a proposta de privatização do Estado supõe a possibilidade da criação de um Estado privado. Assim, haveria a possibilidade de estabelecer normas de Direito Internacional sem qualquer observância de realidades que interessem ao bem público, uma vez que esse espaço transnacional dos fluxos globais “de cima” não considera e até retira do cenário os espaços nacionais. Dupas chama esse jogo de “autoritarismo de eficácia”, ou seja, uma espécie de “autolegitimação” dos que detêm o poder, inclusive da mídia. Dessa forma, esse poder segue na tentativa de impor “o poder normativo do “Estado” transnacional privado como força de organização da economia mundial”.<sup>288</sup>

Para este autor, a consolidação desse poder no espaço transnacional é realizada pelas instituições da globalização “de cima”: Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e Organização Mundial de Comércio (OMC). Esses poderosos agentes

---

<sup>286</sup>DUPAS, Gilberto. Op. cit., 2005, p. 158.

<sup>287</sup>MARTIN, Hans Peter; SCHUMANN, Harald. **A armadilha da globalização**: o assalto à democracia. E ao bem-estar social. Tradução de Waldtraut U.E. Rose e Clara C.W. Sackiewicz. São Paulo: Globo, 1998, p. 94-95.

<sup>288</sup>DUPAS, Gilberto. Op.cit., 2005, p. 162.

do capital debilitam a autoridade pública legítima, ao mesmo tempo que legitimam seus interesses privados sem a devida responsabilidade de assumir as conseqüências públicas desses atos, sem ter que buscar o consentimento por meio do diálogo democrático e sem ter que vencer os óbices de uma autoridade emanada por um Estado de direito e fiel a uma Constituição.<sup>289</sup>

É por essa razão que ao final as conseqüências sociais das ações globais são identificadas como sendo de responsabilidade do governo legitimado, que nada conseguiu fazer.<sup>290</sup>

Para Ulrich Beck, tal fato configura que a “economia global enterra os fundamentos do Estado e da economia nacional”.<sup>291</sup>

Essa situação expõe, por um lado, a passividade de representantes dos principais partidos políticos, que não conseguem expressar uma reação e, por outro, faz surgir como frente de resistência os nacionalismos de extrema direita, cuja atuação consiste na crítica ao grande capital pelas mazelas sociais e aos imigrantes pela alta taxa de desemprego.<sup>292</sup>

Richard Falk afirma, ainda, que se não houver uma mitigação desses fatores poderá parecer que as alternativas à política econômica sejam irrelevantes. Assim sendo, é necessário que a área política siga defendendo os objetivos legais, especialmente aqueles inscritos na proteção dos direitos humanos e do meio ambiente. Com efeito, é no plano do comércio internacional que a mão-de-obra interna e alguns representantes dos países ricos do Norte se unem para pressionar e vincular o cumprimento e o respeito aos direitos humanos e às condições ambientais, apesar da resistência dos agentes financeiros e empresariais a tal pressão, pois essas condicionantes representam custos à globalização “de cima”.<sup>293</sup>

Por outro lado, o autor relaciona alguns efeitos positivos ao processo de globalização, chamando a atenção para a melhoria das relações Norte-Sul e o crescimento do nível de vida de milhões de pessoas na Ásia, tirando muitos da condição de pobreza. Essa afirmação vem pautada em dados do Programa das Nações

---

<sup>289</sup>Idem, p. 162.

<sup>290</sup>Idem, p. 162.

<sup>291</sup>BECK, Ulrich. Op. cit., 1999, p. 15.

<sup>292</sup>FALK, Richard. Op. cit., 2002, p. 188.

<sup>293</sup>Idem, p. 189.

Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), cujos indicadores refletem essa redução. Com efeito, há indicações de que ao alcançarem determinado nível de desenvolvimento, os países respondam às demandas de uma classe média urbana em expansão, havendo pressão por melhores salários e proteção ao meio ambiente, e isto faz com que os Estados-nação se transformem em atores mais fortes e seguros para enfrentar as desigualdades e os prejuízos das estruturas geopolíticas. O maior exemplo, neste caso, é a Malásia.<sup>294</sup>

Outro aspecto a destacar é que nesse processo global, a despeito do enfraquecimento de algumas instituições do Estado nacional, outras tornaram-se bastante fortalecidas, como os Ministérios da Fazenda e os Bancos Centrais, na medida em que estes órgãos são comprometidos com a efetivação de uma economia de caráter global, estabelecendo uma ponte entre os cidadãos do país e essa economia, o que implica em exigir maior rigor das contas públicas, com maior inovação e iniciativa político-administrativa.<sup>295</sup>

Nesse sentido, não há óbice em incentivar as economias de escala a buscar vantagens competitivas, desde que respeitem os custos decorrentes, tanto sociais, quanto ambientais, culturais e políticos.<sup>296</sup>

### **2.2.3 Características da Globalização “de Baixo”**

A globalização, na fase em que se encontra, influencia diversos setores, posto que se desenvolve em um ambiente ideológico, cujos efeitos práticos ocorrem sem qualquer questionamento às prioridades neoliberais estabelecidas pelas principais economias de mercado.<sup>297</sup>

Isso faz com que os governos mostrem-se enfraquecidos nas respostas às demandas sociais e os partidos fragilizados perante as propostas de futuro; ao mesmo tempo, esse governo desenvolve, cada vez mais, uma política voltada ao mercado, na

---

<sup>294</sup> FALK, Richard. Op. cit., 2002, p. 189.

<sup>295</sup> SASSEN, Saskia. El Estado y la Nueva Geografía del Poder. In: VIGENAVI, Tullo; WANDERLEY, Luiz E. et al. (Orgs.). **A dimensão aubnacional e as relações internacionais**. São Paulo: EDUC/Fundação Editora UNESP, 2004, p. 374.

<sup>296</sup> FALK, Richard. Op. cit., 2002, p. 189.

<sup>297</sup> Idem, p. 190.

qual impera a volatilidade do capital por meio de seus fluxos financeiros, impondo a redução do déficit fiscal a bem do equilíbrio monetário transnacional. Esse aspecto da globalização produz enormes desigualdades, com concentração dos benefícios de crescimento de alguns setores privilegiados das sociedades e entre as sociedades em detrimento dos mais pobres.<sup>298</sup>

Ao desregular as relações econômicas e sociais, os governos enfraquecem o poder de atuar da sociedade civil, que democraticamente, por meio do sistema político, não consegue estabelecer mecanismos de controle e limites para a circulação do capital. E, nesse sentido, os governos quando repassam ao mercado, em especial ao internacional, a regulação social, permitem que as classes aliadas ao capital possam enfrentar as decisões políticas dos Estados nacionais sem qualquer constrangimento, de forma que a política como espaço de definição e materialização dos interesses públicos fica refém da privatização das relações sociais, operada pelo neoliberalismo.<sup>299</sup>

### 2.2.3.1 Globalização de-Cima-para-Baixo

Milton Santos vê a globalização “de-cima-para-baixo” como uma imposição do sistema aos países do Terceiro Mundo, mas que no fundo disfarça uma rivalidade entre Estados Unidos, Europa e Japão, que buscam a ampliação de mercados globais e afirmar a hegemonia econômica, política e militar sobre as nações diretamente tributárias, além da intenção de ampliar suas influências.<sup>300</sup>

Para Boaventura de Sousa Santos essa globalização “de-cima-para-baixo” significa também referir a localismos globalizados e globalismos localizados, ou mesmo globalização neoliberal ou hegemônica. Quando se está tratando de localismos globalizados tem-se a “globalização bem-sucedida de determinado localismo”, isto é, sempre haverá uma raiz local na condição global, como ocorre com a língua inglesa como língua franca. Do mesmo modo, ao falar em globalismos localizados parte-se do

---

<sup>298</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>299</sup> SADER, Emir. **A refundação do Estado e da política. A crise do Estado-nação**. In: NOVAES, Adauto (Org.). **A crise do Estado-nação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.313.

<sup>300</sup> SANTOS, Milton. Op. cit., 2006, p. 150.

pressuposto dos “impactos específicos de práticas e imperativos transnacionais nas condições locais, a exemplo dos desmatamentos e destruição em massa dos recursos naturais para pagamento da dívida externa”.<sup>301</sup>

Essa globalização “de cima” é voltada à homogeneização e à unidade das leis de mercado.<sup>302</sup>

E é por esta razão que essa concepção de globalização “de cima” tem gerado muitas resistências, tanto da localidade quanto da sociedade civil, por meio de um ativismo civil resultado da fusão do conhecimento e do ativismo político. Esse fenômeno é denominado por Falk Richard de globalização “de baixo”.<sup>303</sup>

Alain Touraine, ao avaliar os impactos que esse processo global está a desencadear na sociedade e nas possibilidades de resistência a esse poder do capital, adverte que atualmente se vive uma “decomposição do social”, o que faz surgir esse cenário de guerras, violência, dominação dos mercados, escapando a toda e qualquer regulamentação social e também uma obsessão identitária. Sua análise parte do princípio de que a organização social está em risco pelo que chama de globalização “de cima”, não encontrando espaço nela mesma para se reerguer e a única possibilidade possível é a reação “de baixo”, com apelo ao indivíduo e não mais à sociedade para resistir a esse cenário.<sup>304</sup>

Esse apelo é no sentido de construir uma lógica não baseada num valor ou objetivo exterior, mas centrada no indivíduo, fazendo nascer em seu interior a necessidade de defesa de sua própria liberdade em um agir auto-referencial que o fará lutar contra as formas de vida social que o destroem e também contra o tipo de individualismo manipulado pelos mercados.<sup>305</sup>

Na análise de Falk Richard, no entanto, essas resistências aos modelos de globalização “de cima” devem observar determinadas condições específicas. Primeiro, não deverá haver a fortalecimento das políticas eleitorais convencionais, porquanto os partidos políticos mais influentes defendem e subscrevem os programas apresentados pelo capital global. Para o surgimento de uma resistência é necessário

---

<sup>301</sup> SOUSA SANTOS, Boaventura de. Op. cit., 2003, p. 437.

<sup>302</sup> FALK, Richard. Op. cit., 2002, p. 199.

<sup>303</sup> Idem, p. 192.

<sup>304</sup> TOURAINE, Alain. Op. cit., 2007, p. 25.

<sup>305</sup> Idem, p. 26.

liderança política, social e democrata que questione essa política econômica.<sup>306</sup> Segundo, o desenvolvimento de uma proposta intelectualmente sustentável e motivadora a contrapor a globalização econômica atual com um enfoque alternativo; terceiro, buscar o desenvolvimento equilibrado entre as demandas sociais de necessidades básicas e a sustentabilidade dos recursos naturais; quarto, o efeito radical de resistência na eleição de políticos de direita e extremismos de direita apoiados por cidadãos que enfrentam as conseqüências dos cortes nos serviços sociais; quinto, alargar o foco dos movimentos sociais de base operária para apoiar as lutas de uma sociedade em que indivíduos e grupos sofrem os efeitos negativos do processo de globalização; sexto, redes transnacionais de discriminação mais defensivas diante do enfraquecimento do poder do Estado, aproveitando os espaços democráticos, especialmente nas convenções internacionais, para uma atuação de ação e reação; por fim, a formulação de ações mais programadas em resposta às tendências políticas da lógica de mercado engendrada pelas estruturas de poder econômico global dos organismos multilaterais de financiamento e da própria Organização Mundial do Comércio.<sup>307</sup>

Para Octavio Ianni, as desigualdades, tensões e contradições nessa era global generalizam-se do regional ao local e mundial, e por essa razão as contradições sociais se agravam, ocorrendo uma politização não só econômica, mas também das desigualdades étnicas, culturais e religiosas, entre outras. As reações de resistência e emancipação são operadas pelos excluídos mediante a “apropriação de valores, ideais, signos, símbolos, formas de pensar e imaginar”.<sup>308</sup>

Boaventura de Sousa Santos avalia que os povos excluídos dos países mais pobres conseguem ter o claro discernimento dos fatores que os fazem enfrentar a escassez repudiando a política enaltecida do sistema socioeconômico global, que poderia vir a ter novas soluções a partir do próprio homem como base de construção e não no dinheiro, como enfatiza a tradição global neoliberal.<sup>309</sup>

---

<sup>306</sup> FALK, Richard. Op. cit., 2002, p. 193.

<sup>307</sup> Idem, p. 193-198.

<sup>308</sup> IANNI, Octávio. Op. cit., 2005, p. 144.

<sup>309</sup> SANTOS, Milton. Op. cit., 2006, p. 118.

Assim é que para Falk Richard, os valores compartilhados por essa ordem mundial fundada em movimentos de reação à denominada globalização “de cima” seriam: a diminuição da violência; a melhoria do bem-estar econômico; a promoção da justiça e da política social e melhoria da qualidade do meio ambiente.<sup>310</sup>

O autor chama a atenção afirmando de que os melhores espaços de resistência à globalização “de cima” são os espaços democráticos locais e transnacionais. O exemplo citado são as Conferências das Nações Unidas sobre temas específicos, tais como: meio ambiente, gênero, desenvolvimento, direitos humanos, em que a atuação criativa e as táticas adotadas têm impactado as agendas em relação às atividades intergovernamentais, fazendo com que ocorra um reconhecimento dessa atuação em resistência à globalização “de cima”, em um processo ainda incipiente de democracia global.<sup>311</sup>

Para Boaventura de Sousa Santos, estes movimentos de interação são identificados como *cosmopolitismo*, na medida em que se constituem de um conjunto vasto e heterogêneo de iniciativas que defendem a mesma luta contra a exclusão e a discriminação social, a destruição ambiental provocada pelos globalismos localizados e localismos globalizados, adotando sofisticadas articulações transnacionais possibilitadas pelas redes informacionais.<sup>312</sup>

Para exemplificar seu posicionamento, o autor observa que as atividades do cosmopolitismo compreendem as articulações Sul-Sul, as interações e formas de intercâmbio operário, as lutas estabelecidas pelas redes transnacionais contra a destruição do meio ambiente, a defesa dos direitos das mulheres, dos povos indígenas, direitos humanos, serviços jurídicos alternativos em searas transnacionais, a solidariedade anticapitalista Norte-Sul, entre outras.<sup>313</sup>

Por fim Milton Santos define o que considera como cosmopolitismo:

É a solidariedade transnacional entre grupos explorados, oprimidos ou excluídos pela globalização hegemônica. Quer se trate de populações hiperlocalizadas (eg., os povos indígenas da cordilheira dos Andes) ou hipertransnacionalizadas (eg, populações deslocadas pela guerra ou por

---

<sup>310</sup>FALK, Richard. Op. cit., 2002, p. 192.

<sup>311</sup>Idem, p. 196.

<sup>312</sup>SOUSA SANTOS, Boaventura de. Op. cit., 2003, p. 436.

<sup>313</sup>Idem, ibidem.

grandes projetos hidroelétricos, imigrantes ilegais na Europa ou na América do Norte), estes grupos vivem a compressão do espaço-tempo sem terem sobre ele qualquer controle.<sup>314</sup>

Como adverte Santos, “a globalização mata a noção de solidariedade”, fazendo com que o homem se volte a uma ação de lei da selva em que é cada um por si e “reduz as noções de moralidade pública e particular a um quase nada”.<sup>315</sup>

A reação da globalização “de baixo para cima” objetiva estabelecer possibilidades para que as potências deixem de ser uma meta e passem a considerar as preocupações de ordem social, cultural e moral.<sup>316</sup>

Uma das maiores ocorrências de pressão da globalização “de baixo” foi o movimento contra a realização da III Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC) em dezembro de 1999, na cidade de Seattle, nos Estados Unidos, que por meio da mídia projetou esse movimento para o mundo. Essa reunião tinha como objetivo retirar subsídios e tarifas em vários setores e promover a liberalização ampliada do comércio mundial. Ocorre que, no dia da abertura do encontro, mais de 50 mil manifestantes e representantes de organizações não-governamentais formaram uma imensa corrente humana em torno do local e conseguiram fazer com que a cerimônia de abertura fosse cancelada.<sup>317</sup>

A repressão à manifestação foi total e tomou proporções só vistas nos Estados Unidos na época das manifestações contra o racismo. Além das pressões que esses movimentos faziam, os próprios países-membros não estavam alinhados ao consenso, sobretudo pelo debate entre as divergências dos países do Norte e do Sul. Os impasses foram tantos que durante o encontro os países não chegaram a um acordo e, portanto, como as decisões são tomadas por consenso e não sendo este possível, a decisão foi congelar os debates. A importância da reunião não residiu no fato de os países pobres não aceitarem o acordo, mas na movimentação causada pelas organizações não-governamentais, tanto nas ruas quanto nas negociações.<sup>318</sup>

---

<sup>314</sup>Idem, p. 437.

<sup>315</sup>SANTOS, Milton. Op. cit., 2006, p. 65.

<sup>316</sup>Idem, p. 154.

<sup>317</sup>VIEIRA, Liszt. Op. cit., 2001, p. 101.

<sup>318</sup>Idem, p. 102.

Assim, a atuação das organizações não-governamentais representou uma “postura de contrapoder” ao poder global representado pela OMC, Banco Mundial e FMI, expressando ao mundo as necessidades de justiça e igualdade nesse processo de globalização.<sup>319</sup>

Para Maria da Glória Ghon, esse movimento antiglobalização, além de estabelecer um marco, propiciou a existência de um novo ator sociopolítico de caráter mundial para denunciar o processo de injustiça social da globalização econômica no plano das nações e seus mercados, seu efeito destrutivo nas culturas e no plano local. Isso fez com que uma intensa rede de resistência fosse estabelecida e uma rede de atuação aderisse à desobediência civil e à divulgação de propostas alternativas à globalização econômica como forma de combater a exclusão social.<sup>320</sup>

Em 2002, no 30º Encontro do Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça, o “espírito de Seattle” foi de novo externado e cerca de duas mil pessoas voltaram a se manifestar contra a política econômica neoliberal. As pressões eram feitas sobre as relações dos países do Norte contra os países do Sul, e as discussões sobre cláusulas sociais e ambientais.<sup>321</sup>

Observa Maria da Glória Ghon que esse movimento antiglobalização tem como ponto principal a crítica contra a “cultura do lucro”, argumentando que ela deverá ser substituída pela “cultura do ser humano pleno, com direito à vida; uma sociedade ética e respeito aos direitos humanos fundamentais”.<sup>322</sup> E isso, para a autora, é a forte demonstração de que os movimentos sociais exercem no cenário internacional uma pressão por mudanças e transformações do modelo de desenvolvimento em curso, que, diga-se de passagem, surgiu do próprio sistema capitalista global neoliberal.

Nesse sentido, Richard Falk defende que a globalização “de baixo” luta pela heterogeneidade e diversidade, a tensão e contradição, por entender que é nesse contraste que reside a base fundamental para política participativa, cuja finalidade é reconciliar o funcionamento do mercado com o bem-estar da população.<sup>323</sup>

---

<sup>319</sup>Idem, p. 103.

<sup>320</sup>GHON, Maria da Glória. Op. cit., 2003, p. 34.

<sup>321</sup>VIEIRA, Liszt. Op. cit., 2001, p. 107.

<sup>322</sup>GHON, Maria da Glória. Op. cit., 2003, p. 47.

<sup>323</sup>FALK, Richard. Op. cit., 2002, p. 199.

A luta é contra o modo como a ordem capitalista global se produz e reproduz, buscando-se alternativas às problemáticas sociais e ambientais motivadas na solidariedade.<sup>324</sup>

É a luta por um mundo novo que não virá “de cima para baixo”, mas será uma construção na qual a trajetória será instituída “de baixo para cima”.

## 2.3 A Questão do Desenvolvimento Sustentável

### 2.3.1 Conceituação de Desenvolvimento e seu Uso

A busca pelo desenvolvimento acompanha a humanidade desde os tempos mais primitivos. É a idéia que se encontra no centro da visão do mundo contemporâneo e que funda todo o processo de invenção cultural, tendo o homem como agente transformador.<sup>325</sup>

O conceito de desenvolvimento, como comumente identificado hoje, surgiu logo após a Revolução Industrial e sua análise se intensificou a partir do término da Segunda Guerra Mundial.<sup>326</sup>

Com a Revolução Industrial a natureza passou a ser percebida a partir da questão econômica e o meio ambiente tornou-se a matéria-prima central apropriada na trajetória de transformação do processo produtivo.<sup>327</sup>

Após a Segunda Guerra Mundial a expansão do capital pressionou o mercado a produzir em ritmo acelerado e os recursos naturais foram sendo apropriados em uma velocidade voraz, aos ditames do capital com ou sem desperdício<sup>328</sup>.

---

<sup>324</sup>GHON, Maria da Glória. Op. cit., 2003, p. 33

<sup>325</sup>VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006, p. 30.

<sup>326</sup>BRUNACCI JR., Attilio; PHILIPPI, Arlindo. Dimensão humana do desenvolvimento sustentável. In: PHILIPPI JR., Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi (Edits.). **Educação ambiental e sustentabilidade**. Barueri: Manole, 2005, p. 269.

<sup>327</sup>PIRES, Mauro de Oliveira. A perspectiva do desenvolvimento sustentável. In: LITTLE, Paul E. (Org.). **Políticas ambientais no Brasil: análises, instrumentos e experiências**. São Paulo: Peirópolis, Brasília: IIEB, 2003, p. 376.

Todo esse “motor” em prol dos investimentos econômicos e tecnológicos no pós-Guerra para expansão de mercados visava ao tão sonhado desenvolvimento dos países, em particular os do Norte, que detinham mais tecnologia e um processo industrial mais avançado.

Segundo Attilio Brunacci e Arlindo Philippi Júnior, o termo desenvolvimento é empregado

não só para exprimir um crescimento econômico duradouro, como também para caracterizar as mudanças estruturais que ocorrem num determinado país durante o espaço de tempo em que essa nação passa de uma sociedade tradicionalmente agrária para uma organização industrial moderna.<sup>329</sup>

É comum nos países periféricos haver uma confusão entre desenvolvimento e industrialização, modernização, crescimento econômico. Isso ocorre porque o desenvolvimento é relacionado com o incremento da industrialização e com a aplicação de novas tecnologias de produção, o que acarreta um aumento no nível de emprego e renda, gerando uma série de benefícios meramente financeiros à mão-de-obra trabalhadora.<sup>330</sup>

O crescimento é um componente importante do desenvolvimento, mas com ele não se confunde, porquanto a mudança operada pelo crescimento é quantitativa, enquanto que o desenvolvimento promove uma mudança qualitativa. Se há uma ligação nesse sentido, não significa a mesma coisa.<sup>331</sup>

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em seus relatórios classifica o desenvolvimento como a possibilidade de as pessoas escolherem seu tipo de vida e terem à disposição os instrumentos e as oportunidades que viabilizem suas escolhas.<sup>332</sup>

Pelo que constata José Eli da Veiga, o “desenvolvimento tem sido uma exceção histórica e não regra geral”.<sup>333</sup> Para este autor, os mercados são uma das instituições que participam do processo de desenvolvimento e isto fica claro quando se constata

---

<sup>328</sup>BRUNACCI JR., Attilio; PHILIPPI, Arlindo. Dimensão humana do desenvolvimento sustentável. In: PHILIPPI JR., Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi (Edits.). Op.cit., 2005, p. 376.

<sup>329</sup>Idem, p. 271.

<sup>330</sup>Idem, p. 272.

<sup>331</sup>VEIGA, José Eli da. Op. cit., 2006, p. 56.

<sup>332</sup>Idem, p. 81.

<sup>333</sup>Idem, p. 80.

que os únicos países periféricos a se desenvolverem razoavelmente bem no século XX, foram aqueles que não aplicaram *ipsi literis* as regras estabelecidas no Consenso de Washington.<sup>334</sup>

Citando Celso Furtado, conclui o autor explicitando o que é o desenvolvimento, ou seja, é o que traz consigo um projeto social subjacente, uma vez que não basta apenas ter à disposição recursos para investimento, é necessário que o desenvolvimento venha acompanhado de um projeto social que priorize a efetiva melhoria das condições de vida da população.<sup>335</sup>

No mesmo sentido, Marcelo Dias Varella frisa que o desenvolvimento deve ser medido com base nos critérios de melhoria no nível de emprego, infra-estrutura básica, redes de esgotos, melhoria na educação, fornecimento de água potável, aumento da expectativa de vida, por serem estes elementos básicos ao conceito de desenvolvimento.<sup>336</sup>

### 2.3.2 O Desenvolvimento e a Devastação dos Recursos Naturais

Atualmente existe uma enorme preocupação diante do mundo globalizado e de seus efeitos *erga omnes* e as conseqüências do desenvolvimento para a própria existência do planeta.

O reconhecimento planetário sobre a devastação dos recursos naturais e suas conseqüências claras de decadência ambiental mobiliza inúmeras pessoas no mundo todo, que por meio de redes de informação fortalecem a sociedade civil na luta em defesa da manutenção do Estado-nação, como fonte de legitimidade e poder, a barrar o desenvolvimento ganancioso e destruidor, a se consolidar a qualquer custo.<sup>337</sup>

O desgaste da camada de ozônio, o aumento do efeito estufa, as mudanças climáticas e as perdas da biodiversidade são problemas globais que afetam todo o planeta e seus habitantes, independentemente da posição em que se encontrem. O cerne da questão reside na “dificuldade de preservar e expandir as liberdades

---

<sup>334</sup>Idem, *ibidem*.

<sup>335</sup>Idem, p. 81.

<sup>336</sup>VARELLA, Marcelo Dias. **Direito econômico internacional ambiental**. Belo Horizonte: Del Rey, 2003, p. 7.

<sup>337</sup>VEIGA, José Eli da. *Op. cit.*, 2006, p. 146.

substantivas de que as pessoas hoje desfrutam sem comprometer a capacidade das futuras gerações desfrutarem da mesma liberdade”.<sup>338</sup>

A questão ambiental também emergiu após a Segunda Guerra Mundial, quando, pela primeira vez, o alerta sobre a possibilidade de finitude dos recursos naturais e o seu uso indevido poderia representar o fim da espécie humana. Na década de 70 foi realizado um estudo pelo Clube de Roma,<sup>339</sup> publicado em relatório intitulado: *Os Limites do Desenvolvimento*, tendo como objetivo precípuo analisar os principais problemas da humanidade, concluindo que a produção industrial e a exploração dos recursos naturais na forma como estava se realizando deveriam ser revistas ou mesmo cessadas.<sup>340</sup>

Tratava-se do modelo de desenvolvimento econômico capitalista dos países do Primeiro Mundo, que estava em xeque diante dos reflexos de seu avançado estágio de industrialização e a possibilidade de escassez dos recursos naturais ante as limitações do meio ambiente. Vale dizer, em decorrência do processo industrial e a forma de consumo da população.<sup>341</sup>

Nesse sentido, chegava ao fim a idéia de que o meio ambiente era ilimitado e o relatório apontava para um cenário de conseqüências nefastas para os próximos cem anos, caso tal desenvolvimento continuasse a se processar daquela maneira, pois o mundo chegaria no limite do crescimento global se não houvesse uma mudança econômica e social neste processo.<sup>342</sup>

O relatório apresentado defendia o denominado crescimento zero para os países em desenvolvimento, como medida para conter o uso irracional dos recursos naturais, em um aceno claro à interrupção do caminho de crescimento desses países. E foi sob este aspecto que a revolta se estabeleceu, uma vez que os países do Sul, ricos em recursos naturais, reputavam tal proposta como sendo a estagnação de seu direito de

---

<sup>338</sup>Idem, *ibidem*.

<sup>339</sup>Em 1968, é criado o Clube de Roma, formado por cientistas dedicados ao transporte, manuseio, recuperação e destinação final de resíduos (...). In: [http://www.ahkbrasil.com/meio\\_ambiente.asp?link=70](http://www.ahkbrasil.com/meio_ambiente.asp?link=70). Acesso em 10 nov. 2007.

<sup>340</sup>BERNARDES, Júlia Adão; FERREIRA, Francisco Pontes de Miranda. Sociedade e natureza. In: CUNHA, Sandra Baptista da; GUERRA, Antônio José Teixeira de. **A questão ambiental: diferentes abordagens**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2005, p. 35.

<sup>341</sup>BRUNACCI JR., Atílio; PHILIPPI, Arlindo. Dimensão humana do desenvolvimento sustentável. In: PHILIPPI JR., Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi (Edits.). *Op. cit.*, 2005, p. 257.

<sup>342</sup>Idem, p. 258.

utilizar os recursos naturais da mesma forma que os países do Norte o fizeram, na expectativa de melhorar as condições de vida de sua população e de suas economias e, com isso, atingir o almejado desenvolvimento.<sup>343</sup>

O impacto do Relatório do Clube de Roma provocou tanta controvérsia que a Organização das Nações Unidas decidiu realizar em 1972 a primeira grande Conferência Internacional, em Estocolmo, para discutir a questão ambiental. Nessa Conferência o Brasil liderou o movimento dos países em desenvolvimento contra a proposta de crescimento zero, entre outros motivos por não haver restrições na utilização, por países ricos, dos seus recursos naturais.<sup>344</sup>

Ficava claro que a postura do Brasil, liderando os países em desenvolvimento, apesar de desastrosa e muito criticada, serviu de exemplo para mostrar a situação de confronto entre os vários Estados atrasados, subdesenvolvidos ou em desenvolvimento com os países do Norte.<sup>345</sup>

Passos importantes foram dados, a partir dali, no sentido de se estabelecer um aprofundamento e monitoramento sobre a questão do uso dos recursos naturais com a criação de órgãos importantes como o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMDA), ficando então estabelecido o problema ambiental como uma das questões prioritárias da Organização das Nações Unidas (ONU).<sup>346</sup>

A Conferência de Estocolmo sobre Meio Ambiente Humano, em seu princípio primeiro estabeleceu que “o homem tem direito fundamental à liberdade, igualdade e às condições de vida satisfatórias, em um meio ambiente cuja qualidade lhe permita viver com dignidade e bem-estar”.<sup>347</sup> Essas eram as bases para a proposta de conciliar desenvolvimento econômico e meio ambiente e igualmente para a formação de um sistema jurídico internacional do meio ambiente.

---

<sup>343</sup>BERNARDES, Júlia Adão; FERREIRA, Francisco Pontes de Miranda. Sociedade e natureza. In: CUNHA, Sandra Baptista da; GUERRA, Antônio José Teixeira de. Op. cit., 2005, p. 35.

<sup>344</sup>Idem, p.36.

<sup>345</sup>BRUNACCI JR., Attilio; PHILIPPI, Arlindo. Dimensão humana do desenvolvimento sustentável. In: PHILIPPI JR., Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi (Edits.). Op.cit., 2005, p.259.

<sup>346</sup>BERNARDES, Júlia Adão; FERREIRA, Francisco Pontes de Miranda. Sociedade e natureza. In: CUNHA, Sandra Baptista da; GUERRA, Antônio José Teixeira de. Op.cit., 2005, p.36.

<sup>347</sup>Idem, p.54.

### 2.3.3 Surgimento e Conceito de Desenvolvimento Sustentável

Em 1983 a Assembléia Geral da ONU encomendou à Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, sob a presidência da então primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, um estudo de alternativas para o desenvolvimento e o meio ambiente, cujo relatório final foi intitulado *Nosso Futuro Comum*. Pela primeira vez surgiu a expressão desenvolvimento sustentável, bem como sua definição, ou seja, aquele desenvolvimento que “permite satisfazer as necessidades do presente sem comprometer os recursos equivalentes de que farão uso no futuro outras gerações”.<sup>348</sup>

Neste conceito ficaram estabelecidas duas importantes referências: a primeira, relativa às necessidades, sobretudo às necessidades essenciais dos pobres do mundo, e a segunda, sobre as limitações que o estágio da industrialização e da ordem social causam ao meio ambiente, as quais poderão vir a impedir o atendimento das necessidades das presentes gerações e, principalmente, das futuras.<sup>349</sup>

Cristiane Derani vê na definição do *Relatório Nosso Futuro Comum* uma norma de conduta, na qual

modificar a natureza através de sua apropriação ou através de emissões, somente quando for para a manutenção da vida humana ou para a proteção de outro valor básico, ou quando for justificada a capacidade de se apropriar dos meios sem danificar a sua reprodução. Donde se conclui que a sustentabilidade é um princípio válido para todos os recursos renováveis. Para com recursos não renováveis ou para atividades capazes de produzir danos irreversíveis este princípio não se aplica.<sup>350</sup>

Para a autora, o desenvolvimento sustentável significa um desenvolvimento com total harmonia entre a economia e a ecologia, ajustando-se em uma correlação na qual o equilíbrio esteja sempre presente, ou seja, quanto maior a utilização econômica maior a racionalidade no uso dos recursos naturais.<sup>351</sup>

<sup>348</sup>DERANI, Cristiane. **Direito ambiental econômico**. 2.ed. São Paulo: Max Limonad, 2001, p.130.

<sup>349</sup>SILVA, Marcus Vinicius Lopes da. O princípio do desenvolvimento sustentável. In: **Revista de Direitos Difusos**, v. 6, ano 1, 2005, p. 99.

<sup>350</sup>DERANI, Cristiane. Op.cit., 2001, p.131.

<sup>351</sup>Idem, p.132.

O *Relatório Nosso Futuro Comum* prescreveu o desenvolvimento sustentável como o novo paradigma a ser seguido para as atividades econômicas de exploração da natureza; mas foi em 1992, na Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento promovida pela ONU no Rio de Janeiro, que a expressão desenvolvimento sustentável apareceu expressamente em documentos, constando de 12 dos 17 princípios do documento final.<sup>352</sup>

Note-se que, naquela ocasião, o parâmetro do desenvolvimento sustentável era tratado unicamente como estratégia para solucionar o binômio escassez-finitude dos recursos naturais do planeta e, assim, estabelecer um novo padrão de consumo.<sup>353</sup>

A Declaração do Rio traz a expressão desenvolvimento sustentável como meta a ser alcançada e estabelece em seu princípio 4 o seguinte: “Para alcançar o desenvolvimento sustentável, a proteção ambiental constituirá parte integrante do processo de desenvolvimento e não pode ser considerada isoladamente deste”.<sup>354</sup>

Com efeito, a Conferência do Rio, também chamada de ECO 92, constitui o grande marco da internacionalização da proteção ambiental e das questões ligadas ao desenvolvimento. Nela foram estabelecidos elementos avançados, como a Agenda 21<sup>355</sup> e o Fundo Global para o Meio Ambiente, do Banco Mundial. Nessa reunião foram assinados tratados importantes, a exemplo da Convenção Quadro sobre Alteração Climática, que visa a estabelecer regras para proteção da atmosfera e conter a emissão de gases poluentes para prevenção de efeitos que hoje estão modificando de forma rápida e catastrófica o clima no mundo, quando colocada em pauta a discussão sobre patentes relacionadas ao desenvolvimento da biotecnologia.<sup>356</sup>

Os acordos assinados na ECO 92, mesmo não tendo a ratificação de países como os Estados Unidos (caso da Convenção — Quadro sobre Alteração Climática), revelou o senso de responsabilidade quanto ao futuro das espécies, inclusive a humana, e estabeleceu o desenvolvimento sustentável como parâmetro a ser perseguido, sendo

---

<sup>352</sup>SILVA, Marcus Vinicius Lopes da. Op.cit., 2005, p.800.

<sup>353</sup>FAVERO, Celso Antonio. **Movimentos sociais e a questão do desenvolvimento**. Disponível em <<http://cac.php.unioeste.br/revistas/gepec/download.php?id=13>>. Acesso em 16 set. 2007.

<sup>354</sup>MILARÉ, Edis. **Direito do ambiente**: doutrina, jurisprudência, glossário. 4.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005, p. 53.

<sup>355</sup>AGENDA 21. Disponível em [http://pt.wikipedia.org/wiki/Agenda\\_21](http://pt.wikipedia.org/wiki/Agenda_21). Acesso em 10 nov. 2007.

<sup>356</sup>BERNARDES, Júlia Adão; FERREIRA, Francisco Pontes de Miranda. Sociedade e natureza. In: CUNHA, Sandra Baptista da; GUERRA, Antônio José Teixeira de. Op. cit., 2005, p. 36.

abandonados os modelos tradicionais de comportamento econômico em favor de uma conduta mais racional em relação à natureza.<sup>357</sup>

Esse conceito de desenvolvimento sustentável trazido pelo *Relatório Nosso Futuro Comum*, no entanto, sofreu severas críticas da sociedade civil organizada, por trazer uma visão, segundo Lizt Vieira, “a-histórica das necessidades humanas e ignorar as relações desiguais que impõem aos países em desenvolvimento os custos sociais e ambientais do crescimento dos países desenvolvidos”.<sup>358</sup>

Em 2002, a ONU realizou a terceira grande Conferência Mundial sobre Meio Ambiente, com foco no desenvolvimento sustentável, em Johannesburgo, na África, conhecida também como Rio +10, com o objetivo de discutir os desafios ambientais do planeta. Pouco se avançou nas proposições globais assinaladas nessa Conferência em relação à ECO 92. O contexto histórico de 2002, ano em que se realizou a Reunião, com dados alarmantes em relação à escassez de água no planeta, graves desmatamentos na América do Sul, problemas de enchentes na Ásia, criou a expectativa de que grandes passos seriam dados, o que não ocorreu, e a influência do contexto promoveu um resultado tímido, considerado insuficiente em relação às necessidades do planeta, que requer medidas mais drásticas e eficazes, na opinião dos analistas.<sup>359</sup>

Várias conferências internacionais relacionadas à questão do desenvolvimento e meio ambiente ocorreram ao longo da década de 90, numa clara demonstração da interconexão entre esses temas, de tal maneira que aparecem, muitas vezes, tratados como um só.<sup>360</sup>

Para Edis Milaré, a compatibilização entre meio ambiente e desenvolvimento deve considerar no processo de planejamento as exigências de ambos, com observância de suas inter-relações em cada contexto particular, como social, cultural, político, econômico e ecológico e na dimensão espaço-tempo. Ou seja, a política

---

<sup>357</sup>PIRES, Mauro de Oliveira. A perspectiva do desenvolvimento sustentável. In: LITTLE, Paul E (Org.). Op. cit., 2003, p. 380.

<sup>358</sup>VIEIRA, Liszt. Op. cit., 2004, p. 131.

<sup>359</sup>Disponível em: <http://www.ana.gov.br/AcoesAdministrativas/RelatorioGestao/Rio10/Riomaisdez/index.php.39.html>. Acesso em 16 set. 2007.

<sup>360</sup>VARELLA, Marcelo Dias. Op. cit., 2003, p. 55.

ambiental deve ser um dos instrumentos do processo de desenvolvimento para uma utilização racional dos recursos naturais.<sup>361</sup>

Ressalta este autor, com base no pensamento de José Carlos Barbieri, que o conceito de desenvolvimento sustentável está intrinsecamente ligado à necessidade de assegurar recursos naturais a outras gerações, o que pressupõe não só avanços científicos e tecnológicos constantes para ampliar as condições de usos, recuperação e conservação desses recursos, mas requer também rever as necessidades humanas de consumo para aliviar a pressão sobre eles.<sup>362</sup>

Isto significa dizer que o meio ambiente é patrimônio não só desta geração, mas também daqueles que ainda não chegaram. Assim sendo, sempre precisará ser considerado no âmbito espaço-tempo, de forma que permita o desenvolvimento dos países aliando o desenvolvimento econômico-social com a proteção da qualidade ambiental. Isso se impõe para que o crescimento ou progresso de uma nação não ocorra a qualquer custo, pela pressão dos interesses de uma minoria, em detrimento da natureza e de todos os homens que habitam o planeta.<sup>363</sup>

Neste caso, a preservação dos bens ambientais e a sua utilização racional e equilibrada, como acentua Paulo Afonso Leme Machado, se daria de forma equitativa, de modo a ficar demonstrado que essa preservação está ocorrendo de forma a evitar o esgotamento dos recursos para que as gerações futuras possam deles usufruir.<sup>364</sup>

É por essa razão que a prática do desenvolvimento sustentável passa, necessariamente, por transformações profundas na conduta humana, que na fúria do consumo provoca pressão para além de suas necessidades reais, exigindo o estabelecimento de uma política abrangente que envolva governo e sociedade no objetivo de coibir as constantes agressões ao meio ambiente.<sup>365</sup>

Convém ressaltar que a idéia de desenvolvimento está sempre atrelada ao avanço da industrialização.<sup>366</sup>

---

<sup>361</sup>MILARÉ, Edis. Op. cit., 2005, p. 53.

<sup>362</sup>Idem, p. 54.

<sup>363</sup>Idem, ibidem.

<sup>364</sup>MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito ambiental brasileiro**. 14.ed. São Paulo: Malheiros, 2006, p. 57.

<sup>365</sup>MILARÉ, Edis. Op.cit., 2005, p. 55.

<sup>366</sup>VEIGA, José Eli da. Op. cit., 2006, p. 194.

É necessário, por outro lado, reconhecer que o maior nível de consciência ecológica e científica produziu mudanças, ainda que tímidas, no padrão técnico e comportamental, permitindo deter a exploração devastadora do ecossistema planetário. Essa modificação ainda incipiente no aspecto comportamental deve-se ao fato de que a maior parte das pessoas tem dificuldade em assimilar o verdadeiro significado do desenvolvimento sustentável, ante a ausência de clareza sobre a questão, que sempre se opõe às forças da sociedade, tendo em vista estratégias diferenciadas dos projetos de desenvolvimento quanto às dimensões políticas, sociais, econômicas, científicas, tecnológicas, jurídicas, culturais e ambientais.<sup>367</sup>

Para Attilio Brunacci e Arlindo Philippi Júnior, a dificuldade na compreensão da plenitude da expressão desenvolvimento sustentável deve-se, também, a específicos aspectos de natureza pessoal, como a formação profissional, a intensidade dos próprios interesses, a educação, enfim, um conjunto de elementos que ainda sofrem influência das concepções estereotipadas e difundidas pela classe empresarial.<sup>368</sup>

### 2.3.4 Paradigma da Sustentabilidade

Edis Milaré argumenta, que melhor que falar em desenvolvimento sustentável é falar de sustentabilidade, “um atributo necessário a ser respeitado no tratamento dos recursos ambientais, em especial dos recursos naturais”.<sup>369</sup>

Sustentabilidade, para Mauro Pires,

(...) é um termo tomado da ecologia e diz respeito à tendência dos ecossistemas à estabilidade, ao equilíbrio dinâmico, à homeostase, com base na interdependência e complementaridade de forma vivas.<sup>370</sup>

Segundo os ecologistas, a sustentabilidade refere-se aos recursos da natureza e às cadeias de ecossistemas que dependem de outros recursos para se manterem. Do ponto de vista da política, representa a capacidade da sociedade de se auto-organizar e

---

<sup>367</sup> Idem, p. 56.

<sup>368</sup> BRUNACCI JR., Attilio; PHILIPPI, Arlindo. Dimensão humana do desenvolvimento sustentável. In: PHILIPPI JR., Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi (Edits.). Op. cit., 2005, p. 268.

<sup>369</sup> MILARÉ, Edis. Op. cit., 2005, p. 59.

<sup>370</sup> PIRES, Mauro de Oliveira. A perspectiva do desenvolvimento sustentável. In: LITTLE, Paul E. (Org.). Op. cit., 2003, p. 378.

a partir daí, segundo Edis Milaré, surgem as duas bases para o desenvolvimento da sustentabilidade: “a capacidade natural de suporte (recursos naturais existentes) e a capacidade de sustentação (atividades sociais, políticas e econômicas geradas pela própria sociedade em seu próprio benefício)”.<sup>371</sup>

Nesse sentido, a sustentabilidade acrescenta ao conceito pluridimensional de desenvolvimento a dimensão ambiental, ou seja, um desenvolvimento em harmonia com a natureza ao invés de um desenvolvimento com destruição dos recursos naturais.<sup>372</sup>

O componente da sustentabilidade deve, assim, constituir um requisito na concepção de desenvolvimento, ou seja, deve-se buscar o desenvolvimento com sustentabilidade do crescimento e da melhoria da qualidade de vida.<sup>373</sup>

É importante ressaltar, todavia, que a sustentabilidade não deve servir de paradigma apenas para a sociedade industrial urbana, mas também para o espaço rural, por ser mais abrangente do que a relação urbana, pois o complexo agroindustrial se estabelece por meio de atividades essencialmente antrópicas e com uma indústria de produção de bens e serviços que provoca fortes impactos diretos ao meio ambiente. Atualmente o espaço rural não pode ser entendido apenas como agrícola, uma vez que a economia o identifica como um espaço plural de atividades (paisagens, patrimônio histórico-cultural, unidades de conservação, ecoturismo) que ainda produz artefatos manufaturados anteriormente exclusivos da indústria.<sup>374</sup>

O autor continua a evidenciar que, como atributo, a idéia de sustentabilidade está diretamente relacionada à durabilidade dos recursos naturais para atender tanto às necessidades dos ecossistemas naturais quanto às demandas dos ecossistemas sociais. A sustentabilidade, portanto, depende da disponibilidade real dos recursos, de sua quantidade e da forma como eles serão explorados, transformados e utilizados.<sup>375</sup>

José Eli da Veiga, por sua vez, fundamenta-se no entendimento de Ignacy Sachs para analisar as dimensões ecológicas e ambientais da sustentabilidade, que considera

---

<sup>371</sup>MILARÉ, Edis. Op. cit., 2005, p. 60.

<sup>372</sup>BRUNACCI JR., Attilio; PHILIPPI, Arlindo. Dimensão humana do desenvolvimento sustentável. In: PHILIPPI JR., Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi (Edits.). Op. cit., 2005, p. 276.

<sup>373</sup>VEIGA, José Eli da. Op. cit., 2006, p. 187.

<sup>374</sup>MILARÉ, Edis. Op. cit., 2005, p. 61.

<sup>375</sup>Idem, ibidem.

estar alicerçada em um tripé: “1) preservação do potencial da natureza para produção de recursos renováveis; 2) limitação do uso de recursos não-renováveis; 3) respeito e realce para a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais”.<sup>376</sup>

Para ele, a sustentabilidade possui um duplo imperativo ético de solidariedade com a geração atual e de solidariedade diacrônica com as gerações futuras. Esta dualidade faz com que seja necessário trabalhar em uma escala múltipla de tempo e espaço, a fim de que a economia busque soluções para contemplar as dimensões sociais, econômicas e ecológicas de forma que o crescimento aconteça com racionalidade “eliminando o crescimento selvagem obtido ao custo de elevadas externalidades negativas, tanto sociais quanto ambientais”.<sup>377</sup>

Esse crescimento do mercado e dos modos de produção à custa dos recursos naturais de forma ilimitada causa impacto direto na sustentabilidade e por conseqüência no próprio desenvolvimento.<sup>378</sup>

A dificuldade na superação dos aspectos duais entre crescimento econômico e exploração da natureza, nas lições de Mauro de Oliveira Pires, faz do conceito de desenvolvimento sustentável um paradigma ainda virtual, haja vista que sua concretização depende das “práticas dos atores sociais e do sucesso das estratégias de transição que reorientem o desenvolvimento, sua matriz, seus meios e objetivos”.<sup>379</sup>

Por essas razões é necessário vincular o desenvolvimento sustentável à qualidade de vida que será estabelecida dentro dos limites de suporte dos ecossistemas naturais e urbanos, com equilíbrio ecológico. Isto é, com observância da capacidade do planeta no que concerne aos cuidados e aos limites dos recursos renováveis e não-renováveis.<sup>380</sup>

Para a consolidação de uma consciência global a respeito das questões ambientais, a Comissão Mundial sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente, após a apresentação do relatório *Nosso Futuro Comum*, lançou uma campanha denominada

---

<sup>376</sup>VEIGA, José Eli da. Op. cit., 2006, p. 171.

<sup>377</sup>Idem, p. 172.

<sup>378</sup>BRUNACCI JR., Attilio; PHILIPPI, Arlindo. Dimensão humana do desenvolvimento sustentável. In: PHILIPPI JR., Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi (Edits.). Op. cit., 2005, p. 269.

<sup>379</sup>PIRES, Mauro de Oliveira. A perspectiva do desenvolvimento sustentável. In: LITTLE, Paul E. (Org.). Op. cit., 2003, p. 375.

<sup>380</sup>BRUNACCI JR., Attilio; PHILIPPI, Arlindo. Dimensão humana do desenvolvimento sustentável. In: PHILIPPI JR., Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi (Edits.). Op. cit., 2005, p. 274.

*Pensar globalmente, agir localmente*, como forma de conscientizar sobre a abrangência dos problemas ambientais globais que possibilitasse a adoção de ações práticas locais efetivas no sentido da sustentabilidade.<sup>381</sup>

Nesse sentido, o desenvolvimento é trazido para o campo das relações entre sociedade e natureza. É a busca das formas sociais de um modelo de sustentabilidade no uso e na apropriação dos recursos naturais que envolve a idéia de desenvolvimento sustentável como resultado da cooperação entre atores individuais e coletivos, que o farão por meio da participação e da cidadania.<sup>382</sup>

É uma perspectiva que se opõe ao modelo individualista e competitivo de desenvolvimento neoliberal, que privilegia o particular sobre o coletivo, configurando o caráter exploratório tanto das relações sociais quanto destas com a natureza.<sup>383</sup>

Mauro Guimarães, no entanto, alerta que o sistema capitalista dominante tenta se apropriar do conceito de sustentabilidade para dar a ele uma interpretação dentro da sua lógica desenvolvimentista, ou seja, urbana, financeira, industrial, globalizada e de caráter reformista, com propostas para a solução do problema ambiental sem fugir de seus conceitos, portanto, sem enfrentar as imposições do mercado.<sup>384</sup>

Segundo este autor, esse alerta é dado também por Vandana Shiva ao sustentar que a ideologia do desenvolvimento sustentável está sendo formada dentro dos limites da economia de mercado, propondo, portanto, uma lógica de mercado para a crise ecológica. Sustenta, ainda, que essa falsa noção está apoiada em três erros: “1) a primazia ontológica do capital; 2) separação ontológica entre a produção e conservação, tornando esta última dependente do capital; 3) dar por sustentada a substituição da natureza pelo capital”.<sup>385</sup>

Diante desses fatos, Guimarães defende a necessidade de se construir uma outra noção de sustentabilidade que potencialize a superação da crise ambiental, a partir de transformações drásticas, econômicas e sociais, que possibilitem a mudança. Essa

---

<sup>381</sup>Idem, p. 278.

<sup>382</sup>FAVERO, Celso Antonio. **Movimentos sociais e a questão do desenvolvimento**. Disponível em <<http://cac-php.unioeste.br/revistas/gepec/download.php?id=13>>. Acesso em 16 set. 2007.

<sup>383</sup>GUIMARÃES, Mauro. Sustentabilidade e educação ambiental. In: PHILIPPI JR., Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi (Edits.). **Educação ambiental e sustentabilidade**. Barueri: Manole, 2005, p. 89.

<sup>384</sup>Idem, p. 90.

<sup>385</sup>Idem, p. 91.

transformação só será possível se ocorrer em reciprocidade entre indivíduo e sociedade na construção de novas relações sociedade – natureza.<sup>386</sup>

No entendimento de Martin Khor, nessa era globalizada, mais do nunca o que se vê é o confronto dos dois paradigmas de desenvolvimento: o primeiro, o desenvolvimento sustentável baseado em práticas ecológicas que permitam atender às necessidades das gerações futuras, modificando agora as relações de produção e consumo para preservar a durabilidade dos recursos naturais. O segundo é o das forças de mercado, que amplia a liberdade de corporações transnacionais, as quais, ainda que reconheçam a existência de impactos ambientais e sociais, apostam que estes se resolvem com os instrumentos do mercado.<sup>387</sup>

As forças de mercado ganharam reforço neste paradigma sobretudo após a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC), que defende a liberdade de buscar vantagens e benefícios mediante acesso aos recursos de outros países, em nome da competitividade em qualquer parte do globo.<sup>388</sup>

Na defesa desta posição há os que argumentam que os recursos naturais não podem ser estáticos, como também os processos industriais que os transformam em produtos, e que estes não são os únicos responsáveis pelo desequilíbrio ambiental, que já existia antes mesmo da industrialização que se tem hoje.<sup>389</sup>

Esses paradigmas se chocam freqüentemente, embora haja, ainda, a prevalência do paradigma das forças de mercado. Nesse sentido, o reconhecimento cada vez mais real dos efeitos desastrosos da ação do homem ou do mercado sobre o meio ambiente, por meio das mudanças climáticas, esgotamento dos recursos de petróleo e a necessidade de obter fontes alternativas de energia, tem feito com que a busca pelo desenvolvimento sustentável ocorra como alternativa viável e necessária, reforçada

---

<sup>386</sup>Idem, p. 95.

<sup>387</sup>KHOR, Martin. **Confrontação de paradigmas**. Disponível em <[http://www.brasilpnuma.org.br/pordentro/artigos\\_029.htm](http://www.brasilpnuma.org.br/pordentro/artigos_029.htm)>. Acesso em 16 set. 2007.

<sup>388</sup>KHOR, Martin. **Confrontação de paradigmas**. Disponível em <[http://www.brasilpnuma.org.br/pordentro/artigos\\_029.htm](http://www.brasilpnuma.org.br/pordentro/artigos_029.htm)>. Acesso em 16 set. 2007.

<sup>389</sup>BRUNACCI JR., Attilio; PHILIPPI, Arlindo. Dimensão humana do desenvolvimento sustentável. In: PHILIPPI JR., Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi (Edits.). Op. cit., 2005, p. 270.

pela atividade cada vez mais forte e presente da sociedade civil, contribuindo para supervisionar o processo de globalização de uma forma bastante atuante.<sup>390</sup>

É preciso, assim, resgatar o espaço político, no sentido de definir os limites que só ocorrem na plena democracia, na qual, por meio do diálogo e conhecimento no interior da mesma cultura ou culturas diferentes, deverão ser construídas barreiras para que a espécie humana se auto-estabeleça um limite na exploração dos recursos naturais.<sup>391</sup>

Uma contribuição vem sendo dada para o respeito ao meio ambiente e a eficaz instituição do desenvolvimento sustentável por meio da atuação dos movimentos sociais que conseguem, em alguns casos, superar as forças de mercado, e, assim, produzir um aumento da consciência ecológica na sociedade planetária.

As mudanças de atitudes que estes movimentos estão promovendo no estilo de vida da classe média, nos padrões de consumo, na pressão pela criação de reservas de proteção, em todo o mundo, têm fortalecido a capacidade de gestão dos governos locais, levando também à edição de lei ambientais, além de contribuírem para a difusão de um novo parâmetro de relação entre sociedade e natureza.<sup>392</sup>

Nos anos de 90, a política americana e a européia tinham mais de 80% de candidatos com alguma plataforma verde em suas propostas eleitorais. Os organismos multilaterais e os próprios governos multiplicaram programas ou projetos destinados a proteger a natureza ou melhorar a qualidade de vida. Inclusive empresas de grande porte, responsáveis por emissão de poluentes, já se preocupam em desenvolver uma estratégia ambiental e isso se deve à intensa mobilização dos movimentos sociais ambientalistas pelo mundo que, nesse último quarto de século, conseguiu sensibilizar e conscientizar a sociedade planetária para os efeitos danosos ao meio ambiente.<sup>393</sup>

Por outro lado, segundo Manuel Castells, não há como considerar o ambientalismo enquanto movimento apenas de conscientização. Na verdade, desde o seu começo, a busca foi por transformar atitudes governamentais e pressionar para a

---

<sup>390</sup>KHOR, Martin. **Confrontação de paradigmas**. Disponível em <[http://www.brasilpnuma.org.br/pordentro/artigos\\_029.htm](http://www.brasilpnuma.org.br/pordentro/artigos_029.htm)>. Acesso em 16 set. 2007.

<sup>391</sup>PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 75.

<sup>392</sup>BERNARDES, Júlia Adão; FERREIRA, Francisco Pontes de Miranda. Sociedade e natureza. In: CUNHA, Sandra Baptista da; GUERRA, Antônio José Teixeira de. Op. cit., 2005, p. 35.

<sup>393</sup>CASTELLS, Manuel. Op. cit., 1999, p. 141.

criação de leis de proteção ou regulamentação na área ambiental. A ação do movimento ambientalista, mesmo em caráter local e regional, visa a influenciar ações ou medidas para promover melhor qualidade na saúde pública, planejamento urbano e regional, de forma a minimizar os impactos decorrentes do desenvolvimento desenfreado.<sup>394</sup>

Essa conscientização sobre a necessidade de modificação no atual padrão de desenvolvimento que busca evitar o desperdício, assegurar produtividade sustentada a longo prazo, com definição estratégica dos objetivos sociais de crescimento, vem aliada à consciência de uma modernização tecnológica e de uma inserção autônoma neste processo de globalização econômica e política.<sup>395</sup>

São movimentos de caráter e interesse específico que lutam para alcançar seus objetivos e buscam, assim, a legitimidade da opinião pública e da sociedade civil.<sup>396</sup>

## **2.4 Efeitos da Globalização “de Cima” no Desenvolvimento Sustentável**

### **2.4.1 Assimetrias da Globalização “de Cima”**

O processo de abertura econômica, com a transnacionalização do capital e a integração dos mercados por meio das redes informacionais, vem acompanhado do discurso sobre o desenvolvimento sustentável, que, no entanto, tem gerado conseqüências sociais e ambientais graves.<sup>397</sup>

Grandes corporações transnacionais transcenderam as fronteiras nacionais e o poder econômico de que dispõem possibilita que elas adotem estratégias de ação, a despeito das leis nacionais dos Estados, ao impor um sistema de barganha desigual na hora de negociar impostos, aplicação de leis ambientais, regimes de trabalho sempre se beneficiando do interesse de governos que pleiteiam por sua instalação.<sup>398</sup>

O fato de o capital se movimentar livremente em fluxos internacionais voláteis e especulativos causa danos gravíssimos aos países periféricos, com reflexos diretos no

---

<sup>394</sup>Idem, p. 163.

<sup>395</sup>VIEIRA, Liszt. Op. cit., 2004, p. 129.

<sup>396</sup>DUPAS, Gilberto. Op. cit., 2005, p. 183.

<sup>397</sup>VIEIRA, Liszt, Op. cit., 2004, p. 84.

<sup>398</sup>DUPAS, Gilberto. Op. cit., 2005, p. 155.

nível de emprego e produção. Cada vez mais se distancia o discurso do governo do cumprimento das promessas neoliberais, buscando fazer com que a população acredite que seus sacrifícios decorrentes deste processo possam, de fato, reverter em um desenvolvimento a curto e médio prazos, com a sustentação de melhoria na qualidade de renda e empregabilidade.<sup>399</sup>

A globalização “de cima” constitui um processo altamente assimétrico: por um lado, quanto mais livres as forças de mercado entre desiguais maior a concentração de renda, riqueza e poder econômico, impulsionada pelo avanço rápido da tecnologia, e, por outro, vê-se a ampliação dos desequilíbrios nos mercados de trabalho, com aumento da marginalidade social.<sup>400</sup>

Quanto maior e mais veloz for o processo de formação das megaempresas transnacionais, menor será a tolerância dessas detentoras do capital em aceitar políticas dos Estados nacionais que visem à redistribuição de renda e à minimização dos efeitos dos processos de exploração, prevalecendo a figura máxima do curto prazo.<sup>401</sup>

Nesta nova formação das relações sociais impostas pela hegemonia do capital financeiro neoliberal, que origina a precariedade das relações de trabalho, a idéia de responsabilidade do Estado é substituída por “oportunidade”, que aos poucos vai substituindo também a noção de igualdade.<sup>402</sup>

A globalização “de cima” desloca o poder de decisão política no que diz respeito ao Estado nacional para além de suas fronteiras territoriais, uma vez que no ambiente global em que a decisão ocorre pouco espaço resta aos governos nacionais para tratar seus assuntos domésticos, enfraquecendo-os na medida mesma da intensificação dos fluxos de capitais transnacionais circulando em seu território.<sup>403</sup>

Esses fatores, além de promover a concentração de poder “de cima” porque não admitem controle democrático, atingem diretamente a autonomia dos Estados individuais, limitando-os enquanto promotores da integração social e nacional.<sup>404</sup>

---

<sup>399</sup>Idem, *ibidem*.

<sup>400</sup>GUIMARÃES, Mauro. Sustentabilidade e educação ambiental. In: PHILIPPI JR., Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi (Edits.). Op. cit., 2003, p. 497.

<sup>401</sup>Idem, p. 498.

<sup>402</sup>SADER, Emir. A refundação do Estado e da política in A crise do Estado-nação. In: NOVAES, Aduino (Org.). Op. cit., 2003, p. 317.

<sup>403</sup>VIEIRA, Liszt. Op. cit., 2004, p. 98

<sup>404</sup>Idem, *ibidem*.

Observa Liszt Vieira que nesse processo singular de globalização percebe-se a difusão de padrões transnacionais de organização econômica e social, consumo, modos de vida, resultantes do mercado competitivo, das experiências políticas ou administrativas, bem como das situações ou problemas decorrentes das novas configurações internacionais da produção e intercâmbio.<sup>405</sup>

Toda a dinâmica empreendida no processo de globalização “de cima” e “de baixo” foi viabilizada pelos grandes conglomerados e empresas transnacionais que dominam a maior parte da produção, do comércio, das tecnologias e das finanças internacionais. Estas instituições, aliadas ao Fundo Monetário Internacional e ao Banco Mundial, contribuiram fortemente para “distorcer as relações sociais e abalar as instituições políticas nacionais, criando condições favoráveis ao divisionismo político, à insegurança nacional – decorrente da pobreza e do desemprego – e ao colapso da sociedade civil”.<sup>406</sup>

#### **2.4.2 Danos e Destruições Decorrentes da Globalização “de Cima”**

No que concerne à atuação das empresas transnacionais sobre o meio ambiente, são indistigáveis os graves danos causados aos ecossistemas naturais em decorrência da forma como são realizadas suas operações, muitas vezes mascaradas de uma atuação responsável.

Em todo o mundo são percebidas e em alguns casos sentidas, as conseqüências dos desequilíbrios ecológicos provocados pela atividade econômica e seu modo de produção.<sup>407</sup>

Um grande exemplo disso foi o impacto causado aos recursos hídricos pelo desastre ocorrido com o petroleiro Exxon Valdez, da empresa americana Exxon Mobil, que em 1989 derramou óleo no golfo do Alasca e causou um prejuízo incalculável àquele ecossistema.<sup>408</sup>

---

<sup>405</sup>Idem, p. 74.

<sup>406</sup>Idem, p. 83.

<sup>407</sup>Idem, p. 93.

<sup>408</sup>GRIPPI, Sidney. **Atuação responsável & desenvolvimento sustentável: os grandes desafios do século XXI.** Rio de Janeiro: Interciência, 2005, p. 23.

Para Cristiane Derani, a conservação da natureza é integrada a uma visão mundial, não apenas pelos efeitos de sua destruição, que desconhece fronteiras, mas, principalmente, por sua conexão com a dinâmica do mercado global. A conseqüente destruição do ambiente não trata apenas da correlação entre crescimento econômico de um país e os efeitos negativos causados, como a poluição. Na verdade, essa devastação vem em maior proporção em decorrência da expansão global do modo de produção e com isso causa e efeito não estão ligados, necessariamente, a um mesmo território nacional.<sup>409</sup>

Por essa razão a busca por uma nova forma de desenvolvimento sustentável é inadiável, até porque as modificações tecnológicas nos países desenvolvidos promovem de forma muito rápida o que Cristiane Derani chama de “obsoletização” das indústrias mais poluentes, cuja competitividade no país pátrio não acompanha mais as necessidades do mercado, restando apenas a sua transferência para países de economia menos desenvolvida ou Terceiro Mundo.<sup>410</sup>

Na tentativa de modificação desse padrão poluente e devastador emerge a proposta de desenvolvimento sustentável. É crescente o consenso para a concretização de um desenvolvimento com uma abordagem sistêmica e harmônica entre as várias dimensões: sociais, econômicas, ambientais e institucionais, para se assegurar a proteção ambiental e a justiça social.<sup>411</sup>

Neste sentido o desenvolvimento sustentável, para Derani, é aquele desenvolvimento em que o aumento da produtividade ocorre juntamente com a distribuição equitativa de renda social e a forma de utilização sustentável dos recursos naturais, bem como um inteligente gerenciamento dos riscos. Ou seja, a questão ecológica na economia deverá ser conduzida por uma abordagem que interligue todos os componentes socioeconômicos.<sup>412</sup>

Outro fato interessante a ser destacado a partir das mudanças ocorridas é que o processo de globalização promove, além da interdependência da economia e seus

---

<sup>409</sup>DERANI, Cristiane. Op. cit., 2001, p. 126.

<sup>410</sup>Idem, p. 129.

<sup>411</sup>BRUNACCI JR., Attilio; PHILIPPI, Arlindo. Dimensão humana do desenvolvimento sustentável. In: PHILIPPI JR., Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi (Edits.). Op. cit., 2005, p. 66.

<sup>412</sup>DERANI, Cristiane. Op. cit., 2001, p. 147.

mercados financeiros, uma revalorização da natureza como outra face da moeda da destruição ambiental.<sup>413</sup>

Para Bertha Becker, se no mundo globalizado a natureza é devastada em proporções desastrosas, por outro lado ela ganha valor estratégico pela riqueza localizada em determinadas regiões, especialmente com o avanço e o desenvolvimento da tecnologia. Com efeito, os países detentores de grandes estoques de riqueza em capital circulante e tecnologia não possuem mais reservas de patrimônio natural, o qual se localiza nos países periféricos, o que torna esses lugares uma base de disputa. Atualmente três patrimônios naturais destacam-se como de importância fundamental: a Antártida, por sua importância estratégica; os fundos marinhos, riquíssimos em minerais e vegetais, mas não regulados juridicamente, e a Amazônia, região de maior floresta tropical do planeta, cuja maior área localiza-se no Brasil.<sup>414</sup>

No caso da Amazônia, a valorização trouxe, além da riqueza ecológica, um outro valor agregado, que é o da sobrevivência humana diante da disponibilidade de água doce em seu território e da megadiversidade socioambiental. Essa nova valoração potencial dos recursos naturais da Amazônia estabelece um significado de fronteira de uso científico-tecnológico da natureza, criando a necessidade de sintonizar um pensar e agir estratégico na escala da Amazônia sul-americana, sobretudo na formação política de grandes blocos, a exemplo do Mercosul.<sup>415</sup>

### 2.4.3 Salvaguarda do Patrimônio Comum da Humanidade

Boaventura de Sousa Santos entende que os temas globais, pela sua própria essência, vai além do que ele considera como globalismo localizado ou localismo globalizado, pois dizem respeito ao planeta e por essa razão são considerados por ele como *patrimônio comum da humanidade*. O autor sustenta que são temas que só valem se considerado o planeta como um todo, como a sustentabilidade do meio ambiente,

---

<sup>413</sup>BECKER, Bertha. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. 2.ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006, p. 33.

<sup>414</sup>BECKER, Bertha. **Geopolítica da Amazônia**. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n53/24081.pdf>. Acesso em 24 set. 2007.

<sup>415</sup>BECKER, Bertha. Op. cit., 2006, p. 33.

por meio de temas como a proteção da camada de ozônio, a preservação da Antártida, da biodiversidade e do fundo do mar.<sup>416</sup>

Segundo este autor, esse “patrimônio comum da humanidade, em especial, tem estado sob constante ataque por parte de países hegemônicos, sobretudo dos EUA”.<sup>417</sup>

É necessário ressaltar que essa revalorização da natureza está vinculada às novas tecnologias, isto é, àquelas destinadas a traduzir informação da natureza para a biotecnologia. Nesse aspecto, convém reforçar que a localização da maior parte desse patrimônio natural, a Amazônia, está situada em país periférico, não regulado totalmente do ponto de vista jurídico, fazendo com que a decisão sobre a utilização do território e a definição de espaços ambientais de valor signifiquem poder em controlar recursos naturais para o futuro, constituindo este um novo fator de disputa entre países detentores de tecnologia pelo controle da natureza, cujos estoques localizam-se, sobretudo, nos países periféricos.<sup>418</sup>

Com isso, Bertha Becker afirma que o valor da região dependerá de maior centralidade que têm hoje no mundo a biodiversidade e a sustentabilidade da terra. Este capital natural passa, então, a ser cobiçado pelos organismos multilaterais como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, que buscaram financiar projetos voltados à proteção ambiental, ao contrário do que ocorrera na década de 80, por exemplo, em que grandes projetos de infra-estrutura foram financiados por esses organismos na Amazônia. É desse modo, então, que emerge uma nova forma de pressionar os países periféricos e assumir o controle da decisão sobre seus territórios. A pressão é estabelecida mediante propostas de ações temporárias em espaços e temas específicos de conveniência e interesse daquelas potências e vem sob a denominação de cooperação internacional, bilateral ou em projetos comuns.<sup>419</sup>

Essas cooperações, no entender de Becker, mesmo podendo ser consideradas um instrumento de coerção velada, podem ter um lado positivo, desde que melhorem a

---

<sup>416</sup>SOUSA SANTOS, Boaventura de. Op. cit., 2002, p. 437.

<sup>417</sup>Idem, ibidem.

<sup>418</sup>BECKER, Bertha. Op. cit., 2006, p. 35.

<sup>419</sup>Idem, ibidem.

interface de diálogo, diplomacia e, acima de tudo, a comunicação entre Estado e sociedade civil, para evitar as ingerências no uso do território.<sup>420</sup>

A grande conscientização ambiental da última década do século XX, fez com que a proposta de desenvolvimento sustentável obtivesse de forma gradual um fortalecimento da vertente econômica para realização do capital natural em um processo crescente de mercantilização da natureza, inclusive com a transformação de mercadorias fictícias em objeto de mercados-reais, às vezes até sobrepondo-se à lógica cultural e, mais uma vez, o cenário mais afetado foi a Amazônia.<sup>421</sup>

Bertha Becker constata, com base no que Karl Polanyi propõe para o significado de organização dos mercados a partir de uma ficção,<sup>422</sup> porque não produzidos para venda no mercado, que o capitalismo global está criando mercados fictícios da água, do ar e da vida buscando transformá-los em mercadorias reais para movimentação no mercado financeiro.<sup>423</sup>

A autora continua afirmando que esses mercados reais é o que

(...) se verifica com a tentativa de implementar formas de governabilidade global sobre o ambiente planetário mediante o estabelecimento de regimes ambientais globais, e de sistemas de normas e regras específicas estabelecidas por um instrumento multilateral legal para regular ações nacionais numa questão.<sup>424</sup>

Atualmente discute-se de forma bem abrangente a regulação global da Convenção sobre Mudanças Climáticas, ante o surpreendente Relatório das Nações Unidas sobre o Aquecimento Global, a Convenção sobre a Diversidade Biológica e, mais recentemente, as iniciativas para regular a água.<sup>425</sup>

---

<sup>420</sup>Idem, p. 38.

<sup>421</sup>BECKER, Bertha. **Geopolítica da Amazônia**. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n53/24081.pdf>. Acesso em 24 set. 2007.

<sup>422</sup>O referido autor “assinalava a comercialização da terra, do trabalho e do dinheiro, inexistente no mercantilismo, como pré-condição da economia de mercado que emergiu no século XIX com a industrialização, subordinando a sociedade, de alguma forma às suas exigências. Ocorre que trabalho, terra e dinheiro não são mercadorias, isto é, objetos produzidos para a venda no mercado. Trabalho é apenas outro nome para a atividade humana que acompanha a própria vida, terra é apenas outro nome para a natureza e dinheiro é apenas um símbolo do poder de compra. Não obstante, foi através do que o autor designou ficção que se organizaram os mercados reais de trabalho, terra e dinheiro.”

<sup>423</sup>BECKER, Bertha. Op. cit., 2006, p. 39.

<sup>424</sup>Idem, p. 39.

<sup>425</sup>Idem, p. 40.

O chamado “mercado do ar” encontra amparo no Protocolo de Kyoto e insere-se em plena discussão global sobre a busca de uma nova matriz energética para o mundo e o processo de mudanças climáticas. O estabelecimento e a mercantilização de cotas de carbono é a forma encontrada para que as indústrias dos países centrais compensem a forte emissão de gases poluentes na natureza, por meio do pagamento para reflorestar ou manter em pé florestas nos países periféricos para a absorção do dióxido de carbono emitido. Esse processo de comercialização de créditos de carbono é o que existe de mais avançado em termos de mercantilização da natureza em prol do seu reequilíbrio e do desenvolvimento sustentável.<sup>426</sup>

Ressalte-se, no entanto, que mesmo avançado, o mercado de carbono enfrenta graves conflitos, pois é difícil a equalização dos graus de redução de emissão, bem como de limites à compra de créditos, entre os países centrais e entre estes e os países periféricos com relação à contabilidade das emissões e a possibilidade de utilizar para o cômputo as florestas nativas. O que se verifica, atualmente, é que o mercado de carbono é mais praticado em projetos de plantio de florestas, muitos dos quais instalados no Brasil, cujos maiores interessados são grandes corporações petrolíferas que têm no Banco Mundial e no Estado francês os maiores articuladores e nas Organizações Não-Governamentais, nacionais e internacionais, os executores.<sup>427</sup>

As conseqüências das alterações sofridas pelo planeta em virtude do aquecimento global são para Edis Milaré de caráter imprevisível, sobretudo porque gradativamente há uma menor variabilidade genética e de diversidade de espécies, o que se reflete diretamente no processo evolutivo, podendo limitá-lo, representando a própria dificuldade de sobrevivência da população.<sup>428</sup>

Quando se trata do mercado da vida, fala-se daquele ligado à biodiversidade, que é o mais complexo, uma vez que o conhecimento da riqueza da floresta envolve, necessariamente, o componente humano e, portanto, as relações sociais decorrentes e, ademais, porque a Convenção da Diversidade Biológica regulou os riscos e a necessidade de preservação da biodiversidade mundial, mas não definiu de forma clara

---

<sup>426</sup>BECKER, Bertha. **Geopolítica da Amazônia**. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n53/24081.pdf>. Acesso em 24 set. 2007.

<sup>427</sup>BECKER, Bertha. Op. cit., 2006, p. 41.

<sup>428</sup>MILARÉ, Edis. Op. cit., 2005, p. 128.

a distribuição dos benefícios e nem dos direitos de propriedade decorrentes dos usos.<sup>429</sup>

O mais complexo e cruel mercado pretendido é o da água. A água é um bem limitado mundial e ocorre um consumo crescente no mundo, especialmente nos países semi-áridos que adotam o sistema de irrigação. Por esses fatores, a água está sendo considerada como o ouro azul e cada vez mais cresce o discurso de monetarização como forma de racionalizar seu uso.<sup>430</sup>

Segundo José Galizia Tundisi, a água “é essencial à sustentação da vida, e suporta também as atividades econômicas e o desenvolvimento”. E prossegue o autor observando que, embora dependam da água para a vida e para o desenvolvimento econômico, as sociedades poluem e degradam esse recurso, o que levou ao seu esgotamento em determinadas regiões.<sup>431</sup>

Christian Caubet avalia que a insustentabilidade do uso dos recursos hídricos ao longo do século XX, deve-se a um sistema de produção que utilizava todos os insumos disponíveis sem qualquer cuidado em relação à capacidade ambiental de se regenerar em decorrência desse uso desmedido.<sup>432</sup>

Para Bertha Becker, o movimento de mercantilização se mostra irreversível e, nesse propósito, é necessário que a sociedade se organize para impedir a pressão das forças do livre jogo do mercado em relação a um recurso tão vital para existência humana.<sup>433</sup>

Necessário que o argumento do valor econômico dado ao recurso hídrico como forma de racionalizar o seu uso venha acompanhado, também, do tratamento da água como bem da humanidade sob pena de se ampliar cada vez mais a exclusão social.<sup>434</sup>

Nesse sentido, o que se constata é que os mercados de comércio do ar (carbono) e de vida (biodiversidade), embora incipientes, já têm à frente, nas movimentações de mercado, grandes corporações ou empresas de capital internacional. Por outro lado, em

---

<sup>429</sup>Idem, p. 42.

<sup>430</sup>BECKER, Bertha. **Geopolítica da Amazônia**. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n53/24081.pdf>. Acesso em 24 set. 2007.

<sup>431</sup>TUNDISI, José Galizia. **Água no século XXI: enfrentando a escassez**. São Paulo: RiMa, IIE, 2003, p. 2.

<sup>432</sup>CAUBET, Christian Guy. **A água doce nas relações internacionais**. Barueri: Manole, 2006, p. 58.

<sup>433</sup>BECKER, Bertha. **Geopolítica da Amazônia**. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n53/24081.pdf>. Acesso em 24 set. 2007.

<sup>434</sup>BECKER, Berta. Op. cit., 2006, p. 44.

relação ao uso da biodiversidade a inexistência de um regime jurídico que assegure a repartição equânime de benefícios e regule os direitos de propriedade faz com que a biopirataria avance, pois é crescente o valor dos recursos genéticos existentes em plantas para processamento de fármacos.<sup>435</sup>

#### 2.4.4 Pesados Desafios do Desenvolvimento Sustentável

Este processo de desenvolvimento, no dizer de Celso Antônio Favero, constitui uma síntese contraditória de dois processos complementares de desenvolvimento, ou seja, o primeiro, a transnacionalização dos espaços econômicos por meio da globalização; e o segundo, a regionalização de espaços sociais ou de localização. O desenvolvimento, assim, é baseado em um modelo econômico-corporativo em que a hegemonia é estabelecida de fora para dentro e de maneira a atender aos interesses econômicos, transnacionalizados e financeiros. É o desenvolvimento da globalização “de cima” inserido na economia como fator preponderante e na competição como motivadora das ações.<sup>436</sup>

Nessa concepção trazida pela globalização, o particular é sempre analisado com base nas concepções e perspectivas globais, cujo processo de desenvolvimento envolve descobrir as tendências globais e, a partir delas, avaliar o desenvolvimento local e, com base nisso, formular as propostas de ação e a devida estratégia.<sup>437</sup>

O autor alerta que essa visão de desenvolvimento avalia o modelo local a partir de uma idéia pré-concebida, com dificuldades de percepção da verdadeira realidade local e seus vários componentes, uma vez que essa realidade é tratada em um modo ideal e baseada em um modelo único de desenvolvimento ou como forma única de desenvolver o lugar.<sup>438</sup>

O desenvolvimento, no modelo capitalista neoliberal, visa de forma incessante ao lucro, por um lado. Por outro, busca reduzir seus custos como forma de ampliar

---

<sup>435</sup>Idem, p. 45.

<sup>436</sup>FAVERO, Celso Antonio. **Movimentos sociais e a questão do desenvolvimento**. Disponível em <<http://cac-php.unioeste.br/revistas/gepec/download.phd?id=13>>. Acesso em 16 set. 2007.

<sup>437</sup>FAVERO, Celso Antonio. **Movimentos sociais e a questão do desenvolvimento**. Disponível em <<http://cac-php.unioeste.br/revistas/gepec/download.phd?id=13>>. Acesso em 16 set. 2007.

<sup>438</sup>FAVERO, Celso Antonio. **Movimentos sociais e a questão do desenvolvimento**. Disponível em <<http://cac-php.unioeste.br/revistas/gepec/download.phd?id=13>>. Acesso em 16 set. 2007.

cada vez mais a produção, transferindo esses custos para terceiros e para o meio ambiente. E, em relação ao meio ambiente, a tendência é sempre de não incluir qualquer previsão de reparação ou mitigação de danos quando de suas operações.<sup>439</sup>

Para Plauto Azevedo, a origem da preocupação com a forma de utilização da natureza atualmente é econômica, tendo em vista a dominação do mercado ilimitado projetado pelos países centrais e pela orientação monetarista imposta às nações periféricas, com padrões alheios aos efeitos danosos que possam ser causados.<sup>440</sup>

Com efeito, os resultados engendrados pelo modo de produção capitalista global significam, em relação ao meio ambiente, um perigo à sobrevivência da própria espécie humana. Essa situação decorre do processo de super-exploração constante da natureza e que corrói em ritmo acelerado a superfície de terras cultiváveis, causa desequilíbrios ecológicos em razão da poluição industrial dos países do Norte e favorece a destruição da floresta pelo desflorestamento em países do Sul, em razão da pobreza existente.<sup>441</sup>

Segundo Ulrich Beck, a destruição ecológica acontece sob dois prismas: o primeiro condicionado à riqueza e a riscos técnico-industriais, neste caso causado pelos países do Norte, como o efeito estufa e a manipulação genética; o segundo, condicionado à pobreza e a riscos técnico-industriais. Afirma o autor que a Comissão Brundland, em seu relatório, já indicava a profunda ligação existente entre destruição ambiental e pobreza. A desigualdade foi apontada como o principal problema ambiental, inclusive quanto ao desenvolvimento do planeta.<sup>442</sup>

O autor, no entanto, diferencia os riscos condicionados à riqueza como sendo aqueles resultantes das externalizações de custos, que embora causem danos, estes são distribuídos de forma equânime pelo globo, enquanto os decorrentes da pobreza dizem respeito aos atos praticados em uma região específica, mas seus efeitos são sentidos de forma reflexa no globo como um todo, como no caso da destruição da floresta tropical. São riscos decorrentes do processo de modernização que fazem nascer indústrias com potencial poluidor ante novas tecnologias, que causam danos não só ao meio ambiente,

---

<sup>439</sup>AZEVEDO, Plauto Faraco. Op. cit., 2005, p. 80.

<sup>440</sup>Idem, p. 81.

<sup>441</sup>Idem, p. 82.

<sup>442</sup>BECK, Ulrich. Op. cit., 1999, p. 80.

mas à própria vida, e os países não possuem instrumentos políticos e institucionais para prever e impedir essas possíveis destruições.<sup>443</sup>

É necessário ir em busca de um sistema social alternativo, cujas questões sejam debatidas e decididas coletivamente, de forma a pensar em um agir compatível com as necessidades humanas, tendo clara a interdependência e a complexidade dos ecossistemas, principalmente porque sua extensão se estende muito além das fronteiras políticas, territoriais e econômicas.<sup>444</sup>

A luta por um desenvolvimento limpo e em consonância com a sustentabilidade social, econômica e ambiental é a meta a ser desenvolvida neste século XXI e a atuação de movimentos ambientais, especialmente nas Conferências das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, têm assegurado importantes vitórias, sobretudo porque estes movimentos denunciam a crescente degradação ambiental causada, no mais das vezes, pelo modelo de desenvolvimento capitalista e pelos agentes econômicos da globalização.<sup>445</sup>

Para Richard Falk, um dos principais motivos para defender uma governabilidade comprometida com o meio ambiente é a identificação dos meios necessários para pôr em andamento o desenvolvimento sustentável, de forma prática e concreta em uma escala local, regional e mundial.<sup>446</sup>

Os efeitos das mudanças climáticas, desflorestamento, lixo tóxico, buraco na camada de ozônio, são alguns dos indicadores de que os limites foram postos ao desenvolvimento insustentável do processo global. A globalização de uma determinada lógica econômica conduz a uma economia que não percebe seus efeitos no ar, na terra, no solo, na água, nos ciclos vitais das cadeias alimentares, submetendo a todos, de modo desigual, aos riscos derivados das ações decididas por alguns e para benefício de poucos. O desafio ambiental requer para sua compreensão e respeito outros valores baseados na solidariedade, generosidade, equidade e democracia.<sup>447</sup>

---

<sup>443</sup>Idem, p. 81.

<sup>444</sup>AZEVEDO, Plauto Faraco. Op. cit., 2005, p. 92.

<sup>445</sup>DUPAS, Gilberto. Op. cit., 2005, p. 192.

<sup>446</sup>FALK, Richard. Op. cit., 2002, p. 258.

<sup>447</sup>PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Op. cit., 2006, p. 72.

Abordadas as questões da globalização contemporânea e do desenvolvimento sustentável, na seqüência, será focalizado o assunto do Fórum MAP sob o ângulo de um emergente movimento social transfronteiriço.

## CAPÍTULO III

### O FÓRUM MAP COMO EMERGENTE MOVIMENTO SOCIAL TRANSFRONTEIRIÇO

#### 3.1 O Contexto Geográfico da Região MAP na Amazônia Sul Ocidental

A importância estratégica da Amazônia Sul Ocidental, enquanto riqueza ambiental mundial, não está restrita apenas à Amazônia brasileira, uma vez que os ecossistemas ali existentes não obedecem aos limites políticos dos países, ou seja, muitas nascentes dos rios amazônicos que, por exemplo, cortam o território brasileiro, localizam-se fora do país. Para Bertha Becker, este deve ser o motivo e o fundamento para uma utilização conjunta em prol do desenvolvimento regional, “tal como ocorre com a formação de blocos supranacionais no mundo contemporâneo”.<sup>448</sup>

No novo contexto global o movimento pela integração da Amazônia Sul Ocidental fortalece o papel da América do Sul, principalmente para aumentar o espaço econômico dos países que a integram. Nesse cenário, surge como trunfo ao desenvolvimento regional o capital natural da Amazônia Sul Ocidental, considerando a movimentação mundial no sentido de regular os mercados do ar, água e biodiversidade.<sup>449</sup>

Este capital natural passa a ter um fator preponderante e estratégico nas regiões de fronteira, “na medida em que é uma zona de interpenetração mútua e de constante manipulação de estruturas sociopolíticas e culturais distintas”,<sup>450</sup> especialmente, pela presença de cidades gêmeas, isto é, aquelas localizadas em cada lado fronteiriço e responsáveis pelas redes de relações.

Segundo Bertha Becker, essas cidades assumem um lugar de convergência de redes de relações, porque “rompem com as delimitações fronteiriças oficiais fundadas

---

<sup>448</sup>BECKER, Bertha. Op. cit., 2006, p. 53.

<sup>449</sup>Idem, p. 55.

<sup>450</sup>Idem, p. 57.

nas soberanias nacionais, e são mais ativas quando localizadas em fronteiras tripartites”.<sup>451</sup>

Uma importante e inovadora movimentação nas relações desse tipo de cidades em fronteira tripartite está em curso na Amazônia Sul Ocidental brasileira, mais especificamente na fronteira do Peru (Departamento de Madre de Dios), Brasil (Estado do Acre) e Bolívia (Pando), denominada de Região MAP.<sup>452</sup>

O Departamento de Madre de Dios, no Peru, tem uma superfície de 85.182 quilômetros quadrados, dispondo de uma variedade de recursos naturais e paisagísticos que o torna a capital da biodiversidade do país. Sua população é altamente dispersa, ou seja, um habitante por quilômetro quadrado, dispondo de uma infra-estrutura deficitária e muitos distritos-cidades com problemas de acessos geográficos. Neste Departamento há uma incidência de mais de 90% no índice de pobreza, e a maioria de sua população não tem acesso ao atendimento de suas necessidades básicas.<sup>453</sup>

O Estado do Acre, no Brasil, é um dos nove Estados brasileiros que compõem a chamada Amazônia Legal no Brasil<sup>454</sup>, ao lado do Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, além de parte dos Estados de Mato Grosso, Tocantins e Maranhão. O Acre possui uma área de 152.582 quilômetros quadrados, com 49,5% de seu território formado por áreas protegidas (unidades de conservação e terras indígenas), e de alto potencial em biosociodiversidade.<sup>455</sup>

O Departamento de Pando, na Bolívia, tem uma superfície de 63.827 quilômetros quadrados, ocupando 6% do território do país, dispondo de uma população considerada jovem. O acesso aos serviços básicos constitui um dos principais problemas sociais, com algumas localidades ainda sem água potável e energia elétrica no domicílio. Em sua maioria, a população vive em condições inapropriadas, com baixa taxa de escolaridade e índices de pobreza em torno de 90%.<sup>456</sup>

---

<sup>451</sup>Idem, p. 59.

<sup>452</sup>Idem, p. 64.

<sup>453</sup>CHÁVEZ, Abidon Ramiro Céspedes et al. **Pensando la Amazônia desde Pando: El MAP, una Iniciativa Trinacional de Desarrollo**. La Paz: Fundación PIEB, 2005, p. 23-30.

<sup>454</sup>Lei n. 4.771, de 15 de setembro de 1965, art. 1º, VI. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L4771.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4771.htm)>. Acesso em: 10 fev. 2008.

<sup>455</sup>Disponível em <<http://www.ac.gov.br>>. Acesso em 20 out. 2007.

<sup>456</sup>CHÁVEZ, Abidon Ramiro Céspedes et al. Op. cit., 2005, p. 39-44.

A homogeneidade e continuidade geográfica da região de fronteira da Amazônia Sul Ocidental denominada MAP, integrada por Madre de Dios (PE), Acre (BR) e Pando (BO), revela a contrastante situação de uma região cujo potencial de riqueza de recursos naturais conta com a alta incidência de pobreza de um povo que carece de acesso aos serviços básicos, impulsionando fluxos de exploração ambiental acelerado e de expansão de fronteira agrícola, além de estar, atualmente, na rota de empreendimentos de grande porte, como estrada e hidrelétricas.<sup>457</sup>

### 3.2 MAP: Antecedentes, Origem e Evolução

A iniciativa do Fórum MAP decorreu do resultado das primeiras investigações científicas no âmbito do projeto de pesquisa internacional brasileira, denominado de Experimento de Larga Escala na Biosfera Atmosfera na Amazônia (LBA), financiado pelos Estados Unidos e União Européia. O objetivo do LBA é produzir novos conhecimentos para entender a climatologia, ecologia, bioquímica e biologia existentes na Amazônia porque o impacto que a região tem muda estas funções, bem como as interações entre a Amazônia e o sistema terrestre.<sup>458</sup>

A sede deste projeto localiza-se na cidade de Manaus, no Estado do Amazonas. Suas ações, aos poucos, foram se ampliando aos Estados de Rondônia, Acre e Pará. Foi, no entanto, a partir da III Conferência do LBA que suas pesquisas apontaram para a necessidade de se estabelecer uma maior cooperação e visão transfronteiriça das realidades compartilhadas na Amazônia brasileira.<sup>459</sup>

Esta nova constatação motivou um encontro em 1999, na cidade de Rio Branco, capital do Acre, envolvendo um grupo de universidades amazônicas, com o objetivo de desenvolver um programa de mudanças globais relacionadas ao uso da terra na Amazônia Sul Ocidental, região de fronteira trinacional. O encontro contou com a participação de 17 instituições acadêmicas, de pesquisa e de fomento, da Bolívia, Brasil e Peru. Do evento resultou o documento intitulado *Declaração de Rio Branco sobre Mudanças Globais*, que previa, em um de seus 15 itens, o fortalecimento das

---

<sup>457</sup>Disponível em <<http://www.map-amazonia.net>>. Acesso em 25 out. 2007.

<sup>458</sup>Disponível em <<http://lba.cptec.inpe.br/lba/lbadis/cd/lba.htm>>. Acesso em 24 out. 2007.

<sup>459</sup>CHÁVEZ, Abidon Ramiro Céspedes et al. Op. cit., 2005, p. 48.

relações acadêmicas e institucionais entre os países amazônicos, levando em consideração os aspectos biofísicos e socioculturais de cada país: Integração na Região MAP.<sup>460</sup>

Motivados pela necessidade de concretizar essa articulação entre os países da Amazônia Sul Ocidental, professores e pesquisadores propuseram a realização do primeiro encontro organizado pelo Setor de Estudos do Uso da Terra e Mudanças Globais (SETEM), do Parque Zoobotânico da Universidade Federal do Acre, que ocorreu de 6 a 8 de dezembro de 2000, no campus universitário da Universidade Federal do Acre, Rio Branco, sob o tema: *Indicadores de Mudanças na Cobertura e no Uso da Terra na Região Acreana*. Na ocasião os participantes e pesquisadores de instituições de Madre de Dios (Peru), Acre (Brasil) e Pando (Bolívia) decidiram por denominar a região de fronteira e de integração como Região MAP, o que fez o primeiro evento denominar-se MAP I. Essa primeira reunião oficial contou com a participação de 25 pessoas oriundas de ONGs e universidades dos três Países-membros<sup>461</sup>.

Nos anos que se seguiram foram realizados: o MAP II — apresentando o tema *Construindo uma História de Cooperação para o Desenvolvimento Regional*, em Puerto Maldonado (PE) — em 2001, com a participação de 70 pessoas; o MAP III — abordando a questão do *Desenvolvimento Sustentável na Região*<sup>462</sup> MAP (*Madre de Dios (Peru), Acre (Brasil) e Pando (Bolívia)*), tendo ocorrido em Cobija (BO), no ano de 2002. O MAP III foi identificado, por seus integrantes, como o divisor de águas, porque foi a partir dele que esses encontros, deixaram de ser estritamente científico e acadêmico, como nos anteriores e, passaram a integrar a participação de diversos atores sociais. A primeira constatação dessa evolução foi identificada por meio da participação significativa de 160 pessoas representando 53 instituições. Nesse evento foram ministradas 54 palestras, que apresentaram um panorama do desenvolvimento e dos problemas enfrentados nessa região transfronteiriça. O documento final – *Carta*

---

<sup>460</sup>Disponível em <http://brasil.ilsa.org/sitemap.htm>. Acesso em 25 out. 2007.

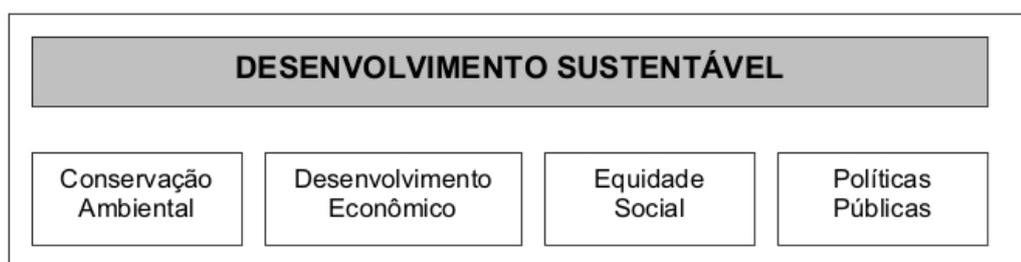
<sup>461</sup>Disponível em <http://brasil.ilsa.org/sitemap.htm>. Acesso em 25 out. 2007.

<sup>462</sup>Desarrollo Sostenible en la Región MAP.

de Cobija – trouxe 21 propostas trinacionais para nortear as ações futuras, fundadas no desenvolvimento sustentável.<sup>463</sup>

O MAP IV ocorreu em 2003, com o tema *Construindo uma História de Cooperação para o Desenvolvimento Regional*, em Brasília, na localidade de Epitaciolândia (BR), com a participação de 600 pessoas; o MAP V — *Educação sem Fronteiras a Serviço da Integração e do Desenvolvimento Sustentável da Região MAP*, foi sediado novamente em Puerto Maldonado, em 2004, com a participação de 1.200 pessoas, e o MAP VI — focalizando o assunto *Fortalecendo as Raízes de um Futuro Comum*”,<sup>464</sup> realizou-se em Cobija, em 2006. Para 2007 a realização do Fórum MAP selecionou o tema *Mudanças Globais, Soluções Regionais*.<sup>465</sup>

As reuniões anuais do MAP, chamadas Fóruns MAP, organizam-se em torno de quatro mesas temáticas, baseadas nas orientações da ECO-92: equidade social, desenvolvimento econômico, conservação ambiental e políticas públicas, de acordo com o gráfico a seguir:



### 3.2.1 A Formação de MiniMAPs

As mesas temáticas, compostas de grupos de trabalhos designados miniMAPs, são reuniões e processos de discussão-ação sobre temáticas específicas debatidas entre os eventos anuais. São esses miniMAPs que garantem a dinâmica do MAP, uma vez que permitem a articulação contínua entre as instituições, governo e movimentos

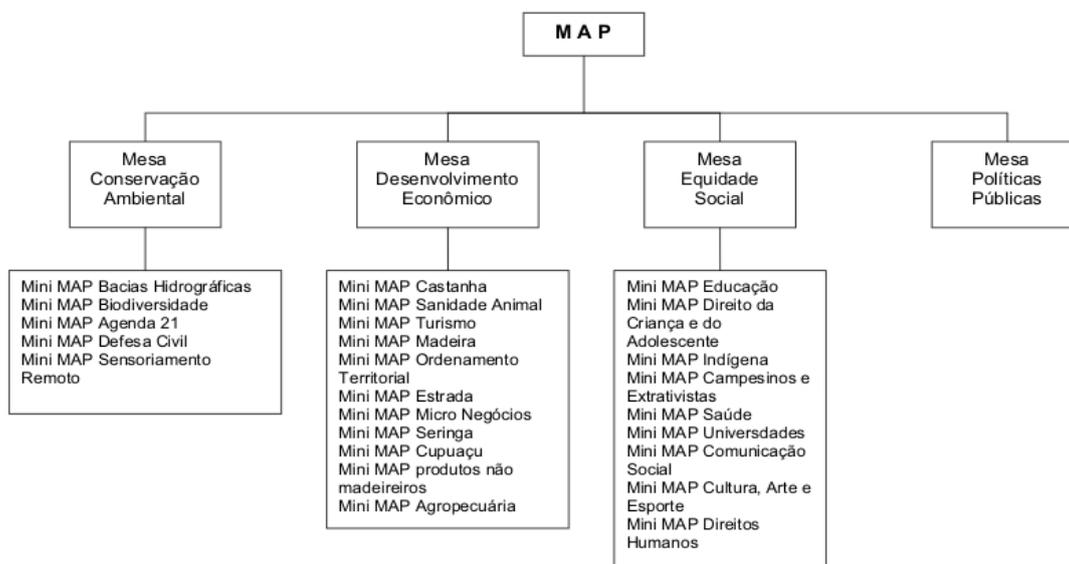
<sup>463</sup>CHÁVEZ, Abidon Ramiro Céspedes et al. Op. cit., 2005, p. 54.

<sup>464</sup>Fortaleciendo las Raíces de un Futuro Común.

<sup>465</sup>Disponível em <http://www.map-amazonia.net>. Acesso em 25 out. 2007.

sociais dos três países na busca de soluções para os problemas comuns e discussão de propostas de políticas públicas que, posteriormente, são apresentadas nos fóruns trinacionais anuais.<sup>466</sup>

É nessas reuniões que são fomentadas e criadas oportunidades para participação da sociedade e se possibilita um maior envolvimento das diferentes camadas sociais e políticas envolvidas no processo em discussão, propiciando o desenvolvimento de colaborações binacionais ou trinacionais em busca de soluções para problemas regionais. Cada miniMAP é gerenciado por um representante de cada um dos países,<sup>467</sup> como a seguir ilustrado:



A mesa de equidade social compõe-se de nove MiniMaps. O MiniMap Educação tem como principal objetivo subsidiar a reforma curricular do ensino básico nos municípios de fronteira da região MAP, bem como contribuir para a expansão do Projeto Bosque de los Niños-Floresta para todos os municípios de fronteira (Brasil, Bolívia e Peru). Dentre os avanços deste grupo destacam-se: o diagnóstico situacional da educação na Região MAP, realizado em julho de 2006 e a instituição do Projeto Floresta das Crianças (Bosque de los Niños), em Brasiléia, Assis Brasil e Epitaciolândia, no Brasil, ocorrido em 2005; e em Cobija-Bolívia, na localidade de

<sup>466</sup>Disponível em <http://www.map-amazonia.net>. Acesso em 25 out. 2007.

<sup>467</sup>Disponível em <http://brasil.ilsa.org/sitemap.htm>. Acesso em 25 out. 2007.

Curichón, em 2006. Em janeiro de 2005 foi assinado um convênio entre a Universidade Federal do Acre (UFAC), as Secretarias de Educação de Assis Brasil, Brasiléia e Epitaciolândia e a ONG peruana Asociación para la Niñez y su Ambiente (ANIA) para implantação do Projeto Floresta das Crianças (FLOC).

O MiniMAP Saúde pretende ser um espaço inter-regional, no qual se produz e dissemina conhecimentos sobre a situação de saúde na região MAP, subsidiando as organizações governamentais e não-governamentais para tomadas de decisão e efetivação de políticas nessa área. Em 2004 o grupo realizou o diagnóstico binacional de saúde — Brasil-Bolívia — cujo resultado foi apresentado no MAP IV. Em 2005 seus membros participaram da primeira reunião Brasil-Peru em Inãpari, com representantes dos Ministérios da Saúde dos dois países. Nesse mesmo ano, no MAP V, Percy Calderon apresentou o diagnóstico de saúde de Pando-BO. A partir de então passou-se a emitir um boletim de notificação e cobertura vacinal das doenças imunopreveníveis nos municípios de fronteira da Região MAP.<sup>468</sup>

O MiniMAP Indígena busca defender os direitos fundamentais dos povos indígenas do MAP e promover o desenvolvimento socioeconômico das comunidades nativas da região, mediante o intercâmbio de experiências e estabelecimento de mecanismos de ação imediata. O objetivo é ter povos e instituições indígenas fortalecidas social e organizativamente, com um desenvolvimento integral e sustentável de seus recursos naturais. A partir de reivindicações, os representantes dos povos indígenas passaram a integrar todos os miniMAPs, como forma de participar ativamente das discussões. Esse miniMAP tem um processo de articulação diferenciado dos demais e tem conseguido avanços surpreendentes, devido principalmente à criação de um Fórum Trinacional Permanente, já envolvendo povos indígenas de outras regiões, além do MAP, como Rondônia (BR), Beni (BO) e Ucayali (PE).<sup>469</sup>

O MiniMAP Comunicação Social objetiva socializar conhecimentos, estratégias e produtos comunicativos e criativos, bem como recuperar a sensibilidade e a cultura, articulando-se a processos educativos e políticos que contribuam para gerar relações

---

<sup>468</sup>Disponível em <http://brasil.ilsa.org/sitemap.htm>. Acesso em 25 out. 2007.

<sup>469</sup>Disponível em <http://brasil.ilsa.org/sitemap.htm>. Acesso em 25 out. 2007.

de diálogo entre os cidadãos, a sociedade civil e o Estado, a favor de um desenvolvimento humano equitativo na região MAP.<sup>470</sup>

O MiniMAP Campesinos e Extrativistas tem como missão o fortalecimento da produção familiar sustentável, por meio da integração dos campesinos e extrativistas ao processo MAP, tendo as estradas como veículo de sustentabilidade da produção e fixação do homem no campo. Como diretrizes éticas destacam-se o respeito às diferenças culturais e às tradições regionais, por intermédio do trabalho cooperativo e de ações consensuais entre os representantes dos três países.<sup>471</sup>

O MiniMAP dos Direitos da Criança e do Adolescente pretende contribuir para a formação de uma sociedade com cultura de paz e sem violência, para o alcance de um desenvolvimento sadio e integral por meio da difusão dos direitos das crianças e adolescentes com base nos ditames da Convenção Internacional dos Direitos das Crianças e sua adequação às legislações nacionais, para seu cumprimento efetivo nos países que integram a Iniciativa MAP.<sup>472</sup>

O MiniMAP Cultura, Arte, História e Esporte busca a integração das fronteiras a partir da conservação de seu patrimônio cultural.<sup>473</sup>

O MiniMAP Universidades promove ações para o fortalecimento do ensino, pesquisa e extensão nas universidades da Amazônia Ocidental. Em fevereiro de 2006 a Universidade Federal do Acre (UFAC) assinou com outras sete universidades peruanas

---

<sup>470</sup>Disponível em <http://brasil.ilsa.org/sitemap.htm>. Acesso em 25 out. 2007.

<sup>471</sup> Em 2006 realizou-se em Ibéria o “II Encuentro de los Trabajadores Rurales” com os seguintes objetivos: intercambiar as experiências, as limitações e as deficiências das organizações rurais e propor mecanismos para o fortalecimento organizacional; avaliar os avanços e por em prática as conclusões e recomendações apresentadas no MAP IV em Brasília e Epitaciolândia; identificar programas de desenvolvimento e/ou projetos binacionais ou trinacionais a favor dos produtores rurais e propor seu financiamento e preparar uma proposta de trabalho para o MAP VI em Cobija. Participaram do evento 96 representantes de organizações de trabalhadores rurais e 15 organizações convidadas (Ogs e ONGs). Foram feitas 17 exposições em quatro eixos temáticos, a saber: segurança jurídica e ordenamento territorial na região MAP; sistemas econômico-produtivos agroflorestais – seringa, medicina tradicional; controle de queimadas, projeto fundos verdes e impactos socioambientais da Estrada Interoceânica; situação das organizações produtivas e seu fortalecimento. Dentre as conclusões do evento destacaram-se: fortalecer as organizações de base com o apoio das instituições públicas e privadas; preocupação sobre a segurança jurídica, como um passo essencial para as outras atividades; gerenciar (gerir) o ordenamento territorial para resolver os problemas de conflito sobre a propriedade da terra, os recursos naturais e a redistribuição de terras fiscais; estabelecer um grupo para coordenação dentro das organizações campesinas da região MAP, para, desta forma, facilitar os intercâmbios de projetos conjuntos; ressaltar a importância de conhecer a problemática de cada país para poder buscar soluções regionais; promover bolsas para produtores rurais conhecerem as experiências exitosas na produção agropecuária, sistemas agroflorestais, manejo florestal e outras; respeitar e conservar os costumes e tradições culturais dentro da região MAP e gerenciar (gerir) o crédito para o desenvolvimento das atividades rurais sustentáveis dentro da região MAP.

<sup>472</sup>Disponível em <http://brasil.ilsa.org/sitemap.htm>. Acesso em 25 out. 2007.

<sup>473</sup>Disponível em <http://brasil.ilsa.org/sitemap.htm>. Acesso em 25 out. 2007.

um Acordo de Cooperação com o objetivo de contribuir para a integração científica e tecnológica da Amazônia Ocidental e um melhor conhecimento mútuo das culturas que lhes são peculiares, além de construir vínculos recíprocos de cooperação, bem como o desenvolvimento de ações e atividades de apoio operacional, didático e o intercâmbio tecnológico e científico no âmbito das atividades das universidades. Na atualidade, com o apoio da Associação das Universidades Amazônicas (UNAMAZ), a Universidade Federal do Acre (UFAC), Universidad Nacional Amazónica de Madre de Dios (UNAMAD-PE) e Universidad Amazónica de Pando (UAP-BO), assinaram um Acordo de Cooperação para fortalecer os Mestrados da Ufac e criar um curso de Doutorado trinacional<sup>474</sup>.

O MiniMAP Direitos Humanos destaca como objetivo principal promover os direitos humanos e denunciar a sua violação na Região MAP. Estrategicamente, pretende-se que o desenvolvimento da região MAP se oriente pelas diretrizes do desenvolvimento sustentável.<sup>475</sup>

A Mesa de Desenvolvimento Econômico, por sua vez, se compõe de onze miniMAPs.

O MiniMAP Ordenamento Territorial<sup>476</sup> (planejamento regional) propõe um ordenamento territorial integrado para as sociedades regionais. Este grupo organizou, em outubro de 2007, um seminário sob o tema: “Ordenamento Territorial – um instrumento de gestão para responder a desafios associados às mudanças climáticas”, tendo em vista os crescentes impactos constatados nesse aspecto as necessidades de se pensar a gestão de riscos no território.<sup>477</sup>

O MiniMAP Madeira tem o objetivo primordial de construir uma Região Amazônica com produção florestal, integral e sustentável, com base no seu potencial madeireiro, não-madeireiro e de serviços ambientais, em benefício equitativo da população MAP.

O MiniMAP Estrada tem a meta de promover a integração solidária e voluntária dos atores sociais da Região MAP para solucionar problemas comuns

---

<sup>474</sup>Disponível em <http://brasil.ilsa.org/sitemap.htm>. Acesso em 25 out. 2007.

<sup>475</sup>Disponível em <http://brasil.ilsa.org/sitemap.htm>. Acesso em 25 out. 2007.

<sup>476</sup>Há para essa discussão um fórum específico no endereço: <http://mapamazonia.net/forum/forumdisplay.php?f=11>. Acesso em 25 out. 2007.

<sup>477</sup>Disponível em <http://brasil.ilsa.org/sitemap.htm>. Acesso em 25 out. 2007.

gerados pela infra-estrutura viária e potencializar as oportunidades para o desenvolvimento sustentável. Uma de suas ações mais importantes foi a elaboração de um relatório com diagnóstico do uso da terra ao longo da estrada do Pacífico e, ainda, a elaboração, por 25 instituições trinacionais, de uma Carta-Consulta, enfocando a necessidade de redução dos impactos do asfaltamento da estrada interoceânica para o Pacífico com demonstração de cenários para a região, a partir de 70 mapas que identificam o uso da terra na região MAP.<sup>478</sup>

O MiniMAP Turismo pretende promover um turismo integrado com o conjunto da população e em parceria com as instituições nos campos social, econômico, cultural e ambiental, de modo sustentável, de forma a mitigar os efeitos do tráfico de drogas, de crianças e a exploração sexual de adolescentes.

O MiniMAP Sanidade Agrária foi criado com a finalidade de consolidar o Comitê Trinacional de Sanidade Agrária na Região MAP. O grupo elaborou uma proposta de Convênio-Marco Tripartite em Sanidade Animal entre Peru, Bolívia e Brasil, e a Organização Panamericana da Saúde — Organização Mundial de Saúde, que estabelece as bases legais e operativas para coordenar e homologar estratégias zoonosológicas e de comércio pecuário fronteiriço entre estes três países.<sup>479</sup>

Integram ainda essa mesa temática o MiniMAP Micronegócios, com a finalidade de fortalecer a produção familiar sustentável, tendo as estradas como veículo de sustentabilidade da produção e fixação do homem no campo; o MiniMAP Cupuaçu, buscando proteger o cupuaçu e seus subprodutos contra a biopirataria; o MiniMAP Seringa; o MiniMAP Produtos não-madeireiros, o MiniMAP Castanha e o MiniMAP Agropecuária.<sup>480</sup>

Por fim, a Mesa de Conservação Ambiental e Políticas Públicas compreende seis MiniMAPs. O MiniMAP Bacias Hidrográficas, que objetiva promover a gestão integrada na Bacia Trinacional do Rio Acre. Esse miniMAP conseguiu formar um Grupo de Trabalho para estudo de proposta de Gestão da Bacia transfronteiriça do Rio Acre junto a Câmara Técnica de Gestão dos Recursos Hídricos Transfronteiriços (CTGRHT), do Conselho Nacional de Recursos Hídricos do Brasil, composto por

---

<sup>478</sup>Disponível em <http://brasil.ilsa.org/sitemap.htm>. Acesso em 25 out. 2007.

<sup>479</sup>Disponível em <http://brasil.ilsa.org/sitemap.htm>. Acesso em 25 out. 2007.

<sup>480</sup>Disponível em <http://brasil.ilsa.org/sitemap.htm>. Acesso em 25 out. 2007.

representantes do Ministério do Meio Ambiente, do Ministério da Justiça, da Agência Nacional de Águas, da Secretaria da Presidência da República, do Ministério Público do Estado do Acre, da Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Procuradoria Geral do Estado do Acre, do Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal do Alto Acre e Capixaba (CONDIAC), do Conselho de Território do Alto Acre, do Grupo de Trabalho Amazônico, dentre outros.<sup>481</sup>

O MiniMAP Biodiversidade objetiva desenvolver usos sustentáveis da biodiversidade da Região MAP; o MiniMAP Áreas Protegidas tem como a finalidade fortalecer as áreas protegidas da Região MAP; o MiniMAP Defesa Civil e Queimadas visa a organizar as ações das defesas civis dos três países para a redução de risco de desastres e incêndios; o MiniMAP Agenda 21 e o MiniMAP Sensoriamento Remoto,<sup>482</sup> finalmente, com põem o cenário desta mesa.

Como é possível perceber, a atuação dessa iniciativa transfronteiriça foi intensa em seis anos de existência. Como resultado desse trabalho, o MAP passou a configurar uma iniciativa inédita de atividades de cooperação, colaboração e integração dos três países da Amazônia Ocidental.

### **3.3 Impactos da Construção da Rodovia Interoceânica Brasil-Peru no Desenvolvimento Sustentável na Região MAP**

A integração regional da Amazônia Sul Ocidental por via terrestre sempre foi um sonho almejado pelas populações que ali residem. Desde os anos 60, ocorreu movimentações dos governos dessa região com o objetivo de promover esta integração regional. Em 1981, um convênio foi firmado entre Brasil e Peru para interligação das cidades de Pucallpa (Peru) a Cruzeiro do Sul (Brasil) e Rio Branco (Brasil) a Porto Maldonado (Peru), mas que não obteve sucesso. Em 2000, no entanto, a Iniciativa de Integración de la Infraestructura de Sudamérica (IIRSA), lançada pelos governos dos 12 países da região sul-americana, com apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), da Corporação Andina de Fomento (CAF) e do Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA), propôs a

---

<sup>481</sup>Disponível em <http://brasil.ilsa.org/sitemap.htm>. Acesso em 25 out. 2007.

<sup>482</sup>Disponível em <http://brasil.ilsa.org/sitemap.htm>. Acesso em 25 out. 2007.

integração sul-americana por meio de eixos multimodais (rodovias e hidrovias) que interligassem os portos do Pacífico e do Atlântico. Um desses projetos é o que se denomina de estrada interoceânica entre Brasil e Peru e que se justifica por possibilitar o acesso aos produtos brasileiros pelos portos peruanos do Pacífico, ao mesmo tempo que promoverá o desenvolvimento de uma região pobre da Amazônia Sul Ocidental.<sup>483</sup>

A estrada interoceânica interligará a pequena cidade fronteiriça de Iñapari (Madre de Dios) aos portos oceânicos de Matarani (Arequipa), San Ruan de Marcona (Ica) e Illo (Tacna), passando por Porto Maldonado, todos no Peru, e Ponte Inambari (Madre de Dios), onde encontra vias que passam pelas localidades de Quincemil e Marcapata, seguindo para Cuzco (PE), além de percorrer outras localidades até os portos do Pacífico, perfazendo um total de 2.600 km de extensão.<sup>484</sup>

Essa mesma estrada servirá, ainda, para interligar o Departamento de Pando (BO) com o Pacífico e o Atlântico, uma vez que por essa via, Cobija, capital de Pando, terá uma saída até Extrema, no Departamento Peruano de Madre de Dios, e daí para o Pacífico. Cobija também poderá se conectar a Riberalta (Departamento de Beni – BO) até Rondônia, no Brasil, por meio da hidrovia Madeira-Amazonas e de lá para o Atlântico.<sup>485</sup>

A mesa temática Conservação Ambiental e Políticas Públicas da iniciativa MAP desenvolve seu trabalho voltada para a análise das transformações iminentes a que a região está sujeita com a execução desses grandes projetos – Estrada Interoceânica e Complexos de Hidrelétricas do Rio Madeira (Rondônia e Bolívia), que afetarão diretamente o ecossistema amazônico e sua população.<sup>486</sup>

As regiões mais afetadas da Amazônia Sul Ocidental com a construção dessa estrada serão o leste do Estado do Acre, no Brasil, e os Departamentos de Madre de Dios, no Peru, e Pando, na Bolívia. Aproximadamente 30 milhões de pessoas vivem em um raio de 750 quilômetros da área de influência do empreendimento,

<sup>483</sup>MENDONZA, Elsa. **Processo de Integração na região MAP**. Disponível em [http://www.map-amazonia.net/mapVI-antecedentes\\_pt.php?lang=en&page=search](http://www.map-amazonia.net/mapVI-antecedentes_pt.php?lang=en&page=search). Acesso 11 out. 2007.

<sup>484</sup>DOUROJEANNI, Marc. **Estudio de Caso sobre la Carretera Interoceánica en la Amazonía sur del Peru**. Disponível em <<http://habitat.aq.vpm.es/boletim/n19/amdou.html>>. Acesso em 11 out. 2007.

<sup>485</sup>MENDONZA, Elsa. **Processo de Integração na região MAP**. Disponível em [http://www.map-amazonia.net/mapVI-antecedentes\\_pt.php?lang=en&page=search](http://www.map-amazonia.net/mapVI-antecedentes_pt.php?lang=en&page=search). Acesso 11 out. 2007.

<sup>486</sup>CHÁVEZ, Abidon Ramiro Céspedes et al. Op. cit., 2005, p. 83.

constituindo-se, em sua maior parte, de população peruana.<sup>487</sup> Esses territórios estão localizados a distância dos centros de decisão nacional dos seus respectivos países com uma população jovem e de densidade populacional baixa em relação ao contexto nacional, cujo padrão de ocupação é disperso e desagregado, sendo as estradas o principal meio de ligação com os centros mais desenvolvidos de seus territórios e a principal via para escoar a produção agrícola.<sup>488</sup>

As estradas na Região Amazônica são vistas como fator de desenvolvimento e integração que salva suas populações do isolamento. Por outro lado, a região fronteira dos três países — Brasil, Bolívia e Peru — enfrenta o desafio de usar estas estradas como propulsora para um desenvolvimento mais equitativo e duradouro, adotando um padrão de ocupação diferenciado em relação à degradação dos recursos naturais, do que foi adotado, no passado, com a ocupação da Amazônia Brasileira.<sup>489</sup>

A experiência da construção de estradas na Região Amazônica sempre é vista com grande preocupação e muita restrição diante dos efeitos constatados com a construção da BR-364 no Brasil, nos anos 80, interligando o Norte do Estado do Mato Grosso a Rondônia e ao Acre. Esse investimento, financiado pelo Banco Mundial, foi motivador de grandes desmatamentos e invasão de terras indígenas na época, com denúncia ao mundo feita pelo líder seringueiro Chico Mendes sobre os impactos negativos causados ao meio ambiente, razão pela qual os organismos de financiamento multilaterais envolvidos estabeleceram requisitos ambientais específicos para avaliação das operações de projetos dessa natureza, a fim de evitar novos desastres ou impactos ambientais e salvaguardar sua imagem perante o mundo.<sup>490</sup>

Mais uma vez, no entanto, a preocupação primeira e imediata em relação à construção da Estrada Interoceânica – que já está concluída na parte brasileira – identificada pela iniciativa MAP, é o provável aumento no desmatamento, considerado um impacto direto, uma vez que, segundo Irwing Foster Brown, verifica-se que na

---

<sup>487</sup>BROWN, Irving Foster et al. **Estrada de Rio Branco, Acre, Brasil aos Portos do Pacífico**: como maximizar os benefícios e minimizar os prejuízos para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Sul-Occidental. Conferência apresentada no Encuentro Internacional de Intergracion Regional - Bolívia, Brasil y Peru. Arequipa, Peru, 2 a 4 de setembro de 2001. Lima: Editora CEPEI, 2002, p.283 (Centro Peruano de Estudios Internacionales).

<sup>488</sup>CHÁVEZ, Abidon Ramiro Céspedes et al. Op.cit., 2005, p.22.

<sup>489</sup>BROWN, Irving Foster et al. Op.cit., 2002, p.281.

<sup>490</sup>DOUROJEANNI, Marc. **Estudio de Caso sobre la Carretera Interoceánica en la Amazonía sur del Peru**. Disponível em <<http://habitat.aq.vpm.es/boletim/n19/amdou.html>>. Acesso em 11 out. 2007.

Amazônia brasileira a maior parte do desflorestamento ocorre em uma área de 50 km a partir das estradas. Relatos oriundos do Departamento de Madre de Dios (Peru) constata que, para extração de madeira, já se tem um desflorestamento superior a 100 km de comprimento do eixo principal da estrada.<sup>491</sup>

Aliada a esta primeira preocupação estão, também outros impactos indiretos, objetos de estudos e acompanhamento, como: a degradação causada à floresta por uma exploração irracional da madeira; a influência nos costumes e saúde dos povos indígenas mais isolados; aumento no tráfico de drogas e prostituição infantil, entre outros.<sup>492</sup> A ausência de políticas voltadas ao ordenamento territorial na Bolívia e no Peru, bem como aquelas relacionadas à integração regional que contemplem as questões ambientais e sociais, fazem diminuir a efetiva proteção de áreas consideradas críticas, dificultando a realização de um desenvolvimento sustentável naquela região.<sup>493</sup>

Outro aspecto relevante a ressaltar diz respeito aos efeitos das mudanças climáticas na região da Amazônia Sul Ocidental. Estudos realizados pelos modelos de circulação atmosférica indicam para as próximas décadas um aumento significativo da temperatura, em torno de 2 a 5° Celsius, especialmente nos meses de junho a agosto quando ocorrem em maior quantidade os desmatamentos. Este fator, gradativamente, se refletirá na produtividade das terras agrícolas, pastagens, florestas e na disponibilidade de água potável na região. Essas mudanças necessitam ser incorporadas juntamente com os impactos sociais e ambientais causados pelo processo de desenvolvimento da região que, nesse primeiro momento, contempla a construção da Estrada Interoceânica e o complexo de hidroelétricas do Rio Madeira.<sup>494</sup>

Como já referido, esses empreendimentos são financiados, em parte, por organismos multilaterais de financiamento e, outra parte, pelos próprios países sul-

---

<sup>491</sup> BROWN, Irving Foster et al. Op. cit., 2002, p. 283.

<sup>492</sup> DOUROJEANNI, Marc. **Estudio de Caso sobre la Carretera Interoceánica en la Amazonía sur del Peru.** Disponível em <<http://habitat.aq.vpm.es/boletim/n19/amdou.html>>. Acesso em 11 out. 2007.

<sup>493</sup> MENDONZA, Elsa. **Processo de Integração na região MAP.** Disponível em [http://www.map-amazonia.net/mapVI-antecedentes\\_pt.php?lang=en&page=search](http://www.map-amazonia.net/mapVI-antecedentes_pt.php?lang=en&page=search). Acesso 11 out. 2007.

<sup>494</sup> MENDONZA, Elsa. **Processo de Integração na região MAP.** Disponível em [http://www.map-amazonia.net/mapVI-antecedentes\\_pt.php?lang=en&page=search](http://www.map-amazonia.net/mapVI-antecedentes_pt.php?lang=en&page=search). Acesso 11 out. 2007.

americanos interessados em atrair investimentos para fortalecer a economia local e se inserir no mercado global.

A construção de empreendimentos como a Estrada Interoceânica torna-se, na era da globalização, fundamental ao capital no tocante à redução de custos de produção e transporte, principalmente para empreendedores do Brasil, como os de grãos do centro-oeste, porque poderão mais facilmente transportar sua produção aos portos do Pacífico e de lá exportar para os mercados da Ásia e Japão, tendo em vista a viabilidade em obter um preço mais competitivo internacionalmente. E, como este é o objetivo principal visado, com a realização da estrada para o Pacífico o risco de prejuízos sociais e ambientais, em geral, não são previstos no decorrer do empreendimento.<sup>495</sup>

Nesse processo, a efetivação de cenários de ações preventivas da Estrada Interoceânica constituiu um dos estudos realizados pelo MAP para ampliar a consciência e estimular a participação dos atores locais e das instituições interessadas na promoção de ações voltadas ao desenvolvimento sustentável da região. Por essa razão a iniciativa MAP vem agregando mais e mais pessoas a sua causa, na busca de conciliar natureza e homem, aproveitando a homogeneidade geográfica da região para com sustentabilidade construir a união dos povos da tríplice-fronteira da Amazônia Sul Ocidental para participar do processo de desenvolvimento e integração regional.<sup>496</sup>

### **3.4 A Importância da Transformação do Fórum MAP em um Movimento Social Transfronteiriço**

#### **3.4.1 A Formação de uma Identidade Transfronteiriça**

A iniciativa MAP começou suas atividades a partir da necessidade de técnicos e pesquisadores em compartilhar informações e reflexões conjuntas sobre o desenvolvimento da região trinacional e os impactos no meio ambiente. No primeiro e segundo encontros (MAP I e II) o processo de discussão mostrava, em relação à

---

<sup>495</sup>BROWN, Irving Foster et al. Op. cit., 2002, p. 284.

<sup>496</sup>Disponível em <http://www.map-amazonia.net>. Acesso em 28 out. 2007.

problemática, uma visão essencialmente acadêmica. A partir do terceiro encontro, no entanto, foram incorporados a esse processo outros atores sociais e a participação ampliou-se em quase 100% em relação aos encontros anteriores. Os MAPs I e II contaram com a participação de 95 pessoas e o MAP III com 160 pessoas. Na ocasião a necessidade de debater os problemas em maior profundidade induziu à criação de mesas temáticas de debates e modificou a concepção original do processo, ou seja, a ênfase inicial na noção de espaço geográfico deslocou-se para a noção de um espaço mais amplo, relacionado ao estabelecimento de um fórum com encontros, diálogos, intercâmbios, enfim, um espaço de debates e propostas de ações conjuntas em relação aos problemas comuns e, em especial, aqueles relacionados aos empreendimentos que visam a desenvolver a região. Esse encontro foi um marco decisivo na continuidade das atividades e ações que se seguiram e na forma como se seguiram.<sup>497</sup>

Conforme já mencionado, a iniciativa MAP se fundamenta no exercício de dois direitos humanos básicos, enfatizados na Declaração Universal dos Direitos Humanos e no Princípio 10 da Declaração do Rio de Janeiro: o direito de ter acesso às informações relevantes ao desenvolvimento sustentável e o direito de participar de decisões coletivas. O direito de saber e de participar formam os pilares do processo democrático e seu exercício é essencial para concretizar o desenvolvimento sustentável da região MAP.<sup>498</sup>

Para Abidón Ramiro Chávez, ao assumir os princípios filosóficos da moderna teoria do desenvolvimento sustentável para a região, o MAP se transformou em um sujeito ativo que expressa todas as contradições do debate entre conservação ambiental e desenvolvimento.<sup>499</sup> Seus encontros são resultados da ação voluntária de indivíduos e instituições que querem desenvolver colaboração bi e trinacional em busca de soluções para os problemas regionais. Nesse sentido o espírito MAP, conforme descrito em seu sítio na Internet, identifica-se como “movimento social transfronteiriço que percebe que só por meio de colaboração e integração de vários segmentos de sociedades locais, regionais, nacionais e global será possível alcançar as

---

<sup>497</sup> CHÁVEZ, Abidón Ramiro Céspedes et al. Op. cit., 2005, p. 54.

<sup>498</sup> Disponível em <http://www.map-amazonia.net>. Acesso em 28 out. 2007.

<sup>499</sup> CHÁVEZ, Abidón Ramiro Céspedes et al. Op. cit., 2005, p. 62.

aspirações para um desenvolvimento da Amazônia Sul Ocidental, que poderá se sustentar para as próximas décadas e além do ano 2100”.<sup>500</sup>

Esse desejo de integração e participação no desenvolvimento da região, no âmbito das populações de cada um dos países, está relacionado com a construção de uma identidade nacional dessas áreas fronteiriças, sempre carentes de maior atenção por parte dos centros de decisão dos governos nacionais. No decorrer do século XX, os países — Peru, Brasil e Bolívia — passaram por processos de desenvolvimento diferenciados, tanto econômico quanto social e culturalmente, mas há um ponto comum entre essas nações no que se refere à atenção dada às fronteiras nacionais, cujo processo de ocupação sempre foi incentivado por objetivos de nacionalização e proteção do espaço geográfico, sem qualquer preocupação em incorporar as populações residentes às políticas nacionais.<sup>501</sup>

A globalização, entretanto, passou a modificar esse cenário, a partir do momento que flexibiliza a noção de fronteiras nacionais ao estabelecer a interdependência dos mercados mundiais, fazendo surgir a formação de blocos de integração regional, a exemplo da União Européia (UE), Área de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) e Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), como meio de buscar a inclusão dos países que deles participam no crescente mercado global. A integração de países da América do Sul, no entanto, ainda não é suficiente. O MERCOSUL e a Comunidade Andina (CAN) são exemplos dessa insuficiência. A criação do Plano de Ação para Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), pelos presidentes sul-americanos, foi um passo importante para o desenvolvimento não só dos países, mas especialmente de suas regiões fronteiriças, identificadas como estratégicas no que respeita à almejada integração na América do Sul, por meio da construção de eixos multimodais de infra-estrutura, como no caso da Estrada Interoceânica entre Brasil e Peru.<sup>502</sup>

<sup>500</sup>Disponível em <http://www.map-amazonia.net>. Acesso em 25 out. 2007.

<sup>501</sup>OoSTEN, Cora van **¿Fronteras que se Decoloran? Desarrollo Local y Alianzas InterFronterizas en el Sudoeste de la Amazonía**. GSDR 12004, Faculteit Geowetenschappen, Departement Sociale Geografie en Planologie, Sectie Regionale Geografie en Internationale Ontwikkelingsstudie, Holanda. Disponível em <http://www.map-amazonia.net>. Acesso em 20 ago. 2007.

<sup>502</sup>DEUSTUA, Alejandro. Aproximaciones a la Integración entre Perú, Bolívia y Brasil In: TIZÓN, Allan Wagner. DUARTE, Rosario Santa Gadea (Orgs.). **La Integración Regional entre Bolívia, Brasil y Peru**. Lima: Centro Peruano de Estudios Internacionales – CEPEI, n. 25, 2002, p. 113-121.

A necessidade de incorporação gradual dessas áreas fronteiriças em suas respectivas economias nacionais ocorre ao mesmo tempo em que se amplia a interdependência regional desses territórios, em decorrência do processo global de se integrar a novos mercados por meio de determinados empreendimentos. A aliança interfronteiriça promovida pela Iniciativa MAP segue fortalecida pela elaboração de estratégias de desenvolvimento regional que reforçam uma identidade própria e particular da região. Por outro lado, as dificuldades econômicas e sociais da Bolívia e do Peru, especialmente no controle da degradação ambiental causada pela exploração desmedida de seus recursos naturais e das mudanças políticas nacionais, expõem conflitos de interesse com as populações locais e fortalecem a consciência da sua condição de inferioridade em relação ao centro de seus países, impulsionando o sentimento de integração regional como alternativa a esse cenário.<sup>503</sup>

O Estado do Acre, no Brasil, encontra-se mais avançado no desenvolvimento de políticas de integração, até porque desde 1999 seu governo desenvolve uma política voltada à incorporação econômica da unidade federativa tanto ao centro nacional quanto a outros mercados, por meio da estratégia do desenvolvimento sustentável e da integração regional. Tal fato tem permitido que os municípios fronteiriços busquem se inter-relacionar para promoção de ações solidárias conjuntas, cujo maior exemplo foi a criação do Comitê de Fronteira Iñapari: Assis Brasil, Bolpebra e Epiteciolândia, Brasiléia e Cobija.<sup>504</sup>

A forma democrática de participação da Iniciativa MAP e os temas escolhidos para nortear as discussões sobre a forma do desenvolvimento da região estão diretamente vinculados ao meio ambiente enquanto um bem a ser cuidado, respeitado e preservado. A identidade dessa iniciativa, assim, forma-se em volta da questão ambiental enquanto valor a ser respeitado pelo desenvolvimento proposto nessa era de globalização.

---

<sup>503</sup>OoSTEN, Cora van **¿Fronteras que se Decoloran? Desarrollo Local y Alianzas InterFronterizas en el Sudoeste de la Amazonía.** GSDR 12004, Faculteit Geowetenschappen, Departement Sociale Geografie en Planologie, Sectie Regionale Geografie en Internationale Ontwikkelingsstudie, Holanda. Disponível em <http://www.map-amazonia.net>. Acesso em 20 ago. 2007.

<sup>504</sup>OoSTEN, Cora van **¿Fronteras que se Decoloran? Desarrollo Local y Alianzas InterFronterizas en el Sudoeste de la Amazonía.** GSDR 12004, Faculteit Geowetenschappen, Departement Sociale Geografie en Planologie, Sectie Regionale Geografie en Internationale Ontwikkelingsstudie, Holanda. Disponível em <http://www.map-amazonia.net>. Acesso em 20 ago. 2007.

Nesse viés, essa iniciativa passa a se instituir no que Manuel Castells denomina de identidade de resistência ou de projeto, ou seja, “de resistência”, criada por atores estigmatizados, com a finalidade de resistência à dominação, geralmente com formação de comunidades; e “de projeto”, quando atores sociais constroem nova identidade que busca a transformação de toda a estrutura social.<sup>505</sup>

Essa formação das identidades sugeridas por Castells pode aparecer isolada ou evolutivamente, iniciando-se pelo tipo de resistência e evoluindo para uma identidade de projetos a depender do tipo de identidade ou mesmo temática que une os cidadãos. O importante, contudo, é que essas identidades constituem fontes de significado para os próprios atores, por eles originadas e construídas por intermédio de um processo de individuação.<sup>506</sup>

A identidade, na visão de Ilse Scherer-Warren, decorre do reconhecimento coletivo de um direito, não somente de identificá-lo, mas de adquirir a consciência desse direito e lutar por ele. É esse entendimento, segundo a autora, que leva à formação de uma identidade política e social. É o reconhecimento da situação de igual, isto é, portador da mesma carência e, por via de consequência, do mesmo direito.<sup>507</sup>

Alain Touraine, por sua vez, acredita que se vive atualmente a decomposição social ou das formas tradicionais de organização social, restando ao indivíduo, e não à sociedade, a força capaz de resistir a toda e qualquer forma de violência. Os atores se identificam com um valor ou objetivo exterior e “descobrem dentro de si a capacidade de defender a sua própria liberdade e agir de maneira auto-referencial”.<sup>508</sup>

De qualquer forma, seja por meio da união pela identidade coletiva ou mesmo pela força individual dos participantes do MAP, constata-se que a causa ambiental e a integração regional são elementos fundamentais que motivam a ação dos diversos atores que participam voluntariamente e de forma ativa dessa ação coletiva.

---

<sup>505</sup>CASTELLS, Manuel. Op. cit., 1999, p. 24.

<sup>506</sup>Idem, p. 23.

<sup>507</sup>SCHERER-WARREN, Ilse. Op. cit., 1996, p. 69.

<sup>508</sup>TOURAINÉ, Alain. Op. cit., 2007, p. 25.

### 3.4.2 Como Definir o MAP?

No início de sua formação, os integrantes do MAP o denominavam Iniciativa MAP. Após quase sete anos de ações dessa iniciativa, muitos de seus componentes passaram a identificá-lo como um movimento social transfronteiriço, que objetiva buscar soluções conjuntas aos problemas comuns que enfrentam e otimizar suas conquistas. Foi nesse sentido a declaração constante da Carta de Epitaciolândia, do IV Encontro do Fórum MAP, de 2003, com a seguinte afirmação:

Um movimento social transfronteiriço que percebe que somente através da cooperação e da integração dos vários segmentos das sociedades locais, regionais, nacionais e globais será possível alcançar um desenvolvimento na Amazônia Sul Ocidental capaz de sustentar as próximas décadas (...).<sup>509</sup>

Mesmo que não se possa, ainda, afirmar com clareza em que consiste essa iniciativa, é possível verificar o sentimento de seus integrantes quanto à percepção de suas ações, nas respostas a perguntas divulgadas no sítio do MAP na Internet, quando indagado sobre o que é a iniciativa MAP: 1) não é um movimento institucional; 2) não é um movimento político; 3) não procura converter-se em uma instituição e 4) não procura substituir, nem deslocar organizações existentes.<sup>510</sup>

Assim, evidencia-se pelas repostas que as ações promovidas até aqui pela Iniciativa MAP reafirmam o sentimento de movimento social, que busca interferir na promoção do desenvolvimento sustentável na região e em seu modo de realização, na finalidade de alcançar a melhoria nas condições de vida das populações fronteiriças, com racionalidade na utilização do ecossistema. Na apresentação do movimento no sítio da Internet, tal fato é assim evidenciado:

Os planos de integração regional, os avanços na infra-estrutura e as exigências de uma vida melhor nas sociedades da região geram crescentes demandas sobre os recursos naturais e seus ecossistemas. O resultado é que este território se converteu em um cenário regional de mudanças globais onde a pobreza, a fome, as enfermidades, o analfabetismo e a contínua degradação dos ecossistemas são causas de grande preocupação na região. Uma alternativa para amenizar esta difícil situação é a integração de

<sup>509</sup>Disponível em <http://www.map-amazonia.net>. Acesso em 25 out. 2007.

<sup>510</sup>Disponível em <http://www.map-amazonia.net>. Acesso em 25 out. 2007.

iniciativas inovadoras relativas ao meio ambiente e ao desenvolvimento. Com esta integração se poderá elevar o nível de vida das sociedades regionais, conseguir uma melhor gestão dos ecossistemas e lograr um futuro mais seguro e próspero. Esta integração exigirá a solidariedade e a colaboração efetiva dentro e entre as nações.<sup>511</sup>

A pesquisadora holandesa Cora van Oosten, ao estudar a Iniciativa MAP, enfatizou seu caráter informal e democrático, com ações ocorrendo a partir da espontaneidade da participação de seus integrantes. Por outro lado, após a manifestação assinalada na Carta de Epitaciolândia, o MAP passou por momentos de debates com relação aos caminhos até ali trilhados. No ano de 2004 foi sugerida sua institucionalização para transformá-lo em uma organização responsável pela coordenação de alianças nessa região fronteiriça.<sup>512</sup>

Em seguida, o MiniMAP Bacias liderou uma proposta de integração regional por meio da gestão da bacia hidrográfica trinacional, de acordo com o modelo da legislação brasileira. Para tanto, foi organizado pelo Brasil o Grupo de Trabalho do Rio Acre, no âmbito da Câmara Técnica de Recursos Hídricos Transfronteiriços, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, com a participação de integrantes do Ministério das Relações Exteriores, com a finalidade de estudar e propor o modelo para gestão da bacia hidrográfica trinacional do Rio Acre, formada pela região MAP.

Nesse grupo, os integrantes dos demais países participavam das reuniões apenas como convidados, sem integrar formalmente o grupo de trabalho, que finalizou suas atividades em setembro de 2007, com a proposta de acordo trinacional entre os países para promoção de ações de gestão dos recursos hídricos transfronteiriço, que ainda dependerá de aprovação pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos brasileiro.<sup>513</sup> Todas essas ações, no entanto, não se configuraram suficientemente consistentes para fortalecer a institucionalização da Iniciativa MAP, permanecendo como discussões necessárias ao fortalecimento de seus objetivos.

---

<sup>511</sup>Disponível em <http://www.map-amazonia.net>. Acesso em 25 out. 2007.

<sup>512</sup>OoSTEN, Cora van **¿Fronteras que se Decoloran? Desarrollo Local y Alianzas InterFronterizas en el Sudoeste de la Amazonía**. GSDR 12004, Faculteit Geowetenschappen, Departement Sociale Geografie en Planologie, Sectie Regionale Geografie en Internationale Ontwikkelingsstudie, Holanda. Disponível em <http://www.map-amazonia.net>. Acesso em 20 ago. 2007.

<sup>513</sup>MiniMAP Bacias Hidrográficas. Disponível em <http://www.map-amazonia.net>. Acesso em 25 out. 2007.

Segundo Guillermo Rioja, o que está se construindo na região de tríplice fronteira da Amazônia Sul Ocidental é um processo dinâmico e dialético, que permite aos diversos atores assimilar os objetivos do conceito de desenvolvimento sustentável por meio de uma nova e própria pedagogia ainda sem paradigma.<sup>514</sup>

### 3.4.3 Elementos de Definição do Emergente Movimento Social Transfronteiriço

Durante o século XX, segundo Alain Touraine, dois paradigmas orientavam o estudo da realidade social. Um político (ordem e desordem, paz e guerra, poder e o Estado) e o outro econômico e social, surgido com a Revolução Industrial e voltado para compreensão da realidade a partir da organização social. Para este autor, na sociedade contemporânea tais paradigmas não conseguem mais explicar a realidade, dada a importância que os problemas culturais adquiriram e a necessidade do pensamento social se organizar em torno deles. Por essa razão, os novos atores e os novos conflitos deverão ser situados em um novo paradigma capaz de visualizar as representações do eu e da coletividade em uma nova paisagem.<sup>515</sup>

Partindo de tais premissas, Guillermo Rioja constata que o intercâmbio de informação na participação dos diversos atores sociais no MAP, como os pesquisadores, por meio de encontros e espaços de interlocução, possibilita o conhecimento da realidade socioeconômica e cultural da região e permite a definição de seu objeto de luta enquanto ação coletiva e o estabelecimento de propostas alternativas inovadoras pela formação de redes de solidariedade baseadas no encontro cultural trinacional.<sup>516</sup>

Mesmo na ausência de um novo paradigma, é possível olhar a iniciativa MAP a partir das características conceituais de movimentos sociais apresentadas por Maria da Glória Ghon, a fim de estabelecer parâmetros identificadores dessa ação coletiva. Para esta autora, movimentos sociais, são:

---

<sup>514</sup>RIOJA, Guillermo Ballivián. Antropología de Frontera: Investigación Acción en la Región Trinacional MAP. AIBR. **Revista de Antropología Iberoamericana**, 43. Madrid. Sept./Oct. 2005. Disponível em <http://www.aibr.org>. Acesso em 26 set. 2007.

<sup>515</sup>TOURAINÉ, Alain. Op. cit., 2007, p. 9.

<sup>516</sup>RIOJA, Guillermo Ballivián. Antropología de Frontera: Investigación Acción en la Región Trinacional MAP. AIBR. **Revista de Antropología Iberoamericana**, 43. Madrid. Sept./Oct. 2005. Disponível em <http://www.aibr.org>. Acesso em 26 set. 2007.

Ações sociopolíticas construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articulados segundo uma identidade de interesses comuns, amalgamada pela força do princípio da solidariedade. Esta solidariedade é construída a partir de uma base cultural referencial de valores compartilhados pelo grupo, em espaços não institucionalizados, tendo como suporte entidades e organizações da sociedade civil, com agendas de atuação construídas ao redor de demandas socioeconômicas ou político-culturais que abrangem certas problemáticas conflitivas na sociedade.<sup>517</sup>

De acordo com o conceito estabelecido pela autora, verifica-se, pelo menos, três elementos essenciais à identificação das ações coletivas como movimentos sociais, quais sejam: ações sociopolíticas, identidade e solidariedade. Para Ghon, as ações sociopolíticas devem ser demandadas por um coletivo social, identificado por uma identidade comum. Essa identidade do movimento decorre de seus projetos, ou seja, ela é o somatório das práticas ocorridas com base em um referencial contido nos projetos e se firma com as articulações de um processo interativo formado por meio de consensos, em que a representação criada é de unidade.<sup>518</sup>

A solidariedade é o núcleo central para articular os diversos atores envolvidos, motivados por uma base de valores e ideologias comuns, construídos na trajetória do grupo ou provenientes de usos e tradições e que são compartilhados por todos. A solidariedade atua na intermediação das diferenças, para que a imagem simbólica elaborada e projetada para o exterior tenha coerência e seja articulada com propostas maiores que superem essas divergências internas, de forma clara e objetiva.<sup>519</sup>

É por essa razão que os movimentos são conhecidos como o coração da sociedade, são energias sociais que se unem e são canalizadas e potencializadas por práticas que são transformadas em ações propositivas e projetam em seus participantes sentimentos de pertencimento social.<sup>520</sup>

Tais características são emergentes no MAP, sobretudo por se constituir de um espaço político aberto, democrático e participativo, em que muitos atores sociais de diversas camadas compartilham a preocupação e necessidade de atuar na região por meio da integração. A atenção não se mostra restrita aos territórios definidos

---

<sup>517</sup>GHON, Maria da Glória. Op. cit., 1997, p. 74.

<sup>518</sup>GHON, Maria da Glória. Op. cit., 2000, p. 261.

<sup>519</sup>Idem, p. 253.

<sup>520</sup>GHON, Maria da Glória. Op. cit., 2003, p. 14.

politicamente, mas amplia-se a toda a região denominada MAP, fronteira trinacional da Amazônia Sul Ocidental, e busca intervir na proposta de desenvolvimento dessa região, não apenas para impedir a exploração desmedida dos recursos naturais, mas principalmente como estratégia para atender às necessidades e problemas regionais por meio do desenvolvimento sustentável.<sup>521</sup>

As ações do MAP coadunam-se perfeitamente com a afirmação de Gilberto Dupas sobre reação da sociedade civil em reconhecer que esses novos atores buscam uma reconstrução teórica e prática da democracia, do espaço público e da ação social, objetivando a concretização de um ambicioso projeto contemporâneo para sociedade civil em todas as esferas do Estado e da economia.

Para Alberto Melucci, movimentos sociais não se limitam apenas a manifestar um conflito, mas levam este conflito para além dos sistemas de relações sociais a que a ação se destina, ou seja, ele rompe as regras do jogo. Nas sociedades contemporâneas, segundo o autor, esses movimentos surgem reduzidos a duas perspectivas de interpretação: a primeira nasce em decorrência da crise econômica e a outra em relação à falta de legitimação política dos grupos excluídos pelo fechamento de instituições.<sup>522</sup>

Por outro lado, o próprio Alberto Melucci reconhece que, atualmente, existem dificuldades em estabelecer um parâmetro para análise dos conflitos, em razão de que “nos encontramos em uma fase de bifurcação: o embrião do novo está nascendo dentro do velho galho”.<sup>523</sup>

Na visão deste autor, a ação coletiva, assim, sofre todas as influências, porém se dá de forma mais aproximada das demandas individuais sem, todavia, perder o estímulo para a mudança social.<sup>524</sup>

O MAP apresenta-se como um movimento que traz uma demanda que não é nova, mas que inova em seu modo de operar. Seu caráter heterogêneo e informal produz resultados voltados à dignidade da pessoa humana e à defesa do meio ambiente, traduzindo-se em uma identidade que unifica todos seus participantes e cria,

---

<sup>521</sup>Disponível em <http://www.map-amazonia.net>. Acesso em 25 out. 2007.

<sup>522</sup>MELUCCI, Alberto. Op. cit., 2001, p. 35-77.

<sup>523</sup>Idem, p. 81.

<sup>524</sup>Idem, p. 190.

segundo Melucci,<sup>525</sup> um sentimento de solidariedade ao permitir que as pessoas se reconheçam e sejam reconhecidas como parte desta mesma unidade social e que visa à transformação de uma realidade transfronteiriça.

### **3.5 O Movimento MAP como Instrumento de Resistência da Globalização “de Baixo” às Conseqüências da Globalização “de Cima”**

#### **3.5.1 O MAP como Instrumento de Resistência**

O ritmo do crescimento mundial foi intensificado nessa era de globalização, sobretudo por mundializar o processo produtivo e tornar o território objeto da ação de várias empresas transnacionais.<sup>526</sup> Os interesses de mercado e a busca por melhor competitividade promovem sobre os recursos naturais fortes impactos, ampliando a situação de desigualdade e assimetrias no mundo. O aumento da desigualdade está intrinsecamente ligado ao aumento da pobreza, que para Ulrich Beck resulta em um dos maiores responsáveis pelo problema ambiental.<sup>527</sup>

Segundo Carlos Walter Porto-Gonçalves, essa lógica expressa a base da relação do capitalismo com a natureza, ou seja, separa homens e mulheres de um lado, e a natureza de outro. Continua o autor afirmando que no atual sistema capitalista as relações serão sempre espaciais de dominação-exploração, *tirando dos lugares e, mais, tirando dos do lugar, o poder de definir o destino dos recursos com os quais vivem*. Deste modo, a questão ambiental põe o território no centro da análise e conecta diretamente o meio ambiente e a política. É necessário agir não só localmente, mas da mesma forma agir regional, nacional e mundialmente, pois tanto a sociedade quanto o espaço estão implicados nesse desafio global, principalmente se levar em conta que os poderosos grupos operam em escalas supralocais, estimulando territorialidades sem governo.<sup>528</sup>

---

<sup>525</sup>Idem, p.35.

<sup>526</sup>IANNI, Octávio. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2006, p. 86.

<sup>527</sup>BECK, Ulrich. Op. cit., 1999, p. 80.

<sup>528</sup>PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Op. cit., 2006, p. 290.

Apesar dos avanços tecnológicos alcançados pelo processo de globalização, o padrão de produção atual ainda é muito dependente da utilização dos recursos naturais como matéria-prima e os reflexos disso já são sentidos por todos os habitantes da Terra, sendo por esta razão que a Organização das Nações Unidas, em 2000, estabeleceu como um dos objetivos do milênio a qualidade de vida e o respeito ao meio ambiente.

Diante do cenário global e tendo em vista a necessidade de maior participação no processo de desenvolvimento regional nessa era de globalização, o MAP foi constituído no Sudoeste da Amazônia Brasileira, na fronteira com a Bolívia e o Peru. Desde seu surgimento, a preocupação ambiental em relação aos impactos decorrentes da devastação irracional dos recursos naturais na Amazônia Brasileira, aliada à realização de megaprojetos de infra-estrutura para integração ao mercado global e a situação de pobreza extrema da população residente na região, esteve no centro dessa mobilização. A ótica de análise naquele primeiro momento era mais acadêmica, até em razão da origem das discussões, como se verifica nas recomendações da Declaração de Rio Branco, no MAP I:

Promover o desenvolvimento de estudos multidisciplinares e inter-institucionais assegurando a incorporação dos aspectos biofísicos e socioeconômicos, com ênfase na pesquisa, na capacitação e na disseminação de forma integrada. Considerar os conhecimentos tradicionais nos estudos científicos, de forma a reconhecer a contribuição dos diversos atores regionais, respeitando seus direitos intelectuais.<sup>529</sup>

Fundamentado nos princípios dos direitos humanos e do desenvolvimento sustentável, o MAP iniciou uma mobilização transfronteiriça integrada, atualmente, por diversos atores representantes de vários segmentos da sociedade, de pesquisadores a indígenas e camponeses, em um esforço solidário e voluntário, de um agir local e regional, identificado por Cora von Oosten — dentre as várias possibilidades com que pode se enquadrar a atuação dessa iniciativa na Amazônia Sul Ocidental — como um processo claro de integração regional “de baixo” para “cima” por meio da criação de

---

<sup>529</sup>Disponível em <http://www.map-amazonia.net>. Acesso em 25 out. 2007.

uma identidade comum a partir da proposta de intercâmbio de experiências e idéias na formação de alianças que produzem resultados tangíveis.<sup>530</sup>

Por seu aspecto dinâmico e mobilizador, o MAP, em sete anos de atuação, vem conscientizando e promovendo ações práticas na forma de pensar e atuar, que conforme descreve Guillermo Rioja, se traduz em uma nova pedagogia que aproxima o quanto possível o conhecimento humano, como ser social da realidade, por meio do diálogo construtivo para promover mudanças.<sup>531</sup>

Richard Falk acredita que as maiores oportunidades para se lutar ou resistir às pressões da globalização neoliberal imposta “de cima” é a criação de espaços democráticos locais ou transnacionais, que possam formular ações e reações com estratégias criativas de acordo com as condições específicas do local.<sup>532</sup>

Segundo entende Guillermo Rioja, o MAP é esse espaço local que possibilita a integração regional, que caminha para se realizar plenamente em um processo que vem se formando “de baixo” para “cima”, constituindo-se em uma alternativa à forma clássica de “cooperação internacional”, que desenha seus planos e políticas sob a ótica do mundo globalizado “de cima”.<sup>533</sup>

### 3.5.2 Os Reflexos da Globalização “de Cima” na Região MAP

Embora faça parte do mesmo ecossistema da bacia amazônica, a realidade dos três países que integram a região MAP é bem diferenciada quanto ao desenvolvimento socioeconômico e político regional, tanto em relação às nações quanto aos distritos-Estados. A aliança interfronteiriça oportunizada por esse movimento desperta

---

<sup>530</sup>OoSTEN, Cora van ¿Fronteras que se Decoloran? Desarrollo Local y Alianzas InterFronterizas en el Sudoeste de la Amazonía. GSDR 12004, Faculteit Geowetenschappen, Departement Sociale Geografie en Planologie, Sectie Regionale Geografie en Internationale Ontwikkelingsstudie, Holanda. Disponível em <http://www.map-amazonia.net>. Acesso em 20 ago. 2007.

<sup>531</sup>RIOJA, Guillermo Ballivián. Antropología de Frontera: Investigación Acción en la Región Trinacional MAP. AIBR. **Revista de Antropología Iberoamericana**, 43. Madrid. Sept./Oct. 2005. Disponível em <http://www.aibr.org>. Acesso em 26 set. 2007.

<sup>532</sup>FALK, Richard. Op. cit., 2002, p. 196-197.

<sup>533</sup>RIOJA, Guillermo Ballivián. Antropología de Frontera: Investigación Acción en la Región Trinacional MAP. AIBR. **Revista de Antropología Iberoamericana**, 43. Madrid. Sept./Oct. 2005. Disponível em <http://www.aibr.org>. Acesso em 26 set. 2007.

interesses específicos, a depender do ponto de vista analisado, nacional ou local, podendo implicar direções distintas para alguns processos em curso.<sup>534</sup>

O fortalecimento do processo econômico global, após a queda do muro de Berlim, e o estabelecimento do Consenso de Washington aos países da América Latina, fizeram com que, aos poucos, essas economias periféricas fossem sendo incorporadas ao sistema global, com crescentes fluxos de capital internacional, com investimento transnacional e empréstimos internacionais, o desenvolvimento da infraestrutura, migração entre as fronteiras, bem como a instituição de políticas de redução dos gastos públicos e desestatização do setor público. Por outro lado, a força da política neoliberal tem motivado uma maior integração regional das economias latino-americanas e a formação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e da Comunidade Andina de Nações (CAN) foram os pioneiros nesse intento<sup>535</sup>.

Com efeito, a integração de mercados regionais na América do Sul ainda é tímida na evolução da economia neoliberal, que tem se mostrado com poucos efeitos positivos perante as economias periféricas, ao contrário do que foi pregado no Consenso de Washington. Nesse cenário, mesmo se mostrando crescente o investimento estrangeiro na América do Sul, até com certo dinamismo econômico, são latentes as diferenças ampliadas e promovidas por esse processo entre ricos e pobres, deixando os três países da região MAP numa situação social de risco, com o aumento da pobreza e a dificuldade na promoção do desenvolvimento. As reações contra esta política excludente de globalização na região da Amazônia Sul Ocidental parecem ainda muito discretas se comparadas a outras regiões dos três países, provavelmente devido ao desenvolvimento econômico destas últimas.<sup>536</sup>

---

<sup>534</sup> OOSTEN, Cora van **¿Fronteras que se Decoloran? Desarrollo Local y Alianzas InterFronterizas en el Sudoeste de la Amazonía.** GSDR 12004, Faculteit Geowetenschappen, Departement Sociale Geografie en Planologie, Sectie Regionale Geografie en Internationale Ontwikkelingsstudie, Holanda. Disponível em <http://www.map-amazonia.net>. Acesso em 20 ago. 2007.

<sup>535</sup> OOSTEN, Cora van **¿Fronteras que se Decoloran? Desarrollo Local y Alianzas InterFronterizas en el Sudoeste de la Amazonía.** GSDR 12004, Faculteit Geowetenschappen, Departement Sociale Geografie en Planologie, Sectie Regionale Geografie en Internationale Ontwikkelingsstudie, Holanda. Disponível em <http://www.map-amazonia.net>. Acesso em 20 ago. 2007.

<sup>536</sup> OOSTEN, Cora van **¿Fronteras que se Decoloran? Desarrollo Local y Alianzas InterFronterizas en el Sudoeste de la Amazonía.** GSDR 12004, Faculteit Geowetenschappen, Departement Sociale Geografie en Planologie, Sectie Regionale Geografie en Internationale Ontwikkelingsstudie, Holanda. Disponível em <http://www.map-amazonia.net>. Acesso em 20 ago. 2007.

A iniciativa MAP, nesse contexto, surge como uma alternativa para a concretização de uma aliança interfronteiriça, recepcionada com entusiasmo pelos atores locais, carentes de atenção dos governos centrais, e que acreditam nas alternativas reais de um desenvolvimento econômico inclusivo e com respeito ao meio ambiente.

### **3.5.3 As Ações do Movimento MAP como Resistência ao Processo da Globalização “de Cima”**

Com a globalização da economia, a flexibilização e a fluidez não são características apenas do capital volátil e nem da tecnologia. Os próprios limites territoriais, como as áreas de fronteira, são flexibilizadas, e estas regiões assumem um valor estratégico tanto pela possibilidade do estabelecimento de redes políticas, culturais, sociais e econômicas quanto pela abertura para os fluxos econômicos transnacionais em megainvestimentos.<sup>537</sup>

A região da Amazônia Sul Ocidental na área da tríplice fronteira, de ocupação dispersa e população desprovida de atenção básica quanto aos serviços de saúde, educação e segurança, sempre acalentou o sonho da integração via terrestre para amenizar o sofrimento causado pelo isolamento em épocas de chuva do inverno amazônico. O tão sonhado investimento na infra-estrutura viária veio consolidado pela necessidade de os países sul-americanos adotarem os princípios do IIRSA, em que a região é concebida como espaço geoeconômico de fácil integração, para o qual é necessário reduzir ao máximo as barreiras internas de inclusão no mercado globalizado, diminuindo distâncias por meio de regionalismos abertos.<sup>538</sup>

É neste contexto que o megainvestimento da Estrada Interoceânica é proposto, com o objetivo precípua de atender às exigências de uma economia globalizada. Por se tratar de construção de estrada na Amazônia e diante de todo o cenário global negativo sobre o meio ambiente, a articulação da Iniciativa MAP desempenha um

---

<sup>537</sup> OOSTEN, Cora van **¿Fronteras que se Decoloran? Desarrollo Local y Alianzas InterFronterizas en el Sudoeste de la Amazonía.** GSDR 12004, Faculteit Geowetenschappen, Departement Sociale Geografie en Planologie, Sectie Regionale Geografie en Internationale Ontwikkelingsstudie, Holanda. Disponível em <http://www.map-amazonia.net>. Acesso em 20 ago. 2007.

<sup>538</sup> BECKER, Bertha. Op. cit., 2006, p. 55.

papel importantíssimo no processo de emancipação das populações fronteiriças, oportunizando a participação no processo de desenvolvimento regional não para ser contrário, mas para que este desenvolvimento ocorra de forma a assegurar a sustentabilidade ambiental, econômica e social.<sup>539</sup>

O envolvimento das universidades dos três países no processo de desenvolvimento do MAP tem sido fundamental para ampliar a consciência e a difusão do conceito de desenvolvimento sustentável do ponto de vista holístico desse empreendimento, possibilitando a aproximação de seus integrantes, a partir de um processo dialético, participativo e propositivo, sempre pactuado em consensos transcritos em forma de declaração a cada encontro.<sup>540</sup>

A globalização “de cima” dissemina pelo mundo a possibilidade de crescimento econômico por meio da desregulamentação das economias nacionais, com enfraquecimento do controle do Estado sobre as decisões de investimento na área social, como única forma possível para se atingir o desenvolvimento, estabelecendo uma relação assimétrica entre economias desenvolvidas e as periféricas e fortalecendo a ideologia do mercado como único regulador das forças econômicas e sociais.<sup>541</sup>

A globalização, assim, defende a idéia de capitalismo extremo sem qualquer contrapeso em outro sistema, a não ser aquele integrante das concorrências, dos confrontos ou mesmo dos impérios, em que prevalece, sobretudo e cada vez mais, a teoria de Hobbes, segundo a qual sobrevivem os mais fortes.<sup>542</sup>

Os movimentos de resistência a esse modelo imperativo de poder global tornam-se subjugados a uma consciência enfraquecida pelas urgências provocadas pela exclusão social e o empobrecimento das nações mais dependentes. O agravamento da crise ambiental mundial vem na mesma proporção em que se estabelece um modo de produção e organização que fragmenta o capital como forma de pressão às nações mais necessitadas de investimento, em troca do lucro a qualquer custo.<sup>543</sup>

---

<sup>539</sup>Disponível em <http://www.map-amazonia.net>. Acesso em 31 out. 2007.

<sup>540</sup>RIOJA, Guillermo Ballivián. Antropología de Frontera: Investigación Acción en la Región Trinacional MAP. AIBR. **Revista de Antropología Iberoamericana**, 43. Madrid. Sept./Oct. 2005. Disponível em <http://www.aibr.org>. Acesso em 26 set. 2007.

<sup>541</sup>FALK, Richard. Op.cit., 2002, p.187-188.

<sup>542</sup>TOURAINÉ, Alain. Op.cit., 2007, p.36.

<sup>543</sup>DUPAS, Gilberto. Op.cit., 2005, p.155.

Para Richard Falk, no entanto, as formas de resistência a essa globalização “de cima” vêm apoiadas em fatores locais, bem como de caráter específico de tempo e de lugar, a partir das iniciativas da sociedade civil por meio do conhecimento e da ação política.<sup>544</sup>

O movimento MAP, em que pese ainda possuir um caráter imprevisível diante de sua dinâmica interna e as reações externas que pode despertar, tem assumido na região da Amazônia Sul Ocidental delineamentos de resistência ao modelo de desenvolvimento imposto pelo processo de globalização “de cima”, sem contudo ter este enfoque direto. Nesse propósito, ao defender a possibilidade de participação democrática da população local na definição do modo como se processam projetos econômicos na região, embasando seus pleitos em conhecimentos científicos produzidos à luz de uma utilização racional do meio ambiente, promove nessa área fronteiriça não só a integração regional, mas, acima de tudo, uma resistência “de baixo” ao processo exclusivo das forças capitalistas “de cima”.

---

<sup>544</sup> FALK, Richard. Op.cit., 2002, p. 191.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações e conquistas sociais ao longo dos séculos são frutos, em parte, da atuação de movimentos sociais que estabeleceram suas lutas sempre contra um opositor em busca da modificação de uma situação de opressão por meio de mobilização espontânea e não institucionalizada. A sociedade contemporânea, no entanto, enfrenta desafios mais complexos do que aqueles ligados a lutas de classes, decorrentes do processo de fortalecimento do capitalismo global, após o fenômeno da globalização, que interligou os mercados financeiros do mundo em tempo real, promovendo profundas mudanças culturais, políticas e sociais.

Essa nova etapa do desenvolvimento capitalista exerce forte pressão sobre o meio ambiente, originando uma situação de escassez e graves desequilíbrios em todo o planeta. A necessidade dos Estados-nação — sobretudo aqueles em desenvolvimento — se integrarem à economia global com a finalidade de atingir novos mercados, faz surgir megainvestimentos em ecossistemas ricos em sociobiodiversidade, como no caso da Amazônia Sul Ocidental, na fronteira dos países Peru, Brasil e Bolívia, com a construção da Rodovia Interoceânica, que interligará os portos do Brasil a Lima, no Pacífico. É por essa razão que surge a Iniciativa MAP – Madre de Dios (Peru), Acre (Brasil) e Pando (Bolívia) — temática central desta pesquisa. É interessante observar que no início essa articulação surge no interior da academia para, logo após, atrair toda a sociedade transfronteiriça e entidades, não-governamentais e governamentais, num esforço solidário e participativo na defesa do desenvolvimento sustentável da região que propicie, acima de tudo, a melhoria de vida da população com a construção da rodovia de saída para o Pacífico, denominada de Interoceânica.

São sete anos de existência e é crescente o envolvimento de pessoas e instituições no processo de articulação. A forma de organização em grupos de trabalhos temáticos permite maior integração e afinidade entre participantes e instituições que efetivamente direcionam seus investimentos de modo a atender às

necessidades identificadas no âmbito desses grupos. A conexão entre o grupo universitário e os demais integrantes sociais vem permitindo o aprofundamento das questões relativas ao desenvolvimento sustentável, em especial sobre os impactos que o investimento pode causar ao meio ambiente e sua população, elevando o debate e o nível de consciência crítica dos atores dos três países. O maior exemplo dessa conscientização foi a integração dos indígenas e camponeses da região ao MAP. Constatou-se que o espaço de debate proporcionado pela Iniciativa MAP é inovador, dinâmico e participativo, propiciando a construção de alianças solidárias na realização das ações transfronteiriças, como o desenvolvimento de projetos educacionais que contemplam a realidade regional e os conceitos de desenvolvimento sustentável, a partir da vocação extrativista de seu povo, como é o caso do projeto Florestas das Crianças, desenvolvido nos três municípios/distritos da fronteira.

A temática central surge com a análise das ações coletivas, em especial os movimentos sociais sob a visão de Maria da Glória Ghon, identificando-se as principais características que possibilitam evidenciar esse tipo de ação como um movimento social. Neste caso, verificou-se no âmbito da Iniciativa MAP características de ações sociopolíticas empreendidas por seus integrantes, com base na solidariedade e na identidade regional, a partir da articulação iniciada em virtude do megainvestimento impulsionado pela globalização da economia. A pesquisa conduziu, assim, a análise do fenômeno da globalização, etapa singular da hegemonia do capital no mundo, difundida por meio do avanço extraordinário das tecnologias de informação, sob o ponto de vista das percepções das globalizações, firmada na ideologia neoliberal e na dos que a ela estão submetidos. É nesse ambiente que a ação da Iniciativa MAP se desenvolve, promovendo um exercício de cidadania transfronteiriça inovador, por meio de uma dialética construída com base em consensos e participação voluntária, tanto nos grupos de trabalho quanto no Fórum anual que congrega todas as discussões realizadas pela iniciativa no decorrer do ano. Todo evento realizado pelo MAP ou MiniMAPs é financiado por meio de projetos de organizações não-governamentais que desenvolvem ações em consonância com as deliberações dos grupos temáticos, ocorrendo o mesmo em relação a parcerias firmadas com o poder público, especialmente dos municípios fronteiriços.

Essa dialética, pelo que se verificou no decorrer da pesquisa, está fazendo com que a cada novo Fórum MAP outros grupos temáticos sejam propostos, evidenciando que as necessidades gerais das populações regionais buscam o espaço MAP como catalisador de suas expectativas e resolução de problemas. Tal fato revela a importância social que essa articulação desempenha na região de fronteira, envolvendo toda a sociedade e governos, que a percebem como uma força unificadora capaz de modificar a forma como o desenvolvimento pode chegar à região, em um movimento de baixo para cima. Este é um sentimento facilmente identificado pelas declarações firmadas nos documentos expedidos ao final de cada encontro anual.

No decorrer da pesquisa não se constatou ações do MAP para tentar impedir a construção da estrada, muito pelo contrário, estradas nessa região sempre foram desejadas por permitirem o acesso fácil ao deslocamento de bens, pessoas e produção, propiciando maior possibilidade econômica às comunidades e sociedade local. O desenvolvimento dos trabalhos realizados nos MiniMAPs demonstra o interesse em se preparar para o impacto da abertura dessa estrada.

Assim, conforme objetivo inicial da pesquisa, confirma-se que a Iniciativa MAP é uma inovadora experiência de ação coletiva transfronteiriça, passível de enquadramento como emergente movimento social transfronteiriço, segundo o referencial teórico de Maria da Glória Ghon, pois são perfeitamente identificáveis nas ações da iniciativa MAP o caráter solidário e de identidade marcados pelas necessidades comuns, o que une a todos os do local, em um movimento voltado à promoção do desenvolvimento sustentável na região de fronteira da Amazônia Sul Ocidental, como uma forma de reação ao *modus operandi* do sistema global ditado “de cima”.

Apesar de estar em pleno curso e ainda sem definição quanto aos caminhos futuros, o MAP, no estágio em que se encontra, conclui pela possibilidade de considerar essa ação coletiva, na região da Amazônia Sul Ocidental, como um emergente movimento social transfronteiriço de resistência ao processo de globalização “de cima” na defesa da gestão ao desenvolvimento sustentável e integração regional entre Brasil, Peru e Bolívia, configurando um movimento de globalização “de baixo” .

## REFERÊNCIAS

ALEXANDER, Jeffrey C. Ação coletiva, cultura e sociedade civil: secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.13, n.37, jun. 1998. <http://www.scielo.br>. Acesso em: 22 ago. 2007.

ANDRADE, Maria Margarida. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação**. São Paulo: Atlas, 2004.

AZEVEDO, Plauto Faraco de. **Ecocivilização** – ambiente e direito no limiar da vida. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

BASTOS, Maxwell Monteiro. **Espaços de formação do profissional de educação: saberes e movimento em rede**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

BECK, Ulrich. **O que é globalização?** equívocos do globalismo respostas a globalização. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

BECKER, Bertha. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. 2.ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

\_\_\_\_\_. **Geopolítica da Amazônia**. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n53/24081.pdf>. Acesso em: 24 set. 2007.

BEDIN, Gilmar Antonio. **A sociedade internacional e o século XXI: em busca da construção de uma ordem mundial justa e solidária**. Ijuí: Editora Unijuí, 2001.

BERNARDES, Júlia Adão; FERREIRA, Francisco Pontes de Miranda. Sociedade e natureza. In: CUNHA, Sandra Baptista da; GUERRA, Antônio José Teixeira de. **A questão ambiental: diferentes abordagens**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2005.

BOCAYUVA, Cláudio Pedro Cunca. O retorno dos sujeitos coletivos. In: **Aprendendo com os movimentos sociais**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

BONAVIDES, Paulo. **Teoria constitucional da democracia participativa**. São Paulo: Malheiros, 2003.

BROWN, Irving Foster et al. **Estrada de Rio Branco, Acre, Brasil aos Portos do Pacífico: como maximizar os benefícios e minimizar os prejuízos para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Sul-Occidental**. Conferência apresentada no Encontro Internacional de Intergración Regional - Bolívia, Brasil y Peru. Arequipa, Peru, 2 a 4 de setembro de 2001. Lima: Editora CEPEI, 2002, p.283 (Centro Peruano de Estudios Internacionales).

BRUNACCI JR., Attilio; PHILIPPI, Arlindo. Dimensão humana do desenvolvimento sustentável. In: PHILIPPI JR., Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi (Edits.). **Educação ambiental e sustentabilidade**. Barueri: Manole, 2005

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CAUBET, Christian Guy. **A água doce nas relações internacionais**. Barueri: Manole, 2006

\_\_\_\_\_ (Coord.). **A força e o direito nas relações internacionais: as repolarizações do mundo**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004.

CHÁVEZ, Abidon Ramiro Céspedes et al. **Pensando la Amazônia desde Pando: El MAP, una Iniciativa Trinacional de Desarrollo**. La Paz: Fundación PIEB, 2005.

DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, Evelina (Org.). **Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1994a. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n59/a04n59.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2007.

\_\_\_\_\_ (Org.). **Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1994b. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n59/a04n59.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2007.

DAL RI JÚNIOR, Arno; OLIVEIRA, Odete Maria de. **Cidadania e nacionalidade: efeitos e perspectivas nacionais-regionais- globais**. Ijuí: Editora Unijuí, 2003.

DERANI, Cristiane. **Direito ambiental econômico**. 2.ed. São Paulo: Max Limonad, 2001.

DEUSTUA, Alejandro. Aproximaciones a la Integración entre Perú, Bolívia y Brasil In: TIZÓN, Allan Wagner. DUARTE, Rosario Santa Gadea (Orgs.). **La Integración Regional entre Bolívia, Brasil y Peru**. Lima: Centro Peruano de Estudios Internacionales – CEPEI, n. 25, 2002.

DOUROJEANNI, Marc. **Estudio de Caso sobre la Carretera Interoceánica en la Amazonía sur del Peru**. Disponível em <<http://habitat.aq.vpm.es/boletim/n19/amdou.html>>. Acesso em 11 out. 2007.

DRUCKER, Peter F. **As novas realidades: no governo, na política, na economia, nas empresas, na sociedade e na visão do mundo**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

DUPAS, Gilberto. **Atores e poderes na nova ordem global: assimetrias, instabilidades e imperativos de legitimação**. São Paulo: Editora da UNESP, 2005.6

FALK, Richard. **La Globalización Depredadora: Una Crítica**. Madrid: Siglo XXI, 2002.

FAVERO, Celso Antonio. **Movimentos sociais e a questão do desenvolvimento**. Disponível em <<http://cac-php.unioeste.br/revistas/gepec/download.phd?id=13>>. Acesso em: 16 set. 2007.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos sócio territoriais e movimentos sócio-espaciais. In: Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. Disponível em [http://osal.clacso.org/dev/article.phd3interrogacao\\_id\\_article=117](http://osal.clacso.org/dev/article.phd3interrogacao_id_article=117). Acesso em: 20 ago. de 2007.

FERREIRA, Cloves Augusto Alves Cabral. **Globalização e Poder Judiciário: os valores considerados na reforma do Poder Judiciário no Brasil**. Florianópolis; UFSC, Dissertação de Mestrado, 2005. 158f.

PHILIPPI JR., Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi (Edits.). **Educação ambiental e sustentabilidade**. Barueri: Manole, 2005.

FRANK, André Gunder; FUENTES, Marta. Diez Tesis Acerca de los Movimientos Sociales. In: **El Juicio al Sujeto**. México: FLACSO, 1990.

GHON, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 2000.

\_\_\_\_\_. **Os sem terra, ONGs e cidadania**. São Paulo: Cortez, 1997.

\_\_\_\_\_. **História dos movimentos e lutas sociais**. A construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

\_\_\_\_\_ (Org). **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. Petrópolis: Vozes, 2003.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico sobre estudos de conflito e movimentos sociais na América Latina. Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/seoane/porto.rtf>. Acesso em: 20 jul. 2007.

GOSS, Karine Pereira; KELLY, Prudêncio. O conceito de movimentos sociais revisitado. **Revista eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, v.2, n.1(2), jan.;jun. 2004, p.75-91. Disponível em <[www.emtese.ufsc.br;2\\_res6.pdf](http://www.emtese.ufsc.br;2_res6.pdf)>. Acesso em 26 jun. 2007.

GRIPPI, Sidney. **Atuação responsável & desenvolvimento sustentável: os grandes desafios do século XXI**. Rio de Janeiro: Interciência, 2005.

GUIMARÃES, Mauro. Sustentabilidade e educação ambiental. In: PHILIPPI JR., Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi (Edits.). **Educação ambiental e sustentabilidade**. Barueri: Manole, 2005.

HAYEK, Friedrich August von. **O caminho da servidão**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

<http://books.google.com.br/books?id=ea0PguarOYC&pg=PA130&dq=moviments+sociais+aspectos+historicos&sig=KK0KXyN8a6nqe0Se45z1qeuxKBk#PPA47,M1>. Acesso em: 20 out. 2007.

<http://www.espacoacademico.com.br/010/10almeida.htm>. Acesso em: 22 ago. 2007.

[http://www.ahkbrasil.com/meio\\_ambiente.asp?link=70](http://www.ahkbrasil.com/meio_ambiente.asp?link=70). Acesso em: 10 nov. 2007.

[http://pt.wikipedia.org/wiki/Agenda\\_21](http://pt.wikipedia.org/wiki/Agenda_21). Acesso em: 10 nov. 2007.

<http://www.ana.gov.br/AcoesAdministrativas/RelatorioGestao/Rio10/Riomaisdez/index.php.39.html>. Acesso em: 16 set. 2007.

<http://www.ac.gov.br>. Acesso em: 20 out. 2007.

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L4771.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4771.htm). Acesso em: 10 fev. 2008.

<http://www.map-amazonia.net>. Acesso em: 25 out. 2007.

<http://lba.cptec.inpe.br/lba/lbadis/cd/lba.htm>. Acesso em: 24 out. 2007.

<http://www.map-amazonia.net>. Acesso em: 25 out. 2007.

<http://mapamazonia.net/forum/forumdisplay.php?f=11>. Acesso em: 25 out. 2007.

<http://www.map-amazonia.net/index.php?lang=pt>. Acesso em: 25 out. 2007.

<http://www.map-amazonia.net>. Acesso em: 28 out. 2007.

<http://www.map-amazonia.net>. Acesso em: 31 out. 2007.

IANNI, Octavio. **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

\_\_\_\_\_. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

KHOR, Martin. **Confrontação de paradigmas.** Disponível em <[http://www.brasilpnuma.org.br/pordentro/artigos\\_029.htm](http://www.brasilpnuma.org.br/pordentro/artigos_029.htm)>. Acesso em 16 set. 2007.

KHUN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas.** São Paulo: Perspectiva, 1975.  
MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro.** 14.ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

MARTIN, Hans Peter; SCHUMANN, Harald. **A armadilha da globalização: o assalto à democracia, e ao bem-estar social.** Tradução de Waldtraut U. E. Rose e Clara C.W. Sackiewicz. São Paulo: Globo, 1998.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas.** Petrópolis: Vozes, 2001.

\_\_\_\_\_. Juventude, tempo e movimentos sociais. **Revista Young**, Estocolmo, v.4, n. 2, 1996.

\_\_\_\_\_. In: GOSS, Karine Pereira; KELLY, Prudêncio. O conceito de movimentos sociais revisitado. **Revista eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, v.2, n.1(2), jan.:jun. 2004, p.75-91. Disponível em >[www.emtese.ufsc.br/2\\_res6.pdf](http://www.emtese.ufsc.br/2_res6.pdf)>. Acesso em 26 jun. 2007.

MENDONZA, Elsa. **Processo de Integração na região MAP.** Disponível em [http://www.map-amazonia.net/mapVI-antecedentes\\_pt.php?lang=en&page=search](http://www.map-amazonia.net/mapVI-antecedentes_pt.php?lang=en&page=search). Acesso em: 11 out. 2007.

MILARÉ, Edis. **Direito do ambiente: doutrina, jurisprudência, glossário.** 4.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

MORAES, Reginaldo Carmello Corrêa de. **Globalização e políticas públicas: vida, paixão e morte do Estado nacional!** Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21459.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2007.

NASCIMENTO, Janaína Xavier do. Enfoques estratégicos e identitários dos movimentos sociais: uma síntese possível? In: **Crise social & multiculturalismo – estudos de sociologia para o século XXI.** São Paulo: Hucitec, 2003.

OLIVEIRA, Odete Maria de. **Teorias globais e suas revoluções: elementos e estruturas.** Ijuí: Editora Unijuí, 2005a, v.I.

\_\_\_\_\_. **Teorias globais e suas revoluções: impérios de poder e modos de produção.** Ijuí: Editora Unijuí, 2005b, v.II.

\_\_\_\_\_. **Teorias globais e suas revoluções: fragmentações do mundo.** Ijuí: Editora Unijui, 2005c, v.III.

\_\_\_\_\_. A era da globalização e a emergente cidadania mundial. In: DAL RI JÚNIOR, Arno; OLIVEIRA, Odete Maria de. **Cidadania e nacionalidade: efeitos e perspectivas nacionais-regionais- globais**. Ijuí: Editora Unijuí, 2003a.

\_\_\_\_\_; DAL RI JÚNIOR, Arno. **Relações internacionais: interdependência e sociedade global**. Ijuí: Editora Unijuí, 2003b.

OLSSON, Giovanni. **Relações internacionais e seus atores na era da globalização**. Curitiba: Juruá, 2003.

OOSTEN, Cora van **¿Fronteras que se Decoloran? Desarrollo Local y Alianzas InterFronterizas en el Sudoeste de la Amazonía**. GSDR 12004, Faculteit Geowetenschappen, Departement Sociale Geografie en Planologie, Sectie Regionale Geografie en Internationale Ontwikkelingsstudie, Holanda. Disponível em <http://www.map-amazonia.net>. Acesso em: 20 ago. 2007.

PIRES, Mauro de Oliveira. A perspectiva do desenvolvimento sustentável. In: LITTLE, Paul E. (Org.). **Políticas ambientais no Brasil: análises, instrumentos e experiências**. São Paulo: Peirópolis/Brasília: IIEB, 2003.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

REIS, Maria José. **O movimento dos atingidos por barragens: atores, estratégias e conquistas**. Disponível em <<http://www.cfh.ufsc.br/~npms/arquivos/ProgramacaoIISemNPMS-Final.doc>>. Acesso em 12 ago. 2007.

RIOJA, Guillermo Ballivián. Antropología de Frontera: Investigación Acción en la Región Trinacional MAP. AIBR. **Revista de Antropología Iberoamericana**, 43. Madrid. Sept./Oct. 2005. Disponível em <http://www.aibr.org>. Acesso em 26 set. 2007.

SADER, Emir. **A refundação do Estado e da política. A crise do Estado-nação**. In: NOVAES, Adauto (Org.). **A crise do Estado-nação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SANTOS JUNIOR, Raimundo Batista dos. As brumas da soberania ou injunções da globalização. In: OLIVEIRA, Odete Maria de; DAL RI JÚNIOR, Arno. **Relações internacionais: interdependência e sociedade global**. Ijuí: Editora Unijuí, 2003.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SASSEN, Saskia. El Estado y la Nueva Geografía del Poder. In: VIGENAVI, Tullo; WANDERLEY, Luiz E. et al. (Orgs.). **A dimensão subnacional e as relações internacionais**. São Paulo: EDUC/Fundação Editora UNESP, 2004.

SHETH, D.L. Micro movimentos na Índia: para uma nova política de democracia participativa. In: SOUSA SANTOS, Boaventura de (Org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SCHERER- WARREN, Ilse. O caráter dos novos movimentos sociais. In: SCHERER- WARREN, Ilse. **Rede de movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_; FERREIRA, José Maria Carvalho (Orgs.). **Transformações sociais e dilemas da globalização: um diálogo Brasil/Portugal**. São Paulo: Cortez, 2002a.

\_\_\_\_\_. A atualidade dos movimentos sociais rurais na nova ordem mundial. In SCHERER-WARREN; Ilse; FERREIRA, José Maria Carvalho (Orgs.). **Transformações sociais e dilemas da globalização: um diálogo Brasil/Portugal**. São Paulo: Cortez, 2002b.

\_\_\_\_\_. Redes sociais na sociedade de informação. In: MAIA, R.; CASTRO, M. C. P. (Orgs.). **Mídia, esfera pública e identidades coletivas**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.

\_\_\_\_\_; ROSSIAUD, Jean. O movimento cidadão e democracia: as conexões local-global. In: SANTOS, José V.; BARRERA, C.; BAUMGARTEN, M. (Orgs.). **Crise social e multiculturalismo**. São Paulo: Hucitec, 2003.

SCHLEE, Paula Christine. Política e globalização: o relacionamento Estado-empresas transnacionais. In: CAUBET, Christian Guy (Coord.). **A força e o direito nas relações internacionais: as repolarizações do mundo**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004.

SILVA, Marcus Vinicius Lopes da. O princípio do desenvolvimento sustentável. In: **Revista de Direitos Difusos**, v. 6, ano 1, 2005.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. O novos movimentos sociais. In: LEHER, Roberto; SETUBAL, Mariana (Orgs.). **Pensamento crítico e movimentos sociais – diálogos para uma nova práxis**. São Paulo: Cortez, s/d.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

TOURAINÉ, Alain. **Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

\_\_\_\_\_. **Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes**. Petrópolis: Vozes, 1999.

TUNDISI, José Galizia. **Água no século XXI**: enfrentando a escassez. São Paulo: RiMa, IIE, 2003.

VARELLA, Marcelo Dias. **Direito econômico internacional ambiental**. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável**: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

VIEIRA, Liszt. **Cidadania e globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

\_\_\_\_\_. **Os argonautas da cidadania**: a sociedade civil na globalização. Rio de Janeiro: Record, 2001.

ZIBECHI, Raúl. Os movimentos sociais latino-americanos: tendências e desafios. In: LEHER, Roberto; SETUBAL, Mariana (Orgs.). **Pensamento crítico e movimentos sociais** – diálogos para uma nova práxis. São Paulo: Cortez, 2005.